



PUC-SP

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

**ESTIGMA, SENTIDO E SAÚDE EM TRABALHADORAS SEXUAIS**

Uma perspectiva psicossocial

**Beatriz Lee Bernardi**

São Paulo  
2021

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
Faculdade De Ciências Humanas e da Saúde  
Curso de Psicologia

**Beatriz Lee Bernardi**

**ESTIGMA, SENTIDO E SAÚDE EM TRABALHADORAS SEXUAIS**

Uma perspectiva psicossocial

Trabalho de conclusão de curso como exigência  
parcial para a graduação no curso de Psicologia,  
sob orientação do Prof. Dr. Plínio de Almeida  
Maciel Junior

São Paulo  
2021

Para minha mãe.

## Agradecimentos

No isolamento da pandemia, a confecção desta pesquisa muitas vezes pareceu solitária e até mesmo desesperadora. Em meio a poucas e breves interações sociais neste período, toda e qualquer demonstração de apoio, estímulo e interesse, mesmo que mínima e virtual, contribuíram de alguma forma para me motivar a continuar.

Gostaria de agradecer ao Plínio, pela orientação e paciência; à Patrícia, pelo suporte psicológico nos últimos anos; à Jéssica, por sua inspiradora pesquisa ter sido para mim uma referência; ao Rômulo, por ter incentivado e possibilitado o fim deste curso. Também quero agradecer Carolina, por me indicar algumas bibliografias, e Rafael, pelas mensagens reconfortantes.

Agradeço também às aulas de Cris Andrada, Andreia Garbin e Renata Paparelli, que me despertaram em um (dos muitos) momento/s da graduação em que nada parecia ter muito sentido. Essa mesma época coincidiu com a leitura da obra da puta-escritora Monique Prada – a quem, mesmo não conhecendo, devo agradecer –, livro este que muito motivou o presente trabalho.

E, falando em pessoas ou grupos que não conheço de fato (não apenas pela distância física, mas por eu mesma me colocar, por pura timidez, imperceptível ou até invisível nestes e outros espaços), quero também agradecer à Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX), além de outras redes, associações e respectivos parceiros, pelos tantos webinários e demais eventos que assisti por vocês realizados; ao grupo de estudos Puta Diálogos, organizado por Elisiane Pasini e Fernanda Priscila, que frequentei algumas vezes e me ajudou a me sentir menos sozinha por estar em meio a outros pesquisadores do tema com olhares que compartilho; à todas as trabalhadoras sexuais que acompanho, brasileiras ou gringas, que de alguma maneira inspiraram este trabalho.

Por último e inquestionavelmente *mais* importante, meus mais sinceros agradecimentos são direcionados à Fátima e Gween, as mulheres que protagonizam estas páginas e que, tão generosamente, se dispuseram a me contar suas histórias, pensamentos, ideias, demandas, trajetórias.

Vocês todas me ensinaram e me ensinam muito.

## RESUMO

O tema desta pesquisa se justifica pela importância de contribuir para a desestigmatização do trabalho sexual ao buscar compreender as experiências e necessidades reais e próprias de trabalhadoras da categoria, hoje tão ampla. Assim, a presente pesquisa pretendeu investigar as repercussões psicossociais vivenciadas por trabalhadoras do sexo, mais especificamente, quais os sentidos e significados atribuídos ao seu trabalho; como experienciam o estigma social a ele associado; e quais suas experiências e necessidades em relação à saúde mental. Para isso, propusemos este estudo com base na perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Social do Trabalho (PST), caracterizada por sua compreensão abrangente do trabalho, pelo seu engajamento nas lutas dos trabalhadores, pelo seu compromisso afirmativamente ético-político e pela sua interdisciplinaridade, condizente com a complexidade do tema. Sendo um estudo qualitativo de caráter descritivo-exploratório, foram realizadas entrevistas semiabertas com duas trabalhadoras sexuais: Fátima (55 anos, ex-prostituta e liderança no movimento organizado da categoria), que transborda memória e história, e Gween (27 anos, *camgirl* atuante há quase uma década), que nos mostra o trabalho sexual em suas novas formas. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas de acordo com os referenciais adotados. A partir do que foi trazido pelas participantes e tendo em vista os objetivos específicos, elaboramos reflexões articuladas discutindo a construção da identidade de trabalhadora sexual como forma de enfrentamento do estigma através de ressignificações coletivas, assim como os elementos de trabalho emocional e de cuidado presentes no movimento social e no caráter relacional e interativo do trabalho sexual.

**Palavras-chave:** trabalho sexual; trabalhadoras sexuais; psicologia social do trabalho

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 MÉTODO.....</b>	<b>32</b>
<b>3 ENTREVISTAS.....</b>	<b>35</b>
3.1 Fátima.....	35
3.2 Gween.....	46
<b>4 REFLEXÕES.....</b>	<b>56</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>76</b>
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	88
APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas.....	90

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho sexual consiste na troca de serviços, performances e produtos sexuais ou eróticos por dinheiro, compensações materiais ou equivalentes, podendo ou não envolver contato físico direto entre quem vende e quem compra (WEITZER, 2010). Embora também haja uma parcela significativa de homens que prestem trabalhos sexuais, esta categoria se constitui majoritariamente de mulheres, foco desta pesquisa. Portanto, trabalhadoras sexuais são mulheres que exercem tais trabalhos, sejam como prostitutas, *camgirls*, atrizes pornográficas, *strippers*, *dominatrices*, entre outras (PRADA, 2018).

À vista disso, o termo serve como um “guarda-chuva” para abarcar as muitas ocupações inseridas nos “mercados ou indústrias do sexo” (PISCITELLI, 2005; AGUSTÍN, 2005), estas cada vez mais diversas levando em conta o avanço de tecnologias e de uma variedade de dispositivos midiáticos (RUBIN, 1984; CAMINHAS, 2018). Cada país e cada região do globo têm um mercado do ramo com suas particularidades, considerando fatores históricos, sociais, econômicos, legais, policiais (HARCOURT & DONOVAN, 2004).

O caráter mercantil da expressão “mercado do sexo” se refere ao estado do trabalho sexual na contemporaneidade; no entanto, como veremos, tal trabalho antecede o sistema vigente. Por sua vez, o termo “trabalho sexual” tem em sua gênese a ideia de que o trabalho sexual é trabalho, posicionamento que será aqui defendido (FIGUEIREDO; SARAIVA, 2018; SILVA et al., 2018). A escolha por abordar este universo como um mundo de relações de trabalho e, logo, a trabalhadora sexual (embora a citação abaixo mencione mais especificamente prostitutas) como uma trabalhadora,

já contém em si mesma uma crítica avassaladora ao modo como usualmente as prostitutas são tratadas: vítimas, libertinas, marginais... (...). Mesmo que esta nova concepção ainda não seja predominante, nem no conjunto da categoria nem na sociedade, ou mesmo que sua institucionalização possa sofrer idas e vindas, a percepção da prostituta como trabalhadora já faz parte do léxico político atual. E será certamente com ela que as feministas, a Igreja, os poderes públicos, o sindicalismo, para citar apenas algumas instituições, terão que dialogar daqui para frente. (SORJ, 1995, p. 9-10)

Do inglês *sex work*, o termo é creditado como usado pela primeira vez pela estadunidense Carol Leigh, prostituta e ativista pelos direitos das trabalhadoras sexuais, entre as décadas de 1970 e 1980. Na ocasião, Leigh participava de uma conferência organizada por um grupo feminista quando notou que o *workshop* sobre prostituição o qual tinha sido convidada como porta-voz continha em seu título a expressão “sex use industry” (em tradução livre, “indústria do uso sexual”) para se referir à indústria do sexo. Leigh relata ter se sentido constrangida e objetificada com a

palavra “uso”, que ignorava sua agência e a de outras trabalhadoras sexuais, principalmente enquanto trabalhadoras já organizadas (LEIGH, 2004; NWSP, 2021c).

Sugeri, então, que trocassem para “sex work industry” (isto é, “indústria do trabalho sexual”), priorizando assim o trabalho da provedora do serviço (isto é, das trabalhadoras do sexo) e não o cliente. Leigh cunhou o termo *sex work* no desejo de conciliar seus objetivos feministas com a realidade de sua vida e das vidas das mulheres que conheceu, visando criar uma atmosfera de tolerância para as trabalhadoras sexuais, dentro e fora do movimento feminista. Ela acredita que o uso do termo marca o início de um movimento, pois reconhece o trabalho realizado pelas trabalhadoras do sexo, em vez de defini-las por seu status social. O primeiro uso documentado (impresso na mídia convencional) de *sex worker* também foi dela, em 1984, em um artigo sobre o uso do termo em sua produção teatral – “trabalhadoras sexuais, uni-vos!”, ela grita no início da peça. A nível mundial, o termo teria começado a se popularizar a partir de 1987, com a publicação do livro *Sex Work: Writings by Women in the Industry*, organizado por Frédérique Delacoste e Priscilla Alexander (LEIGH, 2004; NWSP, 2021c).

Na América Latina, o termo é usado pelo menos desde 1997, ano de criação da RedTraSex (Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y El Caribe). O uso de ‘trabalho sexual’ no Brasil, por sua vez, teria sido cunhado a partir da criação da CUTS (Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais), intitulada como resposta a uma nota de posicionamento feita pela entidade de representação sindical CUT (Central Única dos Trabalhadores) que estaria condenando a atividade, em 2013 (REDTRASEX, 2021c; PRADA, 2015). Válido observar que, embora em tese sejam sinônimos, percebe-se que enquanto o termo em português ‘trabalhador/a do sexo’ passou a ser utilizado mais recentemente englobando diversas ocupações dos mercados do sexo, o termo ‘profissional do sexo’ é mais antigo, mais difundido e mais comumente usado para se referir a quem trabalha com prostituição, primeira forma de trabalho sexual.

Neste estudo, abordaremos mais especificamente a prostituição e o *camming* (esta última, a atividade das chamadas *camgirls*), e, mesmo assim, de forma limitada, dado o alto nível de complexidade do tema. De acordo com alguns autores, a primeira modalidade citada existe, em outras e diferentes formas, desde o período primitivo, enquanto a segunda é bastante recente, surgindo no Brasil no início dos anos 2000. De início, podemos muito resumidamente definir hoje a prostituição como sexo comercial presencial e o *camming* como sexo comercial virtual. Porém, tais fenômenos são extremamente multifacetados, indo muito além dessas simples descrições (ROBERTS, 1992; CAMINHAS, 2020).

A título de exemplo, ao revisarem quase 700 artigos sobre prostituição e observarem mais de 15 países (localizados em sua maioria na América Latina e na Ásia-Pacífico), Harcourt e

Donovan (2004) evidenciaram a onipresença e a variedade de contextos sociais em que a atividade ocorre ao identificarem pelo menos 25 diferentes tipos de prostituição, de acordo com fatores como local de trabalho, principal forma de captar clientes e práticas sexuais. O trabalho sexual virtual também pode se dar de diferentes formas, sendo o *camming* (apresentações eróticas/sexuais ao vivo por *webcam*, geralmente realizadas em sites especializados para a atividade, como o CâmeraPrivê, e/ou por ferramentas comuns, como o Skype) uma delas. Como escreve Caminhas (2021), “no geral, as fronteiras que separam os diversos tipos de trabalho sexual são frágeis e movediças, sempre sujeitas a alterações e revisões” (p. 8).

Nesse sentido, a mesma autora aponta que é frequente *camgirls* circularem e transitarem por/para outros ramos do mercado sexual, especialmente o da pornografia, por exemplo, trabalhando para produtoras pornográficas e/ou produzindo seus próprios conteúdos (fotos, vídeos, etc.) de forma independente e amadora, distribuindo-os em sites como Pornhub – e, adiciono, as plataformas por assinatura (como o OnlyFans e o brasileiro Privacy) e também a venda e/ou divulgação de conteúdos/serviços “por fora”, em redes sociais comuns como Twitter e Instagram.

Pensando no sexo e, por conseguinte, o trabalho sexual como um terreno de disputas, acreditamos serem simplistas reflexões polarizadas sobre as experiências de trabalhadoras sexuais que, como observam Piscitelli (2005) e Diniz e Mayorga (2018), muitas vezes se dão reproduzindo uma dicotomia “sociedade vs. indivíduo”, sendo lidas unilateralmente ora como totalmente determinadas pelos efeitos de sistemas opressores, ora a partir de uma autonomia absoluta. Autores como os citados apontam a importância de se ter como perspectiva não um ou outro, mas ambos, uma vez que, na realidade, tanto opressão quanto autonomia (e resistência) parecem mostrar-se presentes no cotidiano de trabalhadoras sexuais “mútua e paradoxalmente, de forma constitutiva e indissociável” (DINIZ; MAYORGA, 2018, p. 3).

A fim de compreender a estreita relação entre esses dois “pólos” potencialmente presente no cotidiano de trabalhadoras sexuais, faz-se necessária uma breve exposição sobre como a prostituição – primeira forma de trabalho sexual, além da mais conhecida e estudada – se constrói no cenário social e histórico. Para tal, não se pode restringir a noção de trabalho à significação que hoje lhe costuma ser dada, a qual, segundo Albornoz (2004), atribui-se à passagem moderna da cultura agrária para a industrial. É preciso, aqui, considerar a dimensão ontológica do trabalho, aquela concebida pelo materialismo histórico-dialético como a atividade própria à humanidade pela qual esta transforma a natureza e a si própria, sendo assim fundante e vital tanto na constituição do mundo como na do sujeito. Tal sujeito, enquanto sócio-histórico, é então aquele que se faz na relação dialética entre o social e a história – a de cada um e também a daqueles que o precederam (FURTADO, 2011; AGUIAR, MACHADO, 2016).

Autoras como Roberts (1992) mencionam as chamadas “prostitutas sagradas” do período primitivo, mulheres responsáveis por praticar um tradicional ritual sexual que foi sendo incorporado às primeiras civilizações do mundo com seu conceito e práxis ressignificados, até chegar ao que entendemos hoje como prostituição. No período paleolítico, sacerdotisas xamânicas consideradas encarnações da Grande Deusa e centro das atividades sociais conduziam rituais de sexo grupal com toda a comunidade, criando um elo entre esta e a divindade. Esses seriam alguns exemplos das mais antigas manifestações do trabalho sexual na humanidade, entrando em concordância com a constatação de que, em clãs matrilineares, o trabalho como um todo seria concebido como fonte de prazer (ALBORNOZ, 2004).

Com a passagem do nomadismo para o sedentarismo e a consequente formação de organizações, templos e pequenas cidades, tais rituais continuavam, já que era por meio deles que as pessoas acessavam o poder da deusa. No entanto, “a conquista por espaço e por terra foi dando lugar ao protagonismo do poder masculino de força e dominação, que culminaram em novas formas de relacionamento”, incluindo “formas específicas de controlar a sexualidade das mulheres, para que se pudesse identificar e determinar com precisão a paternidade de qualquer criança” (ROBERTS, 1992 apud SILVA, 2018, p. 19), coincidindo, por sua vez, com a ideia de que, em sociedades patriarcais, como a greco-romana, o trabalho seria concebido como meio de ganhar dinheiro e teria como foco o rendimento e o consumo (ALBORNOZ, 2004).

Nesse sentido, Freitas et al. (2020, p. 153) destacam a importância de refletirmos “sobre as diferentes concepções culturalmente e socialmente construídas que, independentemente das transformações emergentes obtidas, ainda são envoltas em uma série de discriminações e preconceitos”. De encarnações sagradas à consideradas escórias da humanidade, tanto o conceito quanto a representação e o papel social das prostitutas tiveram variações dentro da história, e a visão negativa que sobre elas perdura teria começado a ser gradativamente construída com o advento do regime patriarcal (SILVA, 2018) ou, ainda, do correlato “sistema de sexo/gênero” hegemônico de acordo com Diniz e Mayorga (2018), expressão priorizada por Rubin (1993) por englobar mais adequadamente a esfera de relações presente na organização social da sexualidade e na reprodução das convenções de sexo e gênero.

Mais tarde e estreitamente unido a isso, Silva (2018, p. 20) aponta que “a igreja cristã teve um papel fundamental na repressão da sexualidade feminina e na construção da prostituição marginal”, sendo o mito da criação crucial para associar a mulher à imagem do mal, do perigo, da corrupção e da libido demoníaca, já que seriam todas filhas de Eva, possuidoras do pecado original. Maria, mãe de Jesus, por sua vez, aparece como símbolo ideal do comportamento feminino: mãe, esposa e virgem. Os argumentos retirados desses textos religiosos, segundo Lima e Teixeira (2008,

p. 114 apud Silva, 2018, p. 20), “contribuíram para fundamentar as representações cristã, judaica e muçulmana sobre a diferença dos sexos, tendo alimentado a misoginia, da qual a própria Igreja Católica é herdeira”. Isso rendeu a exclusão de mulheres que personificavam papéis destoantes da norma estabelecida, com o apoio da ciência médica, que também contribuiu para a difusão de discursos misóginos e preconceituosos, agenciando o controle dos corpos das mulheres (RODRIGUES; LEITE, 2020, p. 62).

Os historiadores Rossiaud e Sancho (1991 apud Silva 2018) afirmam que, até antes da Idade Média, prostitutas ainda não eram consideradas marginais à sociedade, e tinham um papel reconhecido. Progressivamente, também com o desenvolvimento das sociedades burguesas vitorianas e do capitalismo, foi crescendo a rejeição à prostituição, que passou a ser associada à violência, roubos, desvio de caráter, além da propagação de doenças, estímulo à infidelidade e consequente abalo na configuração familiar (DOURADO, 2013; SILVA, 2018). “Assim, de parte integrante da estrutura social, a prostituição passou a ser considerada um mal necessário e, em seguida, um flagelo social gerador de problemas e de punições divinas que precisava ser controlado” (SILVA, 2018, p. 21).

No Brasil colonial (entre os séculos XVI-XIX), a presença da figura da prostituta, meretriz ou “mulher pública” foi constante, apesar de desconsiderada na maior parte dos registros históricos sobre este período. Especificamente em São Paulo, a prostituição teria surgido no final do século XVI. Entre os dois séculos seguintes (XVII e XVIII), foram fundados espaços de teor religioso feitos exclusivamente para recolher mulheres consideradas pecaminosas, como prostitutas, mães solteiras, mulheres acusadas de adultério e mulheres de “vida desonesta e arrependidas”, que eram isoladas da sociedade e enviadas à lugares distantes e desertos por governantes, tendo essas ações a dupla função de puni-las e usá-las para povoar o país (FONSECA, 1982).

No século XVIII, diante de um cenário em que poucas opções de atividades remuneradas eram destinadas às mulheres, que muitas vezes viviam em situação de pobreza e ainda eram cobradas por altas cargas tributárias – especialmente pesadas em estados como Minas Gerais –, a prostituição foi o caminho que encontraram para pagar os impostos e escapar de confiscos, multas e prisões. Para evitar punições em relação à prostituição, uma das táticas usadas por algumas mulheres para praticar seu ofício sem serem identificadas era trajar rebuços e baetas, vestimentas de influência portuguesa que cobriam parte do rosto e que foram moda durante séculos sobretudo entre os moradores de São Paulo, independentemente de gênero, classe social ou raça. Por conta disso, autoridades da época chegaram a tentar proibir tais peças de roupa (FONSECA, 1982).

Os séculos XIX e XX foram marcados por profundas transformações em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo rumo à “modernidade”, isto é, o desenvolvimento urbano-industrial. As

idades iam se tornando cada vez mais complexas, as condições de higiene pública mais precárias, a oferta de mão-de-obra devido ao crescimento demográfico superava a demanda e a exploração do trabalho assim se intensificava. Nesse contexto, tendo como primeiro e principal porta-voz a classe médica, surge a disseminação de um discurso – baseado no de médicos europeus, principalmente franceses – e decorrente projeto de “ordenação social e higienização da cidade” que nortearia intervenções de autoridades civis e policiais, e no qual a prostituição era vista como uma “doença social” a ser desvendada e controlada – definida patologicamente em 1890, quando a ocupação sexual é inserida no campo de estudos da higiene médica e da saúde pública (ENGEL, 1989; MOURA, 1992).

Para Rago (2009;2014), é com base nesse discurso que a “comercialização do corpo feminino” se caracterizará de fato como prostituição – mais próxima da que conhecemos hoje –, servindo de parâmetro-limite para o comportamento das mulheres no espaço urbano. A experiência do trabalho sexual na modernidade pode ser entendida assim como “subalternizada”, uma vez que os mecanismos instituídos de saber/poder, estes monopolizados por homens, interditam a trabalhadora sexual de produzir e narrar sua própria história e percepção de mundo (SPIVAK, 1988 apud DINIZ; MAYORGA, 2018; RAGO, 2009).

A classe de prostitutas tinha um perfil social, econômico e cultural bastante diversificado, composto por mulheres brasileiras, imigrantes, escravizadas, libertas e livres, compreendendo desde o dito baixo ao alto meretrício, sobre os quais as autoridades assumiam diferentes posicionamentos. No problemático discurso da época, a mulher escrava foi apontada como uma das principais causas da prostituição: os médicos negavam a ligação entre escravidão e falta de oportunidades de emprego para os segmentos livres e despossuídos da população, indicando também que era a preguiça que geraria a pobreza, e não a ausência de trabalho e baixos salários (ENGEL, 1989; MOURA, 1992).

Neste mesmo discurso, a prostituta teria entre seus traços de personalidade um apetite sexual exaltado, inato, precoce e descontrolado; uma perseguição desenfreada pelo prazer, vivendo em função de satisfazer seus desejos carnis; além de ser descrita com adjetivos como burra, ignorante, leviana e instável, sendo colocada em oposição ao ideal de mulher/esposa considerada honesta e pura (CAVOUR; BERNARDO, 2011; RAGO, 2009;2014). A prostituta também era fortemente vinculada à noção de desperdício, ociosidade, preguiça, inutilidade, excesso e de destruição do patrimônio, da fortuna, da propriedade, da pátria e do trabalho, sendo frequentemente contraposta a este último e apontada como inapta para exercer a cidadania. Além disso, a prostituta era vista como fonte e agente da disseminação de doenças como a sífilis, infecção sexualmente transmissível a qual médicos da época diziam causar a decadência da força de trabalho (ENGEL,

1989; MOURA, 1992).

A prostituta era, também, associada à imagem da mulher economicamente independente, o que era algo subversivo para os padrões vigentes, posto que naquele tempo

o acesso à riqueza lícita [por mulheres] só é concebível através do casamento. Por outro lado, o trabalho operário apresenta-se como a única atividade remunerada que, mesmo desempenhada pela mulher, é reconhecida como trabalho. Deste modo, somente protegida pelas redomas da família ou da fábrica, a mulher poderia, honesta e honradamente, garantir as condições econômicas de sua sobrevivência. (ENGEL, 1989, p.113)

A respeito do trabalho operário feminino nas fábricas brasileiras neste período – que também incluía crianças –, as condições são descritas como absolutamente precárias e insalubres, sendo as mulheres encaminhadas para as ocupações mais monótonas, menos qualificadas e com piores remunerações, além de uma extensa carga horária e de sofrerem com o controle disciplinar, assédio sexual, intimidação física e desqualificação intelectual, às quais por vezes se posicionavam contrariamente por intermédio, por exemplo, da imprensa operária (RAGO, 1997; RODRIGUES et al. 2015; PENA, 1981; DANIEL, 2011).

O plano de conter a prostituição através deste trabalho colocado como o único “honesto e honrado” tinha a mulher pobre como alvo prioritário, uma vez que, para ser considerada saudável, esta deveria conseguir desempenhar tanto o papel de esposa/mãe quanto o de exercer uma atividade produtiva. Os médicos, porém, não foram capazes de estabelecer uma conciliação harmoniosa entre esses dois papéis, já que o ideal de esposa/mãe se mostrava muitas vezes incompatível com as ocupações femininas remuneradas. Nesse sentido, atividades exercidas na época por mulheres pobres – como floristas, porteiras e costureiras – eram associadas, no discurso, à prostituição. Assim, o trabalho era tanto visto como impedimento à prostituição – quando este era considerado produtivo, isto é, o trabalho operário – quanto ligado à prostituição – nesse caso, quando se tratava de atividades comumente realizadas por mulheres pobres (ENGEL, 1989; MOURA, 1992).

Frente a esse contexto e apesar de tudo, a ocupação sexual apresentava-se como uma possibilidade de maiores ganhos, podendo viabilizar para a mulher uma condição mais rentável, autônoma e independente, além de propiciar oportunidades de participar de eventos e assuntos monopolizados pelos homens, como política, artes e economia. Nesse sentido, a prostituição teria como uma de suas funções sociais a de ser “um espaço efetivo de resistência ao ideal da mulher frágil e submissa” (ENGEL, 1989, p.27), ao mesmo tempo que, quando concebida como um “mal inevitável e necessário”, também teria a função de preservar valores morais vigentes sem que, por exemplo e até certo ponto, a idealizada esposa/mãe precisasse satisfazer os desejos sexuais do

marido, visando mantê-la casta, submissa, obediente e reclusa no espaço doméstico – isto antes da “liberação sexual”, que será implicitamente referida mais tarde enquanto contexto da concepção de trabalho sexual não-remunerado como dimensão do trabalho reprodutivo para Federici (2019).

Este período, mais notadamente durante o Estado Novo, também foi marcado historicamente pela segregação e perseguição do trabalho sexual. Foram criadas políticas de confinamento da prostituição – esta apartada em zonas de meretrício localizadas, por exemplo, na região do Mangue no Rio de Janeiro e no bairro do Bom Retiro em São Paulo –, políticas estas associadas não somente aos princípios higienistas e patologizantes já citados, que caracterizavam as mulheres prostitutas como loucas, doentes e degeneradas, mas também à uma concepção de que as necessidades sexuais dos homens seriam naturalmente diferentes das mulheres e deveriam ser toleradas – antigos bordéis eram, inclusive, chamados pelo Estado de “casas de tolerância”. Posteriormente, em 1954, a zona de meretrício do Bom Retiro foi fechada pelo então governador de São Paulo, fazendo com que a prostituição se dispersasse por vários bairros. Este “desconfinamento”, porém, ocorreu de forma repressiva e sem qualquer cuidado ou proteção, o que ocasionou em uma maior exposição à violência policial (RAGO, 2009; AFONSO; SCOPINHO, 2013).

Assim, Diniz e Mayorga (2018) descrevem como as prostitutas emergem coletivamente como sujeitos políticos na contemporaneidade, destacando sobretudo dois momentos históricos: a virada discursiva de “passagem das relações de subordinação para a consciência das relações de opressão” (LACLAU; MOUFEE, 1987, p. 171 apud DINIZ; MAYORGA, 2018, p. 4) entre os séculos XIX e XX, processo este evidenciado, por exemplo, nas lutas políticas de movimentos sindicais, negros e feministas. O segundo momento, inseparável do primeiro, refere-se às lutas políticas protagonizadas por prostitutas no Brasil e no mundo, em especial depois do surgimento do HIV/AIDS, no final do século XX (BARRETO, 2015). Dessa forma,

os movimentos de mulheres prostitutas atualizam e fortalecem, com as especificidades dessa experiência, uma consciência coletiva da opressão que se estabelece em seus cotidianos (...) disseminando ideais e valores igualitários entre as prostitutas que, certamente, permitem a elas (re) significar suas experiências e, conforme pressupomos, fortalecer cotidianos de enfrentamento também ao nível das microrrelações. (DINIZ; MAYORGA, 2018, p. 4).

No contexto das configurações de trabalho na atualidade, o trabalho sexual – aqui também mais especificamente a prostituição – é reconhecido como uma atividade informal pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) desde o início dos anos 2000, permitindo que as trabalhadoras do sexo, por meio do registro como autônomas, pagassem os impostos referentes ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para

ter o direito à aposentadoria (BONOMI, 2019). Na prática, apesar da quantidade de pessoas registradas nunca ter sido alta, justamente devido ao estigma que cerca a atividade, sua inclusão na CBO contribuiu diretamente para a diminuição de casos de violência institucional e de encarceramento de prostitutas pela polícia (RODRIGUES, 2009; PRADA, 2018). Pode-se dizer que essa inclusão foi a maior conquista do movimento organizado de prostitutas no Brasil até o momento, movimento este que surgiu oficialmente no país em 1987 com a realização do I Encontro Nacional de Prostitutas, ocorrido no Rio de Janeiro e intitulado “Mulher da Vida: É Preciso Falar”, contando com o protagonismo de prostitutas como Lourdes Barreto e a finada Gabriela Silva Leite, que fundaram o movimento junto a trabalhadoras sexuais de todo o país defendendo o trabalho sexual como um trabalho respeitável, recusando o rótulo de “vítima” tão comumente atribuído às trabalhadoras da categoria e buscando combater o estigma (BONOMI, 2019; SANTOS et al., 2020; PRADA, 2018).

Com o intuito de formarem uma organização central como órgão de interlocução com o poder público e a sociedade civil, neste mesmo encontro foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), a mais antiga das três redes nacionais de trabalhadores/as do sexo que existem hoje – as outras duas são a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS) e a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX, antiga ANPS) – e que, junto a cerca de 27 associações de diferentes cidades e estados brasileiros, articulam o movimento organizado de trabalhadoras e trabalhadores sexuais no país há mais de 30 anos, tendo como principais bandeiras a luta por direitos, reconhecimento, respeito e autonomia. As ações da então recém-formada RBP na época, inclusive, muito contribuíram na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e nos modelos de prevenção contra o HIV e a AIDS. Relevante observar, também, que as lideranças do movimento em geral participam dele há 10-15 anos, têm entre 40-70 anos de idade, são mulheres negras, muitas vezes mães, avós e responsáveis pela renda familiar (BONOMI, 2019).

Mais recentemente, como apontam Silva e Costa (2019), o movimentos de prostitutas e algumas lideranças como Monique Prada têm também defendido o chamado *putafeminismo*: em seu livro, Prada (2018) discute essa perspectiva que vêm a partir da ideia de que trabalhadoras sexuais também podem ser feministas, combatendo o estigma e fortalecendo a luta por direitos, além de ter um potencial revolucionário ao apresentar-se como uma possibilidade de repensar toda a estrutura do trabalho sexual, identificando e combatendo as opressões nela existentes. A autora também escreve que, embora a palavra em questão seja nova, e que trabalhadoras sexuais tenham começado a se apropriar do termo “feminismo” e a se identificar mais abertamente como feministas só mais recentemente, o movimento de prostitutas sempre foi feminista. Nesse sentido, Piscitelli (2018) aponta que, décadas atrás, Gabriela Leite desafiou a oposição entre feministas e

prostitutas ao afirmar-se feminista em um momento em que isso era visto como uma provocação. O *putafeminismo*, por sua vez, se recusa à essa oposição, e tal reivindicação têm recebido a aceitação de alguns espaços feministas.

Nessa acepção, sobre a possibilidade da construção de autonomia no exercício do trabalho sexual, autores como Silva, Santos e Carvalho (2018) e Freitas et al. (2020) frisam que embora as prostitutas sejam vistas pela sociedade como disponíveis e submissas a qualquer vontade dos clientes, o que ocorre de fato é que as profissionais do sexo são pagas para dar prazer e, como conhecedoras das técnicas, em geral são elas que determinam o que fazer e como fazer, tendo regras e critérios. Nesse sentido, Diniz e Mayorga (2018) destacam que entrar e se manter na prostituição também pode ser discutido pela ótica da autonomia da mulher. Tal observação parte da perspectiva de análise dos autores através de relatos de prostitutas que apresentam narrativas sobre a vida na prostituição como uma escolha, visando, por exemplo, não se submeter a um marido ou não ser financeiramente dependente, encontrando na ocupação possibilidades de mais autogestão, independência e realização, mesmo que com limitações.

Piscitelli (2005; 2012) descreve os quatro “modelos” básicos associados ao estatuto legal do trabalho sexual (novamente, com foco na prostituição) pelo mundo, que também podem se configurar como abordagens em relação à discussão do tema. Tais modelos decorrem de diferentes percepções da sexualidade e não operam de modo puro, já que na prática misturam aspectos uns dos outros. São eles: 1) o abolicionista – que penaliza o entorno da prostituição, colocando as prostitutas no papel de vítimas, destituídas de poder e autonomia; 2) o proibicionista – modelo mais repressivo, pois penaliza a prostituição e todas as atividades e pessoas a ela associadas; 3) o regulamentarista – onde a prostituição é aceita, mas é enxergada como ameaça à saúde e à ordem pública, devendo ser regulada pelo Estado; 4) o trabalhista – que reivindica o reconhecimento do trabalho sexual como atividade legítima, além da despenalização dos diversos aspectos ligados a ela, exigindo-se que seja regulada por leis civis e laborais, e não penais.

O Estado Brasileiro trata a prostituição de forma ambígua. A prostituição em si não é e nem nunca foi considerada um crime pelo Código Penal do país, e apesar da inclusão na CBO e de prover políticas públicas de saúde para prevenção da AIDS/HIV (sobre as quais elas tiveram papel muito importante), muitos aspectos de caráter abolicionista se encontram presentes aqui, assim como em diferentes países (PISCITELLI, 2012). Um exemplo disso é que, no Brasil, o entorno ou suposto entorno da prostituição (como casas de prostituição e qualquer intermediação para tal) é enquadrado como crime. Ademais, o Estado age de forma coercitiva ao realizar ações para a retirada de prostitutas em centros de diversas cidades, além de impulsionar políticas que vinculam a ocupação ao “turismo sexual” e “tráfico de pessoas”, contribuindo negativamente para

a visão da prostituição (BONOMI, 2019).

Considerando o fato de que ideias abolicionistas destacam-se no debate público, faz-se relevante situar a origem do abolicionismo. De acordo com Kempadoo (2005) e Bazzano (2013), trata-se de uma corrente feminista euro-americana das elites, de caráter salvacionista e paternalista, que se engaja contra a prostituição ao fim do século XIX em torno do que nomeiam “tráfico de escravas brancas”, preocupação que teria surgido de um pânico moral sexualizado e racializado: havia um receio de que mulheres do “sul global” que migravam sozinhas iriam trabalhar com a prostituição, e assim levariam a “imoralidade” para os “países do norte”, “desvirtuando” seus valores. Essa perspectiva concatena o tráfico de pessoas à prostituição, enxergando nesta a pior e mais intensa forma de opressão e vitimização de mulheres, sinônimo de abuso, violência e exploração feminina.

Dado isso, é preciso delimitar a ideia de trabalho sexual, considerando aqui a acepção de autoras como Ditmore (2006), que apontam que este se refere somente a transações sexuais voluntárias, realizadas entre adultos com idade legal e capacidade mental para consentir, excluindo assim o tráfico, exploração sexual e demais transações coagidas ou não consensuais. Faz-se importante separar essas noções, posto que comumente são interpretadas erroneamente pelo mesmo sentido, o que contribui negativamente para a importante diferenciação do que é trabalho e necessita da garantia de acesso a direitos e proteção, e do que é crime e precisa ser devidamente combatido e prevenido (PRADA, 2018).

Também é relevante estabelecer uma distinção entre a exploração sexual e a exploração inerente ao contexto socioeconômico vigente, já que a segunda estaria presente, em menor ou maior grau, em todas as relações de trabalho (PRADA, 2018). Na conjuntura deste sistema, como escreve Federici (2019, p. 42), “todo trabalhador é manipulado e explorado, e sua relação com o capital é totalmente mistificada”. Evocando ideias de exploração presentes nas linhas marxistas de análise do trabalho, pode-se dizer que a exploração é uma possibilidade aberta a todo o trabalho, devido as características do mercado de trabalho, que se intensifica no âmbito do capitalismo globalizado. Assim, qualquer trabalho neste contexto teria elementos de uma atividade forçada (KEMPADOO; DOEZEMA, 1998; PISCITELLI, 2012; BENDASSOLLI; FALCÃO, 2013).

Demonizar o trabalho sexual mostra-se nocivo para as trabalhadoras da categoria e seu entorno, sobretudo aquelas já em maior vulnerabilidade, uma vez que a implementação de políticas de teor abolicionista ao redor do mundo resultou em grandes prejuízos para essas mulheres, empurrando-as para situações mais precárias, clandestinas e inseguras, o que gera consequências problemáticas principalmente para comunidades pobres, tendo implicações de raça, gênero e classe (KEMPADOO, 2005). Por outro lado, também é nocivo defender cegamente o trabalho sexual, já

que, na acepção de Prada (2018), nenhum trabalho exercido em nossa sociedade, e em especial nenhum trabalho precário exercido sobretudo por mulheres pode realmente ser considerado emancipatório, apontando a contradição de que

não há nenhum questionamento sobre o empoderamento alcançado por mulheres que exercem outros trabalhos precários: ninguém se importa se uma mulher precisa limpar privadas, ocupar seus dias embalando compras ou costurar até a exaustão, mas basta que ela use o sexo para garantir seu sustento que passamos a nos preocupar com sua condição. (PRADA, 2018, p. 58)

No entanto, o trabalho sexual também não pode ser considerado um trabalho como outro qualquer, já que esta definição "apagaria suas especificidades e questões, não apenas laborais, mas também uma série de tabus, estigmas e opressões ligados à sexualidade humana, em especial feminina" (PRADA, 2018, p. 59). E, embora seu entendimento não seja simples, trata-se de um trabalho possível, apresentando-se como um meio de obtenção de renda para muitas mulheres (LEAL et al., 2019).

O último modelo citado por Piscitelli (2012), por sua tendência trabalhista, pode ser associado a uma vertente que Tavares (2014) intitula como "autodeterminação da mulher prostituta", referindo-se à inserção das trabalhadoras sexuais no cenário político de discussão sobre seu próprio trabalho. Mais especificamente, reivindica que a prostituta possa ser registrada como autônoma ou empregada, de modo que o/a empregador/a seja responsável pelos encargos trabalhistas. Bonomi (2019) aponta que o movimento brasileiro de prostitutas não é homogêneo, citando tanto exemplos de lideranças ou redes que defendem uma total despenalização, quanto outras que têm receio. No entanto, a autora observa que, de modo geral, o movimento defende um modelo regulatório com o objetivo de assegurar os direitos mínimos para a categoria. A regulação existe tanto no modelo regulamentarista quanto no trabalhista, mas se difere pois no primeiro a regulação seria das prostitutas, e no segundo, a regulação seria do trabalho, como em outras profissões (PISCITELLI, 2012).

Nesse sentido trabalhista, e considerando as noções de trabalho, alienação e exploração advindas do materialismo histórico-dialético, é interessante abrir um parênteses para pensarmos no trabalho sexual como parte do trabalho reprodutivo. Embora reconheça seu caráter visionário e a força de suas contribuições, pensadoras como Federici (2021), uma das pioneiras nas campanhas que reivindicavam salários para o trabalho doméstico nos anos 1970, tece uma crítica à teoria marxista por esta ter desconsiderado a função da esfera das relações familiares e de gênero na acumulação do capital, na formação de classe e na constituição da subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras.

O trabalho assalariado, que resulta em bens ou serviços que possuem valor de troca no

sistema capitalista, é historicamente mais associado aos homens devido a divisão sexual do trabalho desse modo de produção. Porém, o trabalho não pode e nem deve ser reduzido a este nomeado como produtivo, tradicionalmente masculino. Como lembra Albornoz (p. 31, 2004), “é uma ilusão imaginar que o trabalho das mulheres seja uma novidade histórica”, afinal, elas “sempre trabalharam”, como na agricultura e no artesanato, “e não só em serviços leves” (VOGEL, 2013; FEDERICI, 2019; ROSA; QUIRINO 2017).

A divisão sexual mencionada responsabiliza as mulheres por outro tipo de trabalho, em geral não reconhecido como tal pela mesma sociedade que dele depende profundamente: o trabalho reprodutivo (CASTILHO; MELO, 2009). Associado à esfera doméstica (e também conhecido como trabalho doméstico), ao valor de uso e à não-remuneração, trata-se do trabalho que diz respeito à conservação da vida, à reprodução social e da raça humana, inclusive da força de trabalho produtivo. O trabalho reprodutivo continua sendo majoritariamente realizado por mulheres e envolve, por exemplo, a gravidez e todos os seus desdobramentos, a manutenção dos espaços e bens domésticos, os mais variados tipos de atividades de cuidado e, também, o sexo (FEDERICI, 2019; VOGEL, 2013; ROSA; QUIRINO, 2017).

O trabalho sexual é compreendido por autoras como Fortunati (1996) e Federici (2019) como apenas mais um dos muitos trabalhos incluídos na esfera do trabalho reprodutivo. Nesse sentido, Merteuil (2014;2021) – que ao considerar trabalho não-remunerado como trabalho, aponta que o trabalho sexual não é encargo exclusivo das prostitutas – não haveria nenhuma diferença fundamental, do ponto de vista das funções do trabalho reprodutivo para o capitalismo, entre passar roupa, preparar refeições e fazer sexo. Para Federici (2019), o trabalho reprodutivo

trata-se de servir o trabalhador, fisicamente, emocionalmente, sexualmente, tornando-o apto para o trabalho dia após dia em função do salário. É cuidar de nossos filhos – futuros trabalhadores – ajudando-os desde o nascimento até seus estudos e garantindo que cumpram o papel que se espera deles sob o capitalismo. Isso significa que atrás de cada fábrica, atrás de cada escola, atrás de cada escritório ou de cada mina, está o trabalho invisível de milhões de mulheres que consumiram suas vidas, sua força de trabalho, produzindo a mão de obra que trabalha naquela fábrica, escola, escritório ou mina. (FEDERICI, 2019, p. 31)

Desta forma, se essas atividades não forem realizadas em casa e de graça pelas mulheres, terão de ser pagas e organizadas socialmente. Foi isso o que ocorreu quando as mulheres, ao serem entendidas pelo sistema como “mão-de-obra menos reivindicativa e mais tímida e submissa para manter mais altas as margens de lucro” (ALBORNOS, p. 32, 2004), foram inseridas, como já trouxemos acima, como operárias na era industrial, as afastando do ambiente doméstico, fato que obrigou a sociedade burguesa a providenciar dispositivos sociais coletivos para o cuidado e alimentação de menores. Entretanto, o que se observa é que, mesmo quando trabalham fora de

casa (especialmente no setor de serviços, muitas vezes exercendo atividades que têm algo das realizadas gratuitamente em casa), as mulheres não se livraram do trabalho dentro dela, sendo assim submetidas a múltiplas jornadas de trabalho (ALBORNOZ, 2004).

Central na análise da desigualdade de gênero e importante para a compreensão da desvalorização de certas práticas laborais (WILLIAMS, 2007), o trabalho reprodutivo portanto exerce “papel fundamental na configuração das relações sociais em geral e do próprio mundo do trabalho em particular” (VARGAS, p. 315, 2016), tornando-se “o plano onde se acentua a superexploração das mulheres” visto que “até bem pouco tempo, era crença indiscutível”, no sentido de ser ainda mais naturalizado, (CASTILHO; MELO, 2009) de que este trabalho era “a primeira obrigação [não-remunerada] do exército silencioso das mulheres” (ALBORNOZ, p. 88/92, 2004).

Para Merteuil, as campanhas de reivindicação de salário para o trabalho doméstico da qual Federici foi uma das pioneiras convidam a questionar radicalmente não só todo o sistema, “na medida em que o capital se beneficia da gratuidade do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres”, mas também, “a partir daí, igualmente, a família nuclear como o local onde ocorre essa exploração” (2014/2021, s/p). Considerando a perspectiva apresentada de trabalho sexual como dimensão do trabalho reprodutivo, pode-se dizer que, em certo sentido, mulheres que se sustentam do sexo rompem com essa lógica ao colocarem preço no trabalho sexual (PRADA, 2018).

Entretanto, percebe-se que mesmo com a ampliação das discussões acerca do trabalho sexual, o tema ainda é tratado com muita polêmica, e sua redefinição como um tipo de trabalho tem sofrido intensa oposição, inclusive dentro do movimento feminista, apesar de sua heterogeneidade (PISCITELLI, 2012). As premissas hegemônicas em relação ao trabalho sexual, compartilhadas até mesmo por pessoas e setores ditos progressistas, na prática muitas vezes só reforçam o estigma social já sofrido pelas trabalhadoras da categoria, fornecendo a base para o exercício da violência simbólica e material contra essas mulheres (JULIANO, 2005). Como exemplo, no âmbito das produções acadêmicas, autores como Diniz e Mayorga (2018) percebem criticamente que muitos dos trabalhos sobre o tema encontrados em sua revisão bibliográfica não têm trabalhadoras sexuais como sujeitos de pesquisa, assim, destituindo-as de agência, reafirmando representações negativas sobre elas e seu trabalho e subsidiando posições abolicionistas em espaços de luta e ação política

Dessa forma, “do ponto de vista da moral brasileira, essas mulheres continuam marginalizadas socialmente e vítimas de preconceitos e discriminação pelo julgamento social” (BRITO et al., 2019, p. 2). Pesquisas como a de Freitas et al. (2020, p. 155) comprovam através de depoimentos que a exclusão social é ainda muito presente no contexto de vida das profissionais

do sexo, tornando-se “uma marca sobre a mulher como se ela só pudesse ser vista sob esse ângulo”. A questão do estigma social merece destaque especial, fenômeno este que ocorre com a simultaneidade de elementos como rotulação, estereotipização, perda de status e discriminação em relação a uma pessoa que é associada a características consideradas desqualificáveis para a sociedade (LINK; PHELAN, 2001; SIQUEIRA; CARDOSO, 2011). Para Diniz e Mayorga (2018), o já citado sistema de sexo/gênero abriga a principal tecnologia de produção e manutenção da desqualificação social de trabalhadoras sexuais, uma vez que ele é desestabilizado neste contexto. Como os autores recordam, o sexo comercial está entre os atos sexuais mais condenados socialmente na “hierarquia sexual” de Rubin (1993).

São os grupos de pessoas tidos como “normais” que constroem uma teoria do estigma, criando ideologias para buscar explicar a dita “inferioridade” de pessoas estigmatizadas visando assim controlá-las, uma vez que elas representam um perigo para as normas sociais e são enxergadas como não verdadeiramente humanas (GOFFMAN, 1975; SIQUEIRA; CARDOSO, 2011). Nesse sentido, para Juliano (2002), o estigma que cerca o trabalho sexual, que seria o mais forte dos estigmas sociais, não possui relação com o que as trabalhadoras sexuais são ou fazem, mas tem uma função essencial na manutenção do *status quo*, representando um potente elemento de controle para, também, as mulheres que não trabalham na indústria do sexo, beneficiando assim a estabilidade do sistema como uma eficaz estratégia de dominação patriarcal. Ela afirma, também, que o estigma traz mais danos às trabalhadoras sexuais do que o próprio trabalho sexual. E, para além delas e de outras mulheres, o estigma afeta ainda suas famílias, amigos e filhos (PRADA, 2018).

O “estigma de puta” é uma categoria analítica introduzida por Pheterson (1986), psicóloga social e militante do movimento social de prostitutas. Servindo como um mecanismo geral de controle social do gênero feminino, ele pode ser acionado por qualquer pessoa que visa realizar um ataque contra mulheres. Trata-se, então, de uma punição, de uma marcação de “desvalor” a uma mulher considerada “impura”, independente de ela ser trabalhadora sexual ou não, já que todas estão sujeitas a essa classificação, bastando desviar das rígidas normas atribuídas aos papéis de gênero. Sua função, além do ataque, é construir e perpetuar a imagem depreciativa da “puta”, servindo como exemplo de punição.

Migrando para o mundo virtual, Caminhas (2020/21), em seu estudo, debruçou-se sobre o *webcamming* erótico virtual (que abreviaremos aqui como *camming*, praticado pelas conhecidas como *camgirls*, ou ainda modelos virtuais, *strippers* virtuais, *webcam models*, etc.), investigando sua organização, estruturação e dinâmicas internas no contexto brasileiro. Fenômeno recente que tem se expandido, se diversificado e se popularizado nos últimos anos, o *camming* emergiu no

Brasil no início da década de 2000, na conjunção de inovações tecnológicas e apropriações destas para fins libidinosos. A atividade é realizada em maior parte por mulheres que, em posição de exibicionismo, encenam diante da câmera atos eróticos e sexuais para uma audiência em troca de dinheiro e outros bens materiais, sendo uma interação mediada simultânea. Na concepção de Beakley (2014), citado pela autora, o *camming* é uma prática essencialmente interativa, sendo nela central a interlocução entre *camgirls* e usuários. Dessa forma, “a interatividade é um dos principais bens comercializados, na medida em que se paga tanto pela interação quanto pelo conteúdo sexual/erótico” (CAMINHAS, 2021, p. 13).

Esse ponto, pensamos, também pode se aplicar, por exemplo, à prostituição. No entanto, ao mesmo tempo que o *camming* se aproxima e mantém diálogo com outros ramos dos mercados do sexo, pegando emprestado muitas de suas características, ele também tem suas singularidades. Essa questão, também destrinchada na obra de Caminhas (2020/21), é considerada pela mesma como a principal problemática do mundo do *camming*. Nela, há dois níveis distintos: o analítico, que compõem o atual e escasso campo de estudo nacional sobre o tema, que constantemente circunscreve o *camming* dentro de outros tipos de trabalho sexual (como pornografia, *striptease* e prostituição); e o empírico, que envolve uma disputa por significados do *camming*, protagonizado principalmente pelas *camgirls* que se esforçam para dissociar seu trabalho do da prostituta. Vemos aí como o estigma, mesmo que implícito, pode ser reproduzido pelas próprias trabalhadoras sexuais, que por vezes hierarquizam ramos dentro da categoria.

Embora tenham perfis extremamente variados e multifacetados, Caminhas (2020/21) percebe pelas suas incursões (n)etnográficas e pelas entrevistas que realizou que um ponto comum entre muitas *camgirls* seria essa mobilização constante – relevante dizer que, como a autora aponta, não de forma premeditada, deliberada ou calculada, mas sim intuitiva, com base em suas experiências e ações cotidianas – de discursos e condutas visando se afastar das prostitutas, a quem consideram “pessoas marcadas por uma mácula moral que as situam no terreno das abjeções” (CAMINHAS, p. 211, 2020), e cuja profissão é interpretada como perigosa, marginal, pouco lucrativa e não-prazerosa. A prostituição, assim, atua como um polo negativo/um contraexemplo, que na visão destas *camgirls* comprometeria as mulheres tanto a nível sociocultural quanto individual, respectivamente, devido ao “estigma de puta” e à ideia de corrupção da autoimagem.

Dessa forma, para a autora, a busca por esse distanciamento tem a ver com os processos de autoapresentação e autorrepresentação que podem ser impactados, já que tal disputa

está relacionada a uma série de fatores, dentre os quais se destaca o estigma da prostituição. Bem sabemos que no interior dos mercados de sexo e erotismo, muitos são os ramos que buscam se distanciar das prostitutas, a exemplo

pornografia (DÍAZ-BENITEZ, 2009, 2013; ABBOTT, 2010), do disque-sexo (FLOWERS, 1998; SELMI, 2012), do strip-tease (FRANK e CARNES, 2010) e até mesmo outros arranjos de trocas comerciais sexuais (PISICTELLI, 2007). Como nos revela Agustín (2007), o termo prostituição funciona como uma construção linguística associada a um processo de categorização social, que constrói a “classe de mulheres perigosas”, relacionada à criminalidade, à decadência moral e à pobreza (CAMINHAS, p. 6-7, 2021).

É relevante pontuar, no entanto, que nas considerações finais de sua pesquisa, a autora observa que atualmente as *camgirls* têm se assumido cada vez mais nas redes sociais como “*sex workers*”, reconhecendo assim o *camming* como um trabalho sexual, mudança que ela acredita ter relação com a popularização da prática no Brasil, o que, por conseguinte, amplia o conhecimento sobre sua dinâmica de funcionamento.

Em um âmbito mais macro, em relação ao mercado, Caminhas (2020/21) observa que, com o tempo, este vem se tornando cada vez mais inflado e competitivo, considerando o mundo do *camming* como cambiante, instável e em rápida transformação. Nessa acepção, Barbosa (2017) por sua vez buscou em sua pesquisa discutir o *camming* e relações de trabalho, diante do contexto de um mercado de trabalho, como um todo, muito exigente e pouco recompensador. Segundo a autora, na maior parte dos casos a atividade pode ser classificada como uma forma de autoemprego, na medida em que a trabalhadora a exerce diretamente, cria suas próprias condições de trabalho e dispõe de todo o capital necessário para sua realização. Barbosa (2017) aciona Lima (2009) para associar o autoemprego à precariedade, flexibilização e informalidade, além de problematizar o mercado do *camming* como um concentrador de poder e riquezas que retiraria a autonomia de trabalhadoras e clientes uma vez que determinadas plataformas, tornadas hegemônicas, conquistam o monopólio da atividade, tornando as *camgirls* cada vez mais dependentes da plataforma para trabalhar.

Barbosa (2017) entende o *camming* como um trabalho sexual virtual *uberizado* no Brasil (mais especificamente, uma uberização da pornografia), visto que assim como a Uber e outras empresas, plataformas de *camming* também clamariam “a economia do compartilhamento como uma forma mais justa de trabalho e de consumo, mas que tem se mostrado uma forte aliada do capital que a utiliza como forma de burlar legislações trabalhistas e tributárias” (BARBOSA, p. 16, 2017). É relevante apontar que, apesar da diversidade de trajetórias e motivações para ingressar no *camming*, tanto na pesquisa de Caminhas (2020/21) quanto na de Barbosa (2017) se sobressai nos relatos das mulheres entrevistadas uma frustração com empregos formais, que em sua visão são de baixa qualidade pelos baixos salários, pela exploração do contratado e pela carga horária excessiva.

Levando em conta todo o exposto até agora, como escreve Reda (2020), o trabalho sexual precisa, assim, ser compreendido por vieses indissociáveis de questões políticas, econômicas e sociais no contexto em que essas mulheres se inserem. Dessa maneira, é imprescindível considerar as relações sociais que constroem este trabalho como ele é hoje, observando a legitimidade dos fracassos de modelos tradicionais de relações familiares e socioeconômicas. A necessidade de se estabelecer um olhar integral se viabiliza como mecanismo essencial para desmistificar premissas moralistas que se concentram mais em repudiar as nuances sexuais do trabalho do que acolher as pessoas envolvidas, assim, permitindo a importante reflexão sobre fenômenos como o desemprego, a informalidade e a precarização do trabalho, tão presentes no Brasil.

A precariedade se atualiza e torna-se precarização, não sendo mais restrita a atividades marginais e periféricas, mas povoando o coração da dinâmica de acumulação do capital, retirando do Estado suas funções essenciais (como a assistência e seguridade social) e resultando na redução ou mesmo perda de direitos trabalhistas e sociais, como a ausência de renda suficiente e de plena cidadania, fragilizando os trabalhadores. O debate sobre o reconhecimento do trabalho sexual como trabalho é ameaçado, segundo Santos et. al (2020), por um contexto em que os próprios direitos trabalhistas estão sendo destruídos e grande parte da população economicamente ativa está migrando para o trabalho informal sem direitos, muito mais próximo do tipo do “regime de trabalho” que tradicionalmente rege a prostituição no Brasil. Desse modo, nem a ocupação nem o emprego garante direitos. Relevante considerar que a sociedade e a economia brasileiras tem como um de seus traços fundamentais sua heterogeneidade estrutural, com diversas formas e relações de trabalho (VARGAS, 2016; MACHADO; GIONGO; MENDES, 2016).

Esses fenômenos, inclusive, foram intensamente agravados pelos efeitos da pandemia de COVID-19, afetando ainda mais a situação das mulheres em geral, que historicamente trabalham em ocupações mais precárias, concentrando-se em setores mais impactados pela crise, sobretudo o de serviços. Segundo registros do relatório da Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) de 2020 desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o cenário pandêmico deixou 8,5 milhões de mulheres fora do mercado de trabalho (IBGE, 2020). De acordo com Silva e Pena (2021), todos os tipos de trabalho sexual, de uma forma ou outra, têm sido afetados pela pandemia. Mas, discutindo especificamente as dificuldades enfrentadas por prostitutas neste período, os autores apontam que, no Brasil, a vulnerabilidade social em que muitas destas trabalhadoras se encontram reside na ausência de direitos, somado ao estigma cotidiano, à falta de políticas públicas, à invisibilização política e ao descompromisso do Estado. Também evidenciam como esses problemas já são antigos, porém são potencializados neste contexto, colocando as

trabalhadoras em uma complicada posição de ter que decidir entre o risco de contrair o vírus e a sobrevivência delas e de seus familiares.

Sobre este mesmo período, Santos et. al (2020) exploram a ideia de trabalhadoras sexuais como trabalhadoras essenciais ao abordar como o movimento de prostitutas assumiu, mais uma vez, um papel fundamental na organização de respostas locais à uma crise de saúde diante das ausências e abusos do Estado brasileiro, que se destacou muito negativamente, assumindo condutas contraditórias até mesmo a nível intramunicipal. Baseando-se no conceito de necropolítica de Achille Mbembe e considerando diferentes dimensões interseccionais, as autoras investigam como a prostituição e o trabalho têm sido (des)governados no país e como isso moldou as reações das “putativistas” à pandemia de COVID-19, uma vez que a categoria foi deixada ainda mais às margens devido a proteção de certos corpos e condenação de outros pelo Estado. Nesse sentido, Rodrigues (2021) discute as repercussões do avanço da extrema-direita e do neoconservadorismo na esfera da ação estatal brasileira, analisando particularmente os desafios do acesso à direitos pelas prostitutas no contexto pandêmico, que precisaram construir articulações com diferentes sujeitos políticos de também diferentes esferas para fazer frente às novas e velhas demandas ignoradas pelo Estado.

Seguindo orientações de redes e associações de trabalhadoras do sexo espalhadas pelo país, algumas prostitutas conseguiram migrar seu trabalho para a internet, realizando chamadas de vídeo ao vivo por WhatsApp e salas online, vendendo fotos e vídeos íntimos, etc., seja por equipamentos e aparelhos próprios ou compartilhados, como entre colegas do mesmo ramo. Prostitutas dos estados do Ceará e Pará relatam que no ambiente virtual seu rendimento diminuiu significativamente por conta da ampla concorrência e variedade de opções apresentadas nesse meio, tendo assim de reduzir seus valores. Ao mesmo tempo, reconhecem que essa possibilidade foi o que permitiu que custeassem suas necessidades com maior proteção e segurança em face da crise sanitária, e algumas delas pretendem continuar com os atendimentos virtuais após a pandemia. Também há as que exercem uma jornada dupla (virtual e presencial, este último em locais clandestinos enquanto não permitido) de trabalho sexual, em busca de uma renda melhor, e ainda as que fazem isso eventualmente. As mais prejudicadas parecem ter sido as trabalhadoras sexuais que, em adição a baixa renda, têm uma idade avançada, pois além da menor ou falta de acesso/familiaridade com o mundo digital, encontram-se em situação de maior risco também pela faixa etária (SANTOS, 2021c; ALVAREZ, 2020; CASTRO, 2021).

Com a crise, tanto o trabalho sexual presencial quanto virtual aumentou. Como exemplos, há dados divulgados em um site de garotas de programa brasileiro segundo o qual o interesse de

mulheres na atividade disparou desde o início da quarentena e o número de cadastros aumentou em 85% (SOUPIN, 2020), enquanto segundo a plataforma digital global *OnlyFans*, conhecida pelos “*nudes por assinatura*”, o trabalho sexual online aumentou em 370% o lucro de seus criadores de conteúdo, numa comparação de dados de dezembro de 2019 com o mesmo mês em 2020 (MACHADO, 2021). Dessa forma, para Reda (2020), criminalizar o trabalho sexual limitaria ainda mais as oportunidades de trabalho para essas mulheres, sem uma alternativa concebível dentro das condições econômicas, estas insuficientes. Coibir suas atividades, assim, seria o mesmo que relegá-las a se manterem sob as condições de desemprego ou alienação impostas a elas anteriormente, as quais desde o início buscavam deixar para trás (REDA, 2020).

Isto posto, faz-se importante uma leitura que considere o contexto e as necessidades reais das trabalhadoras sexuais, em crítica à primazia de uma narrativa única sobre essas mulheres, que habita o imaginário popular. Sendo esta categoria ampla e diversa, existem nela diferentes realidades e experiências, e nenhuma deve deslegitimar a outra. Algo que se coloca comum, porém, apesar de variar em forma e intensidade a depender de diferentes interseccionalidades, impactando assim determinadas mulheres em maior proporção, é o estigma que cerca este trabalho – que tende a ser mais severo em relação à prostituição, principalmente a de rua (WEITZER, 2018) –, tema que agora retomaremos em sua relação com a saúde.

Trouxemos o panorama acima para chegar, enfim, à saúde dessas mulheres – afinal, como coloca Brito et al. (2018), não é possível discutir saúde sem refletir sobre direitos humanos, relações de gênero, divisão sexual do trabalho e o modo como a sociedade percebe a ocupação sexual. Um conceito-chave que entrelaça saúde mental e trabalho sexual é justamente o estigma, que foi descrito como onipresente no comércio sexual (WEITZER, 2018). O estigma, já referenciado no subcapítulo anterior, é definido por Goffman (1963) como “um atributo profundamente depreciativo”, sendo que, segundo o autor, a pessoa estigmatizada teria sua “identidade estragada”. No entanto, o que é fundamental não é o atributo em si, uma vez que não se trata de algo inerente a um tipo de comportamento ou condição (WEITZER, 2018), e sim de um processo social de exclusão, que produz e reproduz as relações de poder (LINK; PHELAN, 2001; TRELOAR et al., 2021).

Esse estigma pode criar, inclusive, obstáculos ao acesso à saúde por parte de trabalhadoras sexuais. Assim, mesmo que a Constituição Federal e o Sistema Único de Saúde garantam o acesso universal e igualitário a ações e serviços de saúde pela população brasileira, e mesmo que a Política Nacional de Atenção Integral de Saúde das Mulheres e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, respectivamente, reconheçam as diferentes necessidades de saúde das mulheres (BRASIL, 2004; PINHO, 2018) e estabeleça que a atenção à saúde deva priorizar

grupos de trabalhadores/as com maior vulnerabilidade social e laboral (BRASIL, 2012) – e, assim, trabalhadoras do sexo deveriam estar amparadas em seus direitos como cidadãs, mulheres e trabalhadoras –, o que se vê na prática, no entanto, é que o acesso à saúde por parte de trabalhadoras sexuais é dificultado por “barreiras individuais, sociais, estruturais e políticas” (BRITO et al., 2018, p. 2), como na forma de preconceitos e discriminações – elementos-chave do estigma, que as marginaliza – e consequente falta de acolhimento adequado e resolutividade por parte de profissionais da saúde que, quando muito, se limitam às questões das ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), sem considerar a saúde das trabalhadoras sexuais de forma integral (LEITÃO et al., 2012; PINHO, 2018).

Saúde integral inclui a saúde mental, que pode ser impactada significativamente pelo estigma em torno do trabalho sexual (TRELOAR et al., 2021) – o mesmo estigma que cria barreiras para trabalhadoras sexuais acessarem a saúde e outros espaços, e que são alimentadas inclusive pelo meio acadêmico: como notaram as últimas autoras citadas, existem muitas pesquisas com posturas ideológicas e metodologias fortemente enviesadas que buscam patologizar trabalhadoras do sexo (buscando, por exemplo, estabelecer ligações causais entre trabalho sexual, trauma e abuso). Este tipo de discurso pode ressoar na atitude de profissionais da saúde, essencializando a identidade de trabalhadoras sexuais. Para Cristophe Dejours (1986) – psicanalista, fundador da abordagem psicodinâmica do trabalho e médico psiquiatra e do trabalho –, saúde mental, embora difícil de precisar e em crítica do autor à definição internacional, não se trata de um fixo estado de bem-estar – já que isso é, como em qualquer esfera da saúde, indefinível e inalcançável, tendo um caráter processual e não linear –, mas um estado do qual buscamos nos aproximar, havendo desejo e esperança, necessários para a saúde e para a vida.

Dessa forma, para o psicanalista, saúde tem a ver com movimentos, transformações e meios para lidar com aquilo que vivemos; ser saudável mentalmente é, portanto, quando desejar e se colocar como um ser desejante é permitido, o que pode ser favorecido ou desfavorecido pela organização do trabalho, que é potencialmente capaz de trazer sofrimento psíquico para o(a) trabalhador(a) segundo o autor (QUEIROGA, 2020). Nesse sentido, o trabalho sexual pode, por exemplo, ser entendido e experienciado por trabalhadoras da categoria como uma opção flexível e adaptável para algumas pessoas com problemas de saúde mental; por outro lado, o estigma que cerca este trabalho pode exacerbar os sintomas de problemas desta ordem (TRELOAR et al., 2020). E, se o estigma social não faz parte da organização do trabalho sexual em si, ele certamente o permeia e o transcende, sendo uma ameaça generalizada no mercado sexual (WEITZER, 2018).

Enquanto não foram identificadas pesquisas diretamente sobre *camgirls* e saúde mental – provavelmente pelo tema ser recente e a literatura ainda escassa –, foram encontradas pesquisas

sobre prostitutas e saúde mental, em sua maioria quantitativas (das áreas da psiquiatria e enfermagem). A título de exemplo, um estudo suíço entrevistou 193 mulheres prostitutas de diferentes nacionalidades (inclusive latinoamericanas) e locais de trabalho (ruas, bares, bordéis, entre outros) em Zurique, no qual 50% delas relatou ter tido algum “transtorno psiquiátrico” (como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático) no último ano. Identificaram, ainda, que o grupo de mulheres com maior índice de sofrimento mental é majoritariamente composto por migrantes não-europeias.

Tanto esse grupo quanto o grupo com melhor saúde mental tem o mesmo tipo de local de trabalho como prevalente: os chamados “studios”, que na Suíça e arredores são como “bordéis baratos”, e disso Roessler et al. (2010) observam que, exercer trabalho sexual em ambientes fechados não necessariamente está associado à uma maior segurança, ou melhor saúde mental. Ao mesmo tempo, o grupo composto principalmente por mulheres que trabalham em ambientes abertos (ruas, carros de clientes, etc.), também apresentaram níveis significativos de transtornos, mas em menor nível. Os autores, reconhecendo a heterogeneidade do trabalho sexual, concluem que problemas de saúde mental em trabalhadoras sexuais podem estar relacionados às suas condições de trabalho (que podem variar muito), à falta de suporte social (mais que metade das entrevistadas sentem-se frequentemente excluídas por seu círculo de conhecidos e/ou pela sociedade), à (sobre)carga de trabalho subjetivamente percebida e à diferentes formas de violência.

Citemos mais duas pesquisas do gênero, brasileiras. Vidal et al. (2014) buscaram em seu estudo avaliar a prevalência de possíveis transtornos mentais comuns (TMC) – expressão cunhada por Goldberg e Huxley (1992) para caracterizar sintomas frequentes na população geral que não preenchem critérios formais para diagnósticos estabelecidos mas trazem sofrimento e incapacidade funcional, sendo associados principalmente à população feminina, destacando-se aqui a questão do papel social da mulher e à piores condições socioeconômicas – em mulheres prostitutas utilizando como instrumento o *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20) com 216 mulheres cadastradas na Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG), em Belo Horizonte (MG). Como resultado, a prevalência de sintomas indicativos de TMC foi de 57,9%, mais observados em participantes com baixa escolaridade, entrada precoce na prostituição e histórico de violência física. Sobre a violência, os autores observam que a ocorrência de TMC é duas vezes mais elevada entre mulheres vítimas de violência, este um problema também de saúde pública, do que em mulheres sem esse histórico; mesmo apresentando uma associação significativa à TMC, a taxa de prostitutas entrevistadas que referiu violência física foi menor que a média de mulheres em geral.

Quanto ao percentual citado, Vidal et al. (2014) observam que este é superior ao da população brasileira em geral, que à época do estudo girava em torno de 38%. Os sintomas predominantes entre as entrevistadas foram do grupo [do SRQ-20] de “sintomas somáticos”, no qual houve mais respostas afirmativas para “dorme mal” e “falta de apetite”. Em seguida, o segundo grupo com mais sintomas referidos foi o de “humor depressivo/ansioso”, com destaque para “tem se sentido triste ultimamente” e “tem chorado mais do que de costume”. Nos outros dois grupos de sintomas, “decréscimo de energia vital” e “sintomas depressivos”, destacam-se, respectivamente, os sintomas “tem dificuldade em tomar decisões” e “sente-se uma pessoa inútil, sem préstimo”. Ao mesmo tempo, grande parte das mulheres discordou de ter “dificuldade de pensar com clareza” e de ser “incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida”.

Elias (2017) realizou uma pesquisa com 158 mulheres prostitutas em Uberlândia (MG), cujo objetivo foi avaliar indicadores de saúde mental (transtornos mentais comuns ou TMC, qualidade de vida e satisfação com a vida) nesta população por meio dos instrumentos WHOQOL-BREF, *Satisfaction With Life Scale* (SWLS) e *Self Report Questionnaire* (SRQ-20). Como resultado, as participantes da pesquisa apresentaram um nível sintomático de TMC acima da média populacional geral e similar à de outras pesquisas realizadas com profissionais do sexo, sendo este nível associado a também relativamente baixos níveis de qualidade e satisfação com a vida, estes, por sua vez, semelhantes aos da população em geral.

Foi indicado que mais de metade das participantes teriam sintomas indicativos para TMC, destacando-se nos últimos 30 dias o nervosismo, tensão ou preocupação e a tristeza. Além disso, a média do domínio psicológico como aspecto de vida foi de 65,34 e o domínio social foi 55,38, que seriam consideradas médias baixas ou medianas uma vez que quanto mais próximo de 100, melhor seria a qualidade de vida. Sobre a satisfação com a vida, a menor média foi em relação à afirmação “se eu pudesse recomeçar a minha vida, não mudaria quase nada”; ao mesmo tempo, a média mais alta de concordância foi quanto à “até agora, tenho conseguido as coisas importantes da vida, que eu desejaria”. A autora aponta que o cotidiano laboral dessas mulheres expõe ao risco do estigma, discriminação, violência, propensão à depressão e outros TMC.

Num âmbito geral, a configuração do mundo do trabalho contemporâneo, caracterizada pela iminência do desemprego, insegurança e competição entre trabalhadores, torna cada vez mais comuns a fadiga, o estresse, o embotamento afetivo e outros transtornos, mesmo entre aqueles supostamente mais privilegiados (SELIGMANN-SILVA et al., 2010; COUTINHO et al., 2007; QUEIROGA, 2020). Diante deste cenário, a relação entre saúde mental e trabalho vem sendo cada vez mais investigada. As perturbações psicológicas que o trabalho é capaz de gerar passaram a ser mais estudados e reconhecidos a partir de 1980 sob a designação Saúde Mental e Trabalho, como

uma subárea da Saúde do Trabalhador – este último um campo de conhecimentos e práticas que emergiu no Brasil no final da década de 1970, quando o movimento sindical ressurgia no país. Baseado nos preceitos da Medicina Social Latino-Americana e da Saúde Coletiva, a Saúde do Trabalhador busca compreender e intervir nas relações entre trabalho e processo saúde-doença, considerando o trabalhador como *sujeito*, que deveria ter seus limites subjetivos respeitados (COUTINHO; BERNARDO; SATO, 2017; QUEIROGA, 2020).

Em consonância com as referidas abordagens, a Psicologia Social do Trabalho (PST) nasce na busca de compreender a relação entre a subjetividade do sujeito, o campo social e o cenário do trabalho, frente às necessidades de adaptação do trabalho ao trabalhador, e não o contrário (COUTINHO, 2015). Este último ponto, inclusive, representa uma mudança no compromisso ético-político da Psicologia, uma vez que a perspectiva hegemônica do trabalho no campo da psicologia abraça os problemas e interesses do corpo gerencial e do capital (priorizando questões como *performance*, lucros e produtividade), enquanto a PST, por sua vez, se coloca ao lado dos problemas e interesses do(a) trabalhador(a), na busca por direitos e cidadania (SPINK, 1996; COUTINHO; BERNARDO; SATO, 2017; QUEIROGA, 2020).

A Psicologia Social do Trabalho emerge em um contexto de grande insatisfação popular em relação a esferas como saúde, trabalho e educação, de redemocratização do país e de demanda por uma psicologia do trabalho que melhor se adequasse aos desafios da complexidade do Brasil, bem como por leituras da psicologia social que iluminassem os problemas da nossa sociedade (COUTINHO; BERNARDO; SATO, 2017; ESTEVES et al. 2017; QUEIROGA, 2020).

Dessa forma, embora as facetas do trabalho regulado – isto é, aquele “protegido pela legislação trabalhista e previdenciária, e que conta com os sindicatos como entidades de defesa dos interesses dos trabalhadores e de construção de contradiscursos” (COUTINHO; BERNARDO; SATO, 2017, p. 16) – tenham sido importantes para construir os pilares identitários da PST, esta perspectiva também vem se dedicando a outros tipos de trabalho que, mesmo comuns no Brasil, não vinham sendo foco da Psicologia, como as informalidades – caso do trabalho sexual. A PST, então, se caracteriza como “uma leitura do campo do trabalho desde a Psicologia Social em uma vertente crítica, que olha o trabalho pela perspectiva de quem o vivencia no cotidiano, buscando o diálogo com os trabalhadores” (COUTINHO, BERNARDO, SATO, 2017, p. 21).

Diante do exposto e em uma perspectiva crítica aos discursos hegemônicos que reforçam o estigma e roubam o protagonismo de quem de fato vive o trabalho sexual, a presente pesquisa busca compreender as repercussões psicossociais do trabalho vivenciadas por trabalhadoras do sexo – mais especificamente, quais os sentidos e significados atribuídos ao trabalho sexual pelas mulheres pesquisadas; como experienciam o estigma social em relação ao seu trabalho; quais suas

experiências e necessidades em saúde mental –, fazendo ecoar as vozes das próprias trabalhadoras do sexo como trabalhadoras e sujeitos ativos, protagonistas de suas histórias e capazes de (res)significar e subverter os sentidos de seu trabalho.

## 2 MÉTODO

A pesquisa aqui proposta foi baseada na perspectiva teórico-metodológica da Psicologia Social do Trabalho (PST). Complementando o que já foi mencionado a respeito no capítulo anterior, agora referindo-se à pesquisa em PST, iremos primeiramente enunciar alguns dos princípios que a orientam – que se mostram presentes neste estudo relacionados ao trabalho sexual desde sua introdução –, de acordo com Ribeiro et al. (2017):

(1) A PST adota uma compreensão mais abrangente do trabalho como “atividade vital, humana, consciente, intencional” (p. 117), sendo ele considerado em suas mais variadas formas – produtivo ou reprodutivo, urbano ou rural, remunerado ou não-remunerado (este último, como no caso do trabalho sexual não-remunerado dentro do trabalho reprodutivo), etc. Confrontando concepções tradicionais, a PST interroga o trabalho como fenômeno psicossocial reconhecendo criticamente o caráter diversificado, heterogêneo, complexo e fragmentado das atividades laborais presentes hoje na sociedade (SPINK, 2009) e da nova classe trabalhadora, nomeada por Antunes (1999) como a “classe-que-vive-do-trabalho”;

(2) A participação dos/as trabalhadores/as nas pesquisas é central para a PST, tendo essa perspectiva sido marcada desde sua fundação por pesquisas e intervenções engajadas nas lutas dos trabalhadores e compreendendo que os estudos nesta perspectiva, além de interdisciplinares e de não se filiarem a alguma abordagem específica (e é por isso que usamos aqui referências de diferentes áreas, com foco nas ciências sociais), precisam contar com a experiência daqueles/as que realizam as atividades que constituem o real acontecer do trabalho, produzindo conhecimentos sobre este e vivenciando no cotidiano as contradições do sistema, sendo também atores políticos com papel central na reivindicação e na produção de iniciativas de transformação (RIBEIRO et al., 2017);

(3) A PST tem uma dimensão e compromisso afirmativamente ético-político. Isso significa que as práticas investigativas nessa perspectiva são críticas e não-neutras, adotando um olhar problematizador e não-naturalizador, que considera os contextos macro e microsociais visando “auxiliar no enfrentamento das mazelas do capitalismo e na busca dos trabalhadores por autonomia nos mais variados contextos de trabalho” (RIBEIRO et al., 2017, p. 120). Desse modo, assim como os contextos de trabalho são políticos, a atividade científica também se configura como política, uma vez que para a PST qualquer ação é política, mesmo no caso de “uma pesquisa aparentemente simples, pois a suposta neutralidade serve apenas para reproduzir o *status quo*” (Ibid., p. 121).

Dito isso, a pesquisa no campo da PST deve buscar produzir concepções e práticas contextualizadas, dialogadas e engajadas, permitindo, assim, por meio da busca de categorias

teóricas construídas em conjunto com os/as trabalhadores/as, identificar problemas e desafios nem sempre evidentes e que, muitas vezes, são minimizados ou deturpados por versões da realidade apresentadas pelos grupos dominantes – e, nessa acepção, muitas das pesquisas em PST têm desafiado visões estereotipadas sobre trabalhadores/as (RIBEIRO et al., 2017; COUTINHO; OLIVEIRA, 2017; QUEIROGA, 2020).

Assim, prioriza-se na PST “modalidades qualitativas de pesquisa com objetivos de observação, interpretação e explicação compartilhada da realidade”, buscando acima de tudo “dar lugar central ao ponto de vista dos trabalhadores e seu papel na transformação dos ambientes de trabalho” (RIBEIRO et al., 2017, p. 124-125). Portanto, o presente estudo – cujo projeto foi submetido para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e aprovado em 16 de setembro de 2021 (número do parecer: 4.981.354; CAAE: 50775521.3.0000.5482) é de abordagem qualitativa, utilizando-se como instrumento entrevistas semi-abertas com duas mulheres maiores de 18 anos que trabalham ou trabalharam com sexo por no mínimo 1 ano e que leram e assinaram devidamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (vide Apêndice A), realizadas com o apoio de um roteiro previamente elaborado (vide Apêndice B), baseado nos objetivos da pesquisa e em conformidade com a revisão bibliográfica.

Após levantamento bibliográfico interdisciplinar e confecção inicial do roteiro de apoio às entrevistas, antes da coleta de dados propriamente dita foi realizada uma entrevista-piloto com uma mulher que já ofereceu serviços sexuais virtuais e presenciais, visando aperfeiçoar o roteiro. Depois de elaborada a versão final da entrevista, foram buscadas mulheres que se enquadrassem nos critérios supramencionados, através de convites (nos quais me apresentava, explicava a pesquisa e as convidava) realizados via redes sociais e e-mails, tanto para associações/redes de trabalhadores/as sexuais quanto diretamente para trabalhadoras sexuais de diferentes perfis. Posteriormente, também divulguei em uma rede social que estava procurando mulheres com os requisitos já citados para contribuírem com a pesquisa. Entre encontros e desencontros, alguns convites foram ignorados (ou simplesmente não vistos), assim como algumas trabalhadoras chegavam a demonstrar interesse inicialmente, mas não levaram a cabo a participação no estudo.

Por fim, minhas interlocutoras neste trabalho foram Fátima (55 anos, ex-trabalhadora sexual presencial, mulher cisgênero) e Gween<sup>1</sup> (27 anos, trabalhadora sexual virtual atuante, mulher cisgênero), mulheres que tiveram disponibilidade material e afetiva para participarem da presente pesquisa. O contato com Fátima se deu através de um convite que fiz para uma rede

---

<sup>1</sup> Identificada aqui com o nome fictício que utiliza no âmbito profissional, a pedido da entrevistada.

social da APROSBA - Associação de Prostitutas da Bahia, da qual Fátima é uma das fundadoras e coordenadora-geral, responsável também por cuidar da rede social. Aceito o convite pela própria Fátima, e lido e assinado o termo de consentimento, combinamos via *WhatsApp*® a entrevista, que ocorreu logo no dia seguinte ao convite. A entrevista durou aproximadamente 1 (uma) hora e foi realizada virtualmente por videochamada via *Google Meets*®, uma vez que Fátima reside em outro Estado (Salvador, Bahia).

O contato com Gween, por sua vez, se deu por conta de uma indicação; mais precisamente, por uma resposta à minha posterior divulgação de busca por sujeitos para a pesquisa. A pessoa que me recomendou Gween apontou que a trabalhadora costuma dar entrevistas, disse também ser conhecida dela, mas que não teria intimidade para fazer a “ponte”. Dado isso, entrei em contato diretamente com ela por e-mail fazendo o convite para a pesquisa. Poucos minutos depois, ela respondeu já aceitando e solicitando que a entrevista fosse assíncrona (pedindo para que eu enviasse as perguntas para ela via Telegram e que ela respondesse por áudios), uma vez que ela estava cuidando de seu filho recém-nascido. De todo modo, a entrevista teria de ser necessariamente virtual, dado que Gween reside no Rio de Janeiro. Após lido e assinado o termo de consentimento, enviei as questões (de forma bem aberta e deixando claro que ela poderia falar livremente), as quais ela respondeu poucas horas depois. O tempo total das respostas via áudios foi de pouco mais de 20 (vinte) minutos, tempo este que, embora tenha sido consideravelmente menor que o da entrevista de Fátima, não foi um empecilho, visto que houve riqueza de conteúdos. Todavia, recorreu-se a outras entrevistas concedidas por Gween disponibilizadas publicamente na *web* para captar algumas informações complementares, sendo explicitamente indicado quando nos referirmos a estas.

Feitas as entrevistas e gravados seus respectivos áudios, foram realizadas suas transcrições, leituras e discussões. A seguir, apresentaremos melhor as participantes, assim como as sínteses das entrevistas, para contextualizar as posteriores reflexões.

### 3 ENTREVISTAS

#### 3.1 Fátima

Fátima tem 55 anos e identifica-se como trabalhadora sexual, mesmo não prestando mais serviços sexuais há 16 ou 17 anos. Ela segue, porém, atuante no meio de outra forma: dedica sua vida ao ativismo, militando pelos direitos das trabalhadoras sexuais há cerca de 30 anos, idade do movimento organizado de prostitutas brasileiro e também por volta da mesma época em que se mudou para Salvador, capital da Bahia, onde fincou raízes e vive até hoje. Fátima é uma das fundadoras da ANPROSEX (Articulação Nacional de Profissionais do Sexo), criada em 2016, além de coordenadora-geral e co-fundadora da APROSBA (Associação de Prostitutas da Bahia), criada há cerca de 25 anos, cuja história foi ponto de partida espontâneo de sua fala. Na entrevista, ela deixa evidente que o ativismo faz parte de sua identidade: *“eu sempre fui militante em qualquer lugar que eu cheguei, seja na vizinhança, no bairro, nas empresas; sempre militei, sempre fui sindicalista”*. Para Fátima, *“militar é uma forma de você ajudar quem precisa, né, lutar, alguém que tenha coragem de mostrar a cara e lutar por alguma, um pouco de dignidade na vida”*.

A entrevistada inicia narrando que, em 1995, instaurou-se *“uma guerra muito grande aqui em Salvador, do governo querendo tirar as trabalhadoras sexuais do Centro [histórico]”*, no contexto de um projeto de *“revitalização”* da região. Embora Fátima nunca tenha trabalhado na Praça da Sé soteropolitana – que ela acredita ter sido *“um dos primeiros lugares de prostituição do Brasil”*<sup>2</sup> já que Salvador foi a primeira capital do país –, a entrevistada morava no Centro Histórico, bairro onde se localiza a praça. Sendo assim vizinha de muitas trabalhadoras sexuais da região, Fátima testemunhava *“as arbitrariedades da polícia, da forma que eles retiravam as mulheres, prendiam e passavam [as faziam passar] o dia inteiro fazendo faxina dentro das delegacias”*. Sem terem para onde ir, uma vez que a maior parte dessas mulheres não eram acostumadas *“a trabalhar em locais fechados e já tinham uma certa idade”*, Fátima preocupou-se com a situação. Mobilizada pelas mulheres e também as mobilizando, a resistência mostrou-se como a única saída à repressão sofrida. As trabalhadoras sexuais ocupavam o local já há muito tempo – para ainda além da Praça da Sé, Fátima assevera que a prostituição marca presença em diferentes épocas e lugares, enfatizando grandes centros e capitais –, e a luta era pelo direito de permanecer: *“foi muita confusão, eu cheguei a ser presa junto com as minhas colegas, a gente*

---

<sup>2</sup> A entrevistada crê que a Praça da Sé de Salvador teria sido a segunda mais antiga zona de prostituição brasileira seguida da Ladeira da Montanha, via pública na mesma cidade que foi submetida a uma *“revitalização”* – ou mais adequadamente, *“gentrificação”* – que prejudicou em muito o comércio sexual na região, como ela relata: *“hoje em dia só tem um bar, deixaram as casas cair pra poder botar as trabalhadoras sexuais pra fora, mas foi um lugar muito badalado internacionalmente onde só ia magnatas e tudo, e hoje em dia tá tudo acabando, eles querem que caia tudo pra poder fazer hotéis de luxo, né”*.

*resistindo pra que não tirasse a gente”.*

Na época, elas eram encarceradas por serem enquadradas como “vadias” dentro de uma lei no código penal brasileiro que até 2012<sup>3</sup> criminalizava pessoas que praticavam a “vadiagem”. A lei dizia respeito a quem “entrega-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita” (Artigo 59 do Decreto Lei nº 3.688, de 1941). A criminalização da vadiagem no Brasil, entretanto, é ainda anterior a este artigo, sendo legitimada como contravenção pelo código penal de 1889, servindo assim de aparato repressivo e ideológico ao marginalizar sujeitos considerados desviantes quanto aos comportamentos esperados em um novo contexto socioeconômico. No caso das prostitutas, uma das populações-foco de preocupação do Estado, ao não aderirem ao modelo ideal assalariado de trabalho, eram punidas por obterem seu sustento de forma alternativa, às margens das relações de produção dominante. Vemos assim “como o poder público atuou para o controle dos despossuídos dos meios de produção e como consolidou a ideologia que marginaliza os excluídos dos benefícios do sistema” (CARVALHO, 2006, p. 1).

Dado esse cenário, Fátima e companheiras fundaram, em 1997, a APROSBA (Associação de Prostitutas da Bahia), com sede física no Centro Histórico, para juntas poderem se organizar e lutar pelo direito não só de “*ir e vir*”, mas de “*permanecer na praça como qualquer outra pessoa*”, afinal, “*a gente não tava fazendo nada de errado, a gente tava sentada, a gente não tava tirando roupa, a gente só tava lá batalhando*”. Embora a associação tenha ficado menos ativa por uma temporada em que Fátima precisou se afastar, retomando em 2016 as atividades – entre elas, seminários, webinários e outros eventos e projetos –, a APROSBA sempre seguiu atuante, “*mesmo sem apoio, às vezes a gente consegue um apoio pequeno. A gente tá aqui fazendo todo o nosso trabalho. Gostaríamos que fosse mais, só que não dá, né, a gente não pode abraçar, a equipe é pequena, não temos dinheiro*”. A entrevistada reconhece os limites impostos, afirmando que elas têm lutado “*pra que o mínimo possível a gente possa alcançar*”. Fátima também aponta que a associação está sempre ativa na internet, além de descrever um dia típico de seu trabalho:

*Eu faço visita toda quarta-feira às áreas de prostituição, eu escolhi um dia na semana pra visitar, levar preservativos e escutar um pouco as minhas companheiras, convidá-las pra participarem de alguns eventos. Eu faço essa visita pela manhã, 9, 10 horas da manhã; às 11 até o meio dia a gente faz uma roda de conversa no Centro Histórico que é na associação e*

---

<sup>3</sup> Posteriormente, averiguamos que embora o Projeto de Lei que acabava com a "lei da vadiagem" tenha sido aprovado em 2004 na Câmara dos Deputados, ele ficou 15 anos no Senado e foi arquivado em 2019 [<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=273651>]. Os encarceramentos podem ter diminuído, também, pela inclusão do trabalho sexual na CBO, como trouxemos na introdução, além de negociações locais feitas entre associações de prostitutas (como a APROSBA) e instâncias públicas e policiais, como veremos neste capítulo.

*depois a gente, eu venho embora e fico na internet procurando tudo que diz respeito ao trabalho sexual, eu tô tentando né, tá antenada pra que eu possa levar essas informações pras minhas colegas que muitas das vezes elas nem têm uma internet pra assistir.*

Para a coordenadora-geral da APROSBA, os maiores ganhos alcançados até o momento pela associação foram

*conseguir com que as mulheres permanecessem na praça, a diminuição da violência policial, que era muito grande, o apoio que a gente teve da parceria com o Ministério da Saúde, em relação aos preservativos, com alguns hotéis também que as mulheres muitas vezes sofria dentro dos hotéis, levava calote<sup>4</sup>, e às vezes o cara matava e a gente chegou a se reunir com eles, com os donos de hotéis, pra que entrasse junto e saísse junto.*

Nascida no sertão da Paraíba, terra de sua mãe, Fátima mudou-se aos 15 anos com a família para Natal, no Rio Grande do Norte, terra de seu pai. Como ela conta, sua família “*é humilde, todo mundo trabalhou, todo mundo estudou, todo mundo teve seus próprios barracos*”. Assim, a entrevistada, cujo nível de escolaridade é o ensino médio completo, declara que sempre trabalhou – ou melhor, “*batalhou*” –, exercendo outras ocupações antes do trabalho sexual. Fátima enxerga o trabalho como algo necessário para a sobrevivência (“*a gente trabalha porque a gente precisa*”), no que inclui o sustento, casa, comida, roupa e o direito de se deslocar, desde que pudesse pagar. Relata que, quando jovem adulta, foi morar sozinha, pois queria viver sua vida mais livremente, já que sua família a “*prendia*”, assim como fazia com as outras filhas. Por volta de 1986, aos 20 anos, Fátima já havia passado por um casamento pressionado pela família e também pela separação. Na época, estava morando em Parnamirim (RN), onde trabalhava em uma firma multinacional – mais especificamente, na indústria têxtil, atuando como operadora de máquina de tecelagem –, mas sentia que “*quanto mais eu trabalhava, mais eu não tinha nada*”.

A entrevistada conta sobre uma colega de trabalho nesta empresa que chamava sua atenção, pois “*se arrumava super bem e tinha tudo*”, alegando trabalhar paralelamente como cozinheira, o que fez com que Fátima acreditasse que também desejava trabalhar com isso. Aproximando-se dessa colega, Fátima foi descobrindo com o tempo que a mulher não era de fato cozinheira – na verdade, mal sabia cozinhar. Por parecer estar escondendo algo, a entrevistada chegou a desconfiar que a colega era traficante; horrorizada, “*ela me falou que era garçanete, depois, ela foi mudando*

---

<sup>4</sup> A expressão popular que se refere ao ato de faltar com o pagamento de uma dívida intencionalmente, obtendo proveitos indevidos [<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/calote>]. Nesse caso, quando o cliente “dá calote”, ele não está pagando pelo serviço realizado pela trabalhadora sexual; dessa forma, esta “leva calote”, sendo assim golpeada, trapaceada.

*a coisa, e que trabalhava [como garçõnete] numa boate*". Pedindo que a colega arranjasse o mesmo "trampo" para ela trabalhar em seus dois dias semanais de folga do seu até então trabalho principal, foi na própria boate que Fátima descobriu que a colega não era garçõnete e sim prostituta. Motivada pela "curiosidade e pra ganhar dinheiro" e unindo o "útil ao agradável", a entrevistada também passou a exercer o trabalho sexual: "eu disse ah, cê quer saber, eu [já] dou pra todo mundo de graça, eu vou começar a dar por dinheiro. E aí comecei trabalhando, [em simultâneo com] a firma que eu trabalhava, e também ganhando do outro lado." Como prostituta, Fátima foi batalhadora pelo Brasil inteiro, e em diferentes espaços: "já trabalhei na rua, já trabalhei em boate, barzinhos, nas praças. Naquela época [também] por telefone, [já que] ainda não tinha internet, e navio; o que eu gostava mais era navio, e hotéis".

No que diz respeito ao conhecimento de sua família sobre seu trabalho, aqui mais especificamente suas filhas e sua mãe, Fátima conta que quando começou a dar entrevistas como militante teve muita preocupação com as filhas devido à exposição – "cê sabe que, nós, nossos filhos, são o maior palavrão do mundo, né? Filhos da puta". Segundo a entrevistada, sua filha mais nova, a quem contou cedo sobre seu trabalho e com quem aparenta ter uma relação mais próxima, lidou bem com a situação e com a "fama local" de Fátima. Para a filha mais velha hesitou de falar por receio, sendo que um vizinho acabou contando primeiro a respeito. Em relação à mãe de Fátima, ela a descreve como uma católica fervorosa que teria se relacionado sexualmente apenas dentro do casamento, o que dificultava uma conversa entre ambas sobre o trabalho sexual. A mãe evitava ativamente o assunto, mesmo com diversas tentativas por parte da filha, que "queria falar antes que o vizinho falasse".

Há cerca de 30 anos, Fátima mudou-se do Rio Grande do Norte para a Bahia, por sugestão de um estrangeiro que conheceu em um navio, dizendo que ela conseguiria mais dinheiro trabalhando em Salvador – e de lá não saiu mais. Em uma das primeiras e diversas vezes que trouxe a mãe para sua nova cidade, a entrevistada decidiu contar para ela de seu trabalho de uma outra forma: levando-a ao bordel em que trabalhava. Apresentou a mãe às suas colegas – que, bastante receptivas, trajavam "vestidinho, roupa provocante, lingerie" – e seu local de trabalho, que "falavam" por si: "mãe, é aqui que eu trabalho". Mais tarde, a mãe declara que já sabia e que respeita, pois de todo modo "a vida é dela, se eu disser que ela não vai, ela vai, porque eu conheço a filha que eu tenho, ela é teimosa, ela só faz o que ela quer". Ela também alertou para que Fátima tivesse cuidado, preocupando-se com riscos como a violência e as ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis).

Trabalhando com sexo por cerca de duas décadas, a entrevistada diz ter saído do comércio sexual pelo fato da APROSBA já demandar muito dela, além de mencionar a questão da idade:

“*eu pensei, quando eu chegar nos meus 40, 42 eu vou sair porque... é muita piadinha assim e eu não gosto não*”, acreditando que “*tudo tem seu tempo*”. Ao ser perguntada sobre vantagens e desvantagens do trabalho sexual, Fátima aponta que não enxerga tantas vantagens no ramo atualmente devido à pandemia do coronavírus – e, pode-se supor, também por conta de sua idade, colocada como um dos motivos pelos quais retirou-se da profissão. Quanto à época em que ainda era atuante como trabalhadora sexual, cita como principais pontos positivos o de que não tinha um chefe – “*eu nunca gostei de patrão*” – e o de que ganhava uma boa quantia de dinheiro – ponto este que para a entrevistada torna-se improvável nas circunstâncias da atual pandemia, ao menos no tocante à prostituição, principalmente a de rua. Quanto às desvantagens, Fátima menciona a ausência de alguma garantia ou lei que proteja as trabalhadoras sexuais, “*por isso que a necessidade da gente se fortalecer em grupos, em redes, em associação*”.

Fátima percebe que muitas pessoas que ingressam na prostituição acabam não gostando da profissão. No entanto, no nível pessoal, declara que não se arrepende do trabalho que teve e que inclusive repetiria sua trajetória neste – a não ser que tivesse de fazer isso no contexto pandêmico. Isso parece se dar principalmente pela entrevistada enxergar seu percurso no campo da escolha, do desejo – como visto em “*eu fui porque eu quis, então eu faria tudo de novo*” e “*sempre fui muito consciente de tudo o que eu fiz em minha vida*” – inserindo seu egresso do trabalho sexual no mesmo campo – “*eu tenho um cliente que dizia, 'eu ainda vou fazer programa com você', eu digo 'mas eu não vou mais, eu não quero'*”. Fátima também aponta a possibilidade de relações amigáveis e duradouras com ex-clientes, bem como de felicidade no trabalho, com momentos nos quais “*até que eu gostava muito, sabe, às vezes eu tava meio cabisbaixa, ia pra zona, aí, escutava uma música, aí era bem, e era bem legal, eu gostava daquela alegria toda, ainda gosto, a verdade é essa*”, produzindo assim saúde.

Nessa acepção, ela não identifica em sua trajetória adoecimentos psíquicos desencadeados pelo trabalho sexual, atribuindo isso ao fato de que “*eu não fui forçada a entrar*”. Coloca, também, a prostituição em oposição ao casamento em sua vida, no sentido de relacionar o primeiro à escolha, ao desejo próprios, e o segundo a algo compulsório, à escolha e ao desejo de outros, impostos: “*eu não queria me casar, minha família que fez questão que eu me casasse*”. Enxerga sua entrada no trabalho sexual como uma forma de, em suas palavras, se valorizar: “*eu queria era curtir a vida, e aí pensei, poxa, se vai querer agora ficar comigo vai ter que me pagar*”.

Fátima também fala do orgulho que sente de seu trabalho, relacionando com o que este lhe proporcionou – incluindo um lar: “*moro nessa [casa] que é pequena, mas é minha, é aconchegante, entendeu?*” –, visto que, como já citado, “*deu pra ganhar muito dinheiro na época*” em que o exercia, chegando a receber em euro e dólar: “*é a profissão que eu construí casa, que eu sustentei*

*e eduquei meus filhos e comprei casa pra mim; já cheguei a comprar casa pra minha filha mais velha*". Para além dela e da prole, também foi com os ganhos do trabalho sexual que Fátima construiu uma casa para sua mãe e ajudou o restante da família, o que a faz pensar que, na época, *“se eles não gostassem do que eu fizesse, devolvesse o que era meu. O dinheiro é meu, o corpo é meu, a vida é minha. Se não gostar também não ajudo mais*". Para a entrevistada, *“todo dinheiro é dinheiro*”, dizendo reconhecer que não conseguiria alcançar o que alcançou por meio de outros trabalhos pelos quais já passou: *“[Foi] tudo com dinheiro da prostituição. Que se fosse nas empresas que eu trabalhei, eu não ia ter, de jeito nenhum*”.

Entretanto, olhando hoje, uma única coisa que mudaria em sua trajetória, conta, é que teria ajudado, em relação à família, apenas sua mãe e seus filhos, posto que gastou *“muito dinheiro com quem não merecia*”: ajudou também irmãos, tios, tias, primos, sobrinhos, *“que hoje tá nem aí pra mim, sabe?”*. Relata que inclusive custeou a faculdade de muitos deles, mas que hoje são brigados com Fátima por terem diferentes posicionamentos em relação ao atual governo, ao qual a entrevistada é contrária.

Em relação à possíveis riscos associados à profissão, mais especificamente às ISTs, Fátima relata ter contraído duas vezes: uma do ex-marido no casamento e outra logo no início da prostituição. A entrevistada associa as infecções no geral muito mais à inexperiência, desinformação e carência de educação sexual do que ao trabalho sexual, visto que *“hoje em dia o que você mais vê, uma IST, é numa garota que não tem informação nenhuma, que não precisa tá na zona pra se infectar*”, como identifica ter acontecido com ela própria dentro do casamento. A respeito da ocasião em que se infectou no trabalho sexual, Fátima conta que na época o Ministério da Saúde ainda não distribuía preservativos, mas que ela passou a adquiri-los depois que *“as [prostitutas] mais velhas me ensinavam como é que eu tinha que fazer*”. A entrevistada declara que colheu mais aprendizados na prostituição do que no casamento, repassando esses saberes para colegas do ramo no dia a dia – *“eu sempre informava as mulheres, ah vamos fazer isso, vamos fazer aquilo*”.

No tocante à violência, Fátima atesta nunca ter sofrido violência física no trabalho sexual, embora reconheça que havia o risco – podendo chegar eventualmente à morte, como quando citou acordos feitos entre a APROSBA e donos de hotéis para garantir maior segurança às trabalhadoras sexuais –, o que a fazia optar por não reagir em certas situações: *“quando eu via que o cliente, sabe, tava mais alterado, eu baixava minha bola, que eu não quero apanhar, eu deixava pra lá. Porque, por mais que a gente tenha direito [de reagir], um tapa ninguém tira, né?”*. A entrevistada também conta que, segundo trabalhadoras sexuais ainda atuantes, a violência teria piorado durante a pandemia. Pessoalmente, Fátima relata já ter sofrido “calote” e também violência verbal – “já

*sofri agressão assim, tipo, é, as pessoas me maltrataram assim, com palavras*". No entanto, ela não recebe os ataques passivamente: *"eu também sei dar minha resposta e, fica tudo certo"*, dizendo não se sentir significativamente afetada, no âmbito psicológico, em razão disso. Essas agressões verbais não são as únicas representações do estigma, que pode vir de diferentes grupos/pessoas (policiais, governos, clientes, sociedade geral, etc.) e aparece de diferentes formas na vida cotidiana de trabalhadoras sexuais. Ainda assim, Fátima reitera *"tirar de letra"* – expressão popular que designa aquilo que lhe é fácil, aquilo que a pessoa domina –, demonstrando saber encarar, dentro do possível, ocasiões em que o estigma se mostra evidente.

Nessa acepção, Fátima relata que sofreu muito preconceito como trabalhadora sexual, embora, curiosamente ou não, afirme que hoje em dia sofre mais na internet do que no período em que exercia trabalho sexual. Quando ainda era atuante, o preconceito vinha, por exemplo, de seus vizinhos, que frequentavam a zona de prostituição onde ela trabalhava e a reconheciam, mas que após um tempo se acostumaram com sua presença. Além disso, a existência de estereótipos aparece quando ela menciona que, ao tomarem conhecimento de que se prostituía, algumas pessoas faziam comentários como *"mas nem parece"*, ao que a entrevistada critica: *"e eu pareço com o quê? Nada se parece com nada. Nada tá escrito na testa, né"*. Nesse sentido, conta que o acordo feito na época com as autoridades em relação à permanência das prostitutas na Praça da Sé incluía que as trabalhadoras respeitassem a condição de que *"elas não ficasse peladas, sabe? Aquela coisa babaca que eles acham que a gente faz"*. Para Fátima, quanto mais se esconde algo, mais as pessoas irão apontar, e, portanto, quanto mais alguém se autodeclara, como ela faz, aquilo deixa de ser uma novidade. Em contraponto a algumas companheiras de profissão e já defendendo, na prática, seu direito de permanecer (e de *ser*), Fátima afirma que

*eu nunca me importei assim. É, minhas amigas mudavam de endereço, eu não, não me mudava nada, eu dizia ué, qual é o problema, vocês [vizinhos e outras pessoas] tão lá [na zona] ninguém fala, eu tô lá e eu não posso? Então eu meto a cara, dou entrevista, eu falo tudo. Não tô fazendo nada errado, não é crime.*

A entrevistada relata mais detidamente alguns episódios. Entre o final dos anos 80 e início dos 90, Fátima estava dividindo aluguel com uma amiga. Aos poucos, foram comprando geladeira, mobília e outros itens para a casa, processo importante que deixava ambas muito felizes. Em dado momento, cada uma viajou para visitar sua respectiva família, e, na volta, descobriu-se que o namorado da amiga havia roubado tudo da casa na ausência delas. Nessa fala, Fátima conta um pouco do ocorrido e como a polícia desdenhou delas quando foram prestar queixa na delegacia:

*Imagina, no final dos anos 80, era uma fase que o nosso dinheiro era desvalorizado como tá agora e a gente conseguiu comprar essa geladeira*

*e a gente foi dar queixa na polícia, a polícia chegou lá e ela [a amiga] disse 'a gente tem uma geladeira, eu digo que trabalho em que?' Eu digo 'eu vou dizer que eu sou garota de programa'. Aí ela disse 'eu não tenho coragem de dizer', eu digo 'melhor a gente dizer a verdade'. (...) E sabe o que foi que o delegado disse pra gente? 'Eu achei que vocês iam prestar uma queixa de uma violência, agora eu vou perder meu tempo?' dessa forma, 'vou perder meu tempo com um negócio desse? Vocês ganha fácil, vai lá, trabalha, junta o dinheiro e ganha de novo'.*

E foi o que tiveram de fazer, “*ralar mesmo*”, já que não receberam nenhum apoio da polícia. A entrevistada também se manifesta sobre a questão do assédio e do abuso, criticando um pensamento comum na sociedade que é o de desacreditar que trabalhadoras sexuais os sofrem, o que as desencoraja de denunciar essas situações: “*é difícil você dizer que é estuprada, é difícil você dizer que é assediada, porque acham que a gente é pra tudo, e não é bem assim*”. Fátima conta um caso em que devolveu o constrangimento que um homem que a assediava na rua com frequência a fazia passar enquanto trabalhadora sexual:

*Como a gente nem todo dia tá numa fase boa, eu parei em frente a ele e disse 'um dia você vai me pagar'. E um dia ele tava lá com a mulher e os filhos, eu disse 'você vai pro cabaré hoje? Eu tô indo pra lá, tô te esperando lá'. Pronto, tá bom.*

Fátima reforça que nunca gostou de assédio e que nenhuma trabalhadora sexual gosta, o que inclui apalpadinhas e alisadas no corpo, “*até porque muitos vão e acha que porque a gente tá ali pode passar a mão*”, contando como exemplo que já presenciou colegas jogarem água em homens que apresentavam esse tipo de atitude. Considerando que o que é vendido no trabalho sexual é um serviço, a entrevistada salienta que este necessariamente precisa ser pago, e o que se pode no quarto é somente o que foi afirmado e negociado, realizado conforme o combinado.

Nota-se como nesses dois tipos de situação supramencionados são reproduzidas e perpetuadas ideias errôneas, problemáticas e estigmatizantes a respeito de trabalhadoras sexuais: no caso da delegacia, a ideia de que o trabalho sexual é um trabalho fácil no qual se ganha fácil; no caso do assédio, a ideia de que trabalhadoras do ramo estão sempre disponíveis e por isso não poderiam ser consideradas vítimas de assédios e abusos. Voltando para hoje, algo que Fátima escuta muito é “*o pessoal mandando eu ir lavar roupa*”, comentário de tom misógino usado muitas vezes na internet para enxotar mulheres de espaços ditos masculinos ou por simplesmente manifestarem seus pontos de vista, visando “*colocá-las no seu lugar*”, no lugar esperado pela sociedade.

Quando perguntada sobre a situação na pandemia, Fátima recorda que ela e as companheiras já passaram, na verdade, por várias: além da atual (COVID-19), viveram também a

pandemia de HIV/Aids e a da gripe suína (H1N1). A entrevistada aponta que a pandemia de HIV/Aids ainda existe, mas hoje está controlada graças ao trabalho em conjunto que vem sendo desenvolvido pela parceria entre o Ministério da Saúde e movimentos sociais, com destaque para o de trabalhadoras sexuais e o LGBTQIA+, que colaboraram ativamente para a elaboração de projetos para o programa de HIV/Aids do Sistema Único de Saúde (SUS). Fátima lembra, ainda, que o Brasil é inclusive referência mundial no tratamento de ISTs. Contudo, isso não foi conquistado sem dificuldades, estas vindas de um lugar estrutural: *“foi difícil porque, a pessoa passar por toda uma cultura, aquilo que os homens não queriam usar preservativo, foi bem difícil, mas aí a gente conseguiu, através de muita campanha, essa coisa toda e deu pra passar”*. A pandemia da gripe H1N1, por sua vez, foi descrita por Fátima como bem complicada; no entanto, *“passou rápido e a vacina chegou rápido e tal e eu não vi nenhuma das minhas companheiras se infectar com a gripe”*.

Mas é justamente a pandemia e a crise do coronavírus que têm maior destaque no relato de Fátima, tamanhas foram – e ainda são – as adversidades e impactos negativos gerados na entrevistada, em suas companheiras e em seu meio. Tendo contraído três vezes a doença, *“essa pandemia foi a pior de todas, da minha vida”*. Ela conta que muitas boates fecharam, muitos clientes perderam seus empregos – já que, exemplifica, muitas fábricas e lojas também fecharam na Bahia – e, conseqüentemente, muitas trabalhadoras sexuais ficaram sem clientela. Algumas delas *“se deram até bem”* porque *“migraram pra internet, inclusive a gente fez formação e tudo”*. Entretanto, *“outras não, né, que é de baixa renda mesmo, que não tem uma internet de qualidade, estão passando muitas necessidades porque elas não puderam parar, elas continuaram trabalhando”*. Como exemplo, *“tem umas que não sabe ler, não sabe escrever, aí tão vendendo água, e se aparecer um programa faz”*, evidenciando a desigualdade existente no amplo mundo do trabalho sexual. Fátima enfatiza a condição crítica de muitas trabalhadoras do ramo nesse contexto, assim, a APROSBA *“ficou numa situação bem complicada porque, inclusive, as mulheres toda hora pedia alguma coisa e eu não sabia o que fazer”*. Recebe-as pessoalmente na associação e igualmente ligações a cobrar de companheiras chorando, sem comida, muitas chegando a perder suas casas por não conseguirem pagar o aluguel e algumas considerando doar os próprios filhos. Com isso, a agonia e a comoção sentidas por Fátima são tremendas. Ela relata que muitas tornaram-se pessoas em situação de rua, e lembra que *“isso não é só aqui em Salvador, porque a gente é uma rede, a gente tem um grupo e a gente sabe, né”*.

Fátima conta que apenas algumas trabalhadoras conseguiram receber o auxílio emergencial; além disso, também diz que a APROSBA conseguiu obter itens como máscaras e álcool em gel para distribuir às mulheres, mas lembra que o fato de trabalharem com o corpo

intensifica sua vulnerabilidade à doença. Sem dinheiro por não estarem realizando no momento algum projeto com apoio financeiro – o último foi um em parceria com a ONU Mulheres –, a coordenadora-geral da associação fez campanhas e vaquinhas para conseguir adquirir cestas básicas, ajudar a custear aluguéis e passagens para algumas trabalhadoras retornarem aos seus Estados de origem, tendo também recebido contribuições eventuais de algumas instituições locais, além de um auxílio financeiro mensal de ex-clientes da entrevistada até certo ponto da pandemia – *“nem só por causa de mim, é por causa da APROSBA que eles tavam comigo desde a época que eu fundei”*. Recentemente, realizaram na sede da associação uma roda de conversa na qual fizeram e ofereceram uma torta salgada às trabalhadoras e levaram uma convidada para palestrar sobre as frutas mais baratas, o que *“encheu de gente a casa (...) e é muito importante porque muitas vezes elas tão ali no centro e elas não têm, não comeram ainda”*. A entrevistada também conta que a APROSBA conseguiu encaminhar algumas mulheres para serviços voltados para a população de rua, onde elas pudessem receber algum auxílio mais apropriado, dadas as dificuldades e limites da associação. Apesar dos muitos esforços, nada parecia o bastante, considerando a gravidade do quadro e o descaso do governo.

Nesse cenário, Fátima chegou a pensar que a prostituição, *“uma das profissões mais antigas do mundo”*, poderia até mesmo se extinguir, o que até então lhe parecia bastante improvável – *“eu disse, na época de Jesus Cristo, com tudo aquilo que o pessoal jogava pedra e tudo, não acabou, e parece que dessa vez vai acabar”*. Ao mesmo tempo, para o estranhamento de Fátima, apesar da falta de clientela, a entrevistada acredita que essa pandemia foi um dos períodos em que mais testemunhou pessoas ingressando na prostituição, porque *“perdeu seus empregos e não tinha o que fazer”*. A coordenadora-geral da APROSBA acredita que agora a situação está lentamente se amenizando, mas reconhece que ainda existem muitos impasses.

Intrincados aos fatores materiais e econômicos estão os fatores psicológicos e sociais, em uma relação dialética. Fátima aponta que muitas foram as trabalhadoras sexuais que tiveram depressão e ainda estão passando por vários transtornos desencadeados pela conjuntura em questão, algumas delas recebendo apoio psicológico através de parcerias serviços sociais e afins. A entrevistada também experienciou fortes abalos desta ordem na pele: colocando-se no lugar das companheiras – *“eu ficava imaginando, já pensou se essa pandemia fosse na época que elas [suas filhas, hoje adultas] eram crianças, que eu tinha que me desdobrar pra pagar aluguel, botar comida na mesa, sabe?”* – e sentindo-se impotente por não ser capaz de ajudá-las o tanto quanto gostaria – além de ter perdido duas amigas para o coronavírus, ao menos uma delas também ativista do movimento organizado de prostitutas –, Fátima relata ter tido nesse contexto sua provável primeira depressão.

Descreve nela uma tristeza profunda, um sentimento de que tudo estava perdido, de que nada ia para frente, de que o mundo desabava sobre sua cabeça, um desejo constante de chorar e de morrer. Na seguinte fala, a entrevistada conta um pouco a respeito, distinguindo sua depressão da tristeza corriqueira e deixando evidente o caráter também físico da saúde psíquica:

*acho que, eu nunca tinha tido depressão em minha vida, eu tive dessa vez. Porque a tristeza de vez em quando a gente tem um dia ou dois, mas era muito difícil, eu sentia dor pelo corpo todo, moleza. Eu não via uma saída, sabe? E eu sabia que as mulheres tavam precisando de mim, e eu não sabia a quem recorrer. Então, eu achei que eu não merecia mais nem tá viva.*

Fátima percebe que sua depressão “*não foi nem por causa da minha vida em si, mas pelas minhas colegas, minhas companheiras*”. Por sentir não estar mais sobrevivendo, mas apenas “*vegetando*”, Fátima voltou-se às redes sociais para pedir algum apoio. Uma amiga da entrevistada, também ex-trabalhadora sexual, lhe disse que ela só poderia cuidar dos outros cuidando primeiro de si mesma, conseguindo para Fátima uma psicóloga que a atendesse individualmente. Esta foi a primeira vez que ela recebeu qualquer apoio psicológico profissional, que teve duração de um ano. Depois, Fátima deu e segue dando continuidade ao seu acompanhamento em um grupo de psicoterapia virtual semanal voltado para trabalhadores sexuais de todo o Brasil – citando como exemplo pessoas de Santa Catarina, São Paulo, Amazonas, Ceará, Pernambuco, Bahia –, independentemente se mulher ou homem, cisgênero ou transgênero, contando com três especialistas. A entrevistada relata que foi esse grupo

*o que me tirou assim, do fundo do poço, porque eu via que eu não tava sozinha, eu via que a ajuda foi muito importante porque eu tinha que me fortalecer pra poder trabalhar e por mais que eu me desdobrasse, por mais coisas que eu conseguisse ainda não era o suficiente, e que isso era um trabalho do governo, que o governo sequer olha pra a gente.*

Nesse sentido, Fátima reconhece que o trabalho realizado pela APROSBA deveria ser responsabilidade dos governos e aponta para o quanto as trabalhadoras sexuais são invisibilizadas por estes, tornando-se visíveis somente quando convém e “*na hora de nos maltratar, na hora de destruir a nossa vida*”. Na prática, a invisibilidade se mostra, por exemplo, quando na pandemia a APROSBA não conseguiu sequer uma cesta básica com a prefeitura de Salvador – com a qual no passado já tiveram projeto em parceria – e ao não terem direito ao bônus de 175 reais de auxílio voltado para trabalhadores autônomos, mesmo se encaixando nesse perfil, sendo cadastradas na associação e trabalhando praticamente em frente à prefeitura, tendo suas solicitações ignoradas. Por sua vez, a rara visibilidade das trabalhadoras sexuais se mostra, por exemplo, quando

governantes precisam de votos – “*elas votam né, eles querem o voto delas*” – e quando elas consomem:

*elas trabalham tanto né, porque se elas tão ali no Centro, tudo o que elas consomem, tudo o que todo mundo consome, é uma das pessoas que mais gasta dinheiro é a trabalhadora sexual. Ela gasta com babá, elas gastam com roupa, com sapato, com bijuteria, com perfume, nossa, todo mundo vende tudo pras trabalhadoras sexuais, então a gente tá sempre girando assim, o dinheiro sempre circula.*

Nos momentos de precisão, contudo, os governos colocam “*uma venda*” em seus próprios olhos. “*Nem sei como é que a gente sobrevive, é porque a gente é muito forte mesmo assim, a gente num, num... nada destrói a gente, a gente é resistência*”, diz Fátima ao pensar sobre a negligência do governo em relação às trabalhadoras do sexo.

### 3.2 Gween

Gween tem 27 anos, é trabalhadora sexual virtual, nasceu em São Paulo e reside no Rio de Janeiro com seu marido e seu filho neonato. Ela ingressou no “*sex work*”<sup>5</sup> – como ela mesma chama diversas vezes durante a entrevista – aos 19 anos de idade, época em que cursava simultaneamente as faculdades de Direito e Contabilidade, além de estar trabalhando e realizando uma iniciação científica. Nesse contexto, ela relatou estar “*muito deprimida*” e sentindo-se muito mal com o “*ambiente machista do Direito*” e com a pesquisa acadêmica, colocados já no início da entrevista como motivos para sua entrada neste mercado. Válido especificar que, segundo entrevista complementar consultada, além de estagiar com Contabilidade, Gween também estava atuando neste período como professora de inglês, visando alcançar sua independência financeira: “*não era um problema com meus pais, nem nada do tipo, era uma coisa minha de ir para o mundo logo e viver a minha vida*”<sup>6</sup>.

O ingresso no trabalho sexual virtual se deu primeiramente por indicação de uma colega que, sabendo que Gween fazia *cosplays*<sup>7</sup> desde a adolescência, lhe informou sobre a existência de um *website* norte-americano chamado *MyFreeCams* em que poderia realizar transmissões de vídeo ao vivo de *cosplay* pela *webcam* e ganhar dinheiro com isso – segundo a entrevistada, a princípio

<sup>5</sup> Como mencionado na introdução, *sex work* é “trabalho sexual” na língua inglesa. É possível que a entrevistada use com frequência o estrangeirismo por, entre outros motivos, trabalhar em plataformas internacionais, ter clientes também estrangeiros e utilizar o idioma inglês no dia a dia do trabalho. Ademais, nas redes sociais, o termo é popular entre brasileiras que trabalham com sexo virtual.

<sup>6</sup> O trecho pode ser encontrado no seguinte endereço: <https://www.eql.com.br/usufruir/2021/09/sexworkers-mulheres-que-fazem-dinheiro-com-conteudo-adulto/>.

<sup>7</sup> *Cosplay* é abreviação de *costume play*. Segundo o dicionário Aulete [<https://www.aulete.com.br/cosplay>], trata-se do “comportamento lúdico, geralmente adotado em festas ou convenções realizadas com esse propósito, que consiste em fantasiar-se como personagens de mangás, desenhos animados, filmes ou séries de televisão, assumindo também comportamento característico desses personagens”.

não de forma sexual. Colocando essa prática naquele período como “*uma saída mais como diversão, porque não foi necessidade financeira*”, Gween também considerou o fato de que “*o salário de estagiário não é tão bom*”, enxergando na nova atividade uma forma de conseguir “*um dinheirinho extra legal*”, voltado mais para o lazer, relações sociais e, segundo outra entrevista, também foi com esse rendimento que começou inclusive a frequentar psicoterapia<sup>8</sup>. Hoje, o trabalho sexual virtual a sustenta de forma integral, “*sustenta eu e minha família*”.

Ao começar a se apresentar no site indicado, “*bem na curiosidade*”, a entrevistada diz ter se sentido “*muito impressionada*”, visto que a alta do dólar contribuiu para que ganhasse um “*dinheiro bom*” e de fato maior que sua remuneração de estágio. Diante disso, Gween relata que comentou a respeito com seus pais, que segundo ela receberam a novidade de forma amigável: “*nossa, se você acha que é uma carreira boa, você tem um escritório quando precisar voltar, de contabilidade da família, mas já que você é jovem, aproveita*”. Gween também menciona que, no início, seu pai a ajudou bastante a poupar e investir seu dinheiro. Em entrevistas complementares, ela conta que a maioria das pessoas de seu círculo social, incluindo seus pais, achavam que se tratava de uma “fase”. Estes, que eram contadores, desde cedo a incentivaram a administrar e poupar dinheiro. Sua mãe demorou um pouco mais para se acostumar com a situação, por receio da filha ser enganada e não receber retorno. Além disso, algumas pessoas da faculdade, com quem não tem mais contato, chegaram a usar seu trabalho como justificativa “*pra tirar meu TCC da banca por ser ‘puta’*.”<sup>9</sup>

É relevante ressaltar, porém, que como a própria Gween disse em uma outra entrevista, a aceitação dos pais definitivamente não é uma “regra” no meio, apontando que “*muitos abandonam suas filhas por escolherem essa atividade*”<sup>10</sup>. No caso dela, além do fato de ter suporte familiar e uma “garantia” ou “segunda opção” caso essa ocupação “desse errado”, outros fatores relacionados que podem ter favorecido sua carreira, que já se iniciou em um âmbito internacional, mesmo que virtual, foram seu inglês fluente e sua condição socioeconômica (mais favorável quando comparamos à Fátima e às mulheres da APROSBA), como podemos ver quando ela diz que “*eu venho de uma família, não [de] classe média alta, mas eles fizeram todo o esforço do mundo pra eu ter pelo menos inglês fluente*”.

A entrevistada descreve este primeiro site em que trabalhou como um espaço que “*não era 100% sexual, ele era muito mais criativo, você faz mais performances criativas*”, apontando que

<sup>8</sup> Segundo entrevista no seguinte endereço: <https://www.testosterona.blog.br/porno-brasileiro/gween-black>.

<sup>9</sup> Tais informações podem ser encontradas em <https://www.eql.com.br/usufruir/2021/09/sexworkers-mulheres-que-fazem-dinheiro-com-conteudo-adulto/> e <https://www.testosterona.blog.br/porno-brasileiro/gween-black>.

<sup>10</sup> O trecho pode ser encontrado em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/01/10/vida-de-cam-girl-meu-primeiro-orgasmo-foi-na-frente-da-camera.htm>.

a nudez não era algo obrigatório e que a ausência dela não necessariamente interferiria no sucesso das modelos, “*tanto que uma das maiores meninas do site, ela nunca ficou nua no site*”, afirmando que essa ocupação se centra mais na “*interação com o público*”. Nesse começo, Gween refere-se à sua experiência como “*bem divertida*”, contando que costumava realizar jogos e competições com seu público, trajando *cosplay*. Tinha muita vergonha de tirar a roupa, com receio desses “*territórios gringos*”, de que os usuários a xingassem e falassem, por exemplo, que ela era uma “*brasileira feia*”, por sentir não se encaixar no padrão de mulher brasileira do imaginário social estrangeiro.

Todavia, mesmo que inicialmente tenha passado por dificuldades em aceitar seu corpo diante da câmera, Gween relata que posteriormente acabou “*indo mais pro lado sexual*” justamente como uma tentativa de melhorar sua relação com o próprio corpo, já que se sentia “*muito deprimida*” por enxergar-se feia, pequena e magra em demasia, mencionando inclusive já ter tido um imenso desejo em realizar procedimentos para clareamento de mamilos e vulva, além de ter tido questões de bulimia na adolescência. A entrevistada aponta que essa tentativa de se relacionar melhor com seu corpo – que foi evidentemente todo um processo, afinal, como ela mesma disse, “*quem me vê hoje em dia, não sabe o que se passou na minha cabeça*” – teve seu êxito, uma vez que ocasionou em impactos positivos na sua autoestima, que hoje ela percebe de modo bastante favorável. Para Gween, passar a receber tantos elogios dos usuários “*foi terapêutico*” e “*deu uma ajuda muito boa assim, no mental*”.

A entrevistada ainda conta que seu trabalho a “*tirou da caixa*” e a fez descobrir-se como uma pessoa muito artística, o que a surpreendeu, já que ela sempre achou que fosse uma pessoa mais “*lógica*”. Relata que havia ingressado nos cursos de Direito e Contabilidade motivada “*pela justiça, por esperança num mundo melhor*”, mas se decepcionou ao perceber que o ambiente acadêmico

*era uma grande bosta, cheia de problemas; todos os ramos têm muito problema, de humanas, e machismo e questões horríveis de você não conseguir dar um seminário no curso de Direito porque você usou calça e o professor não quer que você use calça, mulher tem que usar saia e meia fina, então... foram questões, esquisitíssimas.*

Em relação ao seu cotidiano de trabalho antes de se consolidar no mercado, a entrevistada conta que seu dia

*começava às seis da tarde; como eu pego o horário da Califórnia, eu pegava muito esse horário mais à noite, eu começava a me arrumar, umas sete ou oito horas, eu já entrava umas dez e ficava até às três da manhã*

*online conversando com as pessoas e dançando na câmera. Sempre foi uma coisa mais noturna mesmo.*

Atualmente, Gween afirma que “*não tem muito uma agenda*”, mas relata que um dia típico de seu trabalho hoje costuma consistir em “*eu acordo, eu envio mensagens no OnlyFans [plataforma que mais utiliza hoje para trabalhar], é, mando vídeos pagos, eu posto na timeline e interajo com as pessoas*”. Ela destaca que presentemente seu trabalho é mais focado justamente nessa interação por *chat* com seus clientes, e, ainda, “*na hora que eu tenho um tempo, né*” – e não o contrário –, principalmente “*tendo um recém-nascido em casa*”, sendo esta uma fase bastante específica, no sentido de ser temporária justamente devido a maior atenção e cuidado que ter um filho recém-nascido demanda. No tocante à pandemia, Gween diz em entrevista complementar concedida antes do nascimento do filho que sua carga de trabalho havia aumentado, junto ao número de clientes e ao lucro, assim como para outras *camgirls* entrevistadas na matéria<sup>11</sup>. Para mim, Gween relata que

*hoje em dia tá bem mais tranquilo pra mim porque eu já me estabilizei um pouco no mercado já, eu já tenho um nome, então, eu já tô vivendo um lado meio quase aposentadoria assim, porque o trabalho já trabalha sozinho pra mim, como eu tenho mais de 120 vídeos no Pornhub e mais de 200 no XVideos, esses vídeos me geram uma renda por clique, e eu tenho um dinheiro passivo muito bom.*

Quando questionada sobre vantagens que ela enxerga na profissão, Gween diz acreditar que o Brasil

*é um dos melhores lugares pra você trabalhar com sex work, seja online ou seja... presencial. Aqui, nós temos leis que chegam a proteger o nosso trabalho, é, trabalhadoras sexuais e camgirls podem abrir uma microempresa, podem abrir uma IPP [Índice de Preços ao Produtor], é, podem declarar imposto de renda, podem pagar INSS, é, tem, tem vantagens que eu nunca vi em nenhum outro país assim (...) nós temos a opção de, pela MEI, então, ou até por outra empresa, você pode pagar e ter aposentadoria que, mesmo sendo o piso né, quando for aposentar, é algo que em outros países nem se existe, sabe, e ainda nós temos o apoio do SUS.*

Também afirma que, no Brasil, “*se você tem internet e você sabe proteger seus dados, tá maravilhoso*”. A entrevistada deixa claro, porém, que essa é sua percepção pessoal, apontando que “*como eu mexia mais nesse ramo da contabilidade e do direito, eu vejo às vezes as pessoas reclamando de condições e tudo mais*”, mas que não sabe a visão de outras trabalhadoras sexuais sobre o que pode melhorar ou não nesse sentido. Em entrevista complementar concedida por ela

---

<sup>11</sup> A matéria pode ser acessada em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Comportamento/noticia/2020/05/num-mundo-em-pandemia-cam-girls-veem-seus-numeros-crescerem-cada-dia-de-quarentena.html>.

após o *OnlyFans* ter decidido banir conteúdo adulto por pressão de serviços de pagamento como o serviço de cartões de crédito Mastercard, Gween conta que

*é muito comum os bancos banirem a gente por conta de cláusulas morais, principalmente nos Estados Unidos. Eles dizem que não aceitam mais ‘esse tipo de pagamento’, fecham as contas das sex workers e ficam com todo o dinheiro que tinham lá. Também é frequente que a gente tenha que trocar de sites, porque a plataforma não aceita mais trabalhadoras do Brasil.*<sup>12</sup>

Poucos dias depois, ainda segundo a referida entrevista complementar, o *OnlyFans* revogou a decisão e teria garantido novas políticas de regulação de conteúdos pornográficos, o que na visão de Gween, é benéfico para o setor, podendo contribuir para promover mais segurança nas produções (por meio de verificações, exigências de documentações e barrando participações sem consentimento e de menores de idade) e para reduzir a proliferação de plataformas adultas não confiáveis (que não oferecem qualquer suporte para as trabalhadoras, facilitando o vazamento de conteúdos e de dados pessoais).

Voltando à entrevista concedida a esta pesquisa, a respeito de suas relações com outros modelos de *webcam*, Gween as avalia muito positivamente, contando também que durante a pandemia lançou um livro digital<sup>13</sup> curto e acessível, direcionado à modelos e aspirantes a modelos, visando ensinar técnicas de venda no *OnlyFans*, “*que é o site da vez*”, para onde migrou após o declínio contínuo de tráfego e de usuários no *MyFreeCams*. Além disso, Gween também aponta que ensinou muitos modelos no tocante à interação com os clientes, relatando ter

*até hoje um grupo de apoio bem grande, com mais de 50 meninas que se interagem e se ajudam com situações também, que algum cara resolve fazer o blackmail né, que é chantagem. A gente se ajuda, a gente ajuda a proteger os dados uma das outras, então é uma irmandade muito gostosa assim,*

caracterizando como muito amigáveis as comunidades de que participa.

No que toca às desvantagens, Gween opina que, no Brasil, o que falta é uma rede de suporte em saúde mental “*mais online e acessível*” para trabalhadores sexuais. A entrevistada referencia algumas ONGs estrangeiras que realizam esse tipo de trabalho, mencionando como sua preferida a *PineappleSupport*, criada em 2018 por uma trabalhadora sexual britânica como resposta a uma

<sup>12</sup> O trecho pode ser encontrado em: <https://www.eql.com.br/usufruir/2021/09/sexworkers-mulheres-que-fazem-dinheiro-com-conteudo-adulto/>.

<sup>13</sup> O eBook pode ser encontrado no endereço: <https://www.amazon.com.br/Dicas-uma-Top-Model-OnlyFans-ebook/dp/B085T6B932>.

série de mortes<sup>14</sup>, como por suicídio e overdose, ocorridas na indústria de filmes adultos entre 2017 e início de 2018. O site da organização<sup>15</sup> descreve-se, originalmente em inglês, como “um serviço gratuito de suporte e terapia profissional para todas as pessoas que trabalham na indústria adulta online – não importa seu gênero, origem étnica, status social, idade ou orientação sexual. Temos uma equipe cada vez maior de terapeutas *sex-worker friendly* e *kink-aware* que oferecem sessões presenciais e virtuais”<sup>16</sup>.

A entrevistada, que tem como algumas de suas experiências recebendo apoio em saúde mental dois tratamentos psicológicos em que recebeu “alta” – o primeiro, no qual diz ter descoberto transtorno bipolar e ansiedade, ocorreu “*há cinco anos por outras questões, questões da vida, nada relacionado com o sex work*”; o segundo, mais recente, foi por “*questões de puerpério*” –, caracteriza sua ocupação como produtora de saúde ao apontar que “*o trabalho sexual na verdade me salvou disso, era a minha válvula de escape*”, elencando alguns de seus diferenciais: “*ele me desafia todo dia, e ele faz com que eu pense realmente mais em mim, o tempo todo, é cuidar da minha saúde mental, é cuidar da minha saúde física, é cuidar da minha aparência, é ser saudável e aceitar que eu sou humana e que sexo faz parte*”. Em entrevistas complementares, Gween aponta que além de vencer a depressão com o trabalho sexual, ajudou outras pessoas com problemas similares aos dela, mas deixando claro e observando que “*não sou terapeuta e nenhuma camgirl é, mas conheço muitas que se interessaram pela psicologia no caminho*”<sup>17</sup>. Ela também teoriza que “*aquele estigma de que quem procura por ajuda psicológica é maluco (...) afasta as pessoas do consultório e as traz para mim. Não é exagero quando digo que alguém triste e solitário pode acabar encontrando amparo na pornografia*”<sup>18</sup>.

Nessa esteira, reconhece que a atividade também pode gerar adoecimento, e, portanto, acredita que esse tipo de serviço (de apoio em saúde mental) seria de grande ajuda para trabalhadores sexuais, uma vez que estes se deparam cotidianamente com “*questões de outras pessoas nesse trabalho, você lida com, com gente que perdeu o filho, com gente que perdeu esposa,*

<sup>14</sup> Para saber mais: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/estrelas-do-porno-brasileiro-comentam-mortes-tragicas-de-atrizes-estrangeiras.ghtml>. Poucos meses após a matéria, também foi noticiada a morte do ator pornográfico Bill Bailey, que teria caído de uma sacada alcoolizado.

<sup>15</sup> Pode ser acessado pelo endereço: <https://pineapplesupport.org/>.

<sup>16</sup> Embora não haja equivalentes em português para os termos *sex-worker friendly* e *kink-aware*, podemos traduzi-los respectivamente como [terapeutas] “amigáveis aos trabalhadores sexuais” e “cientes/conscientes sobre fetiches/formas alternativas de sexualidade”. Para saber mais: <https://swopusa.org/wp-content/uploads/2017/12/Finding-a-sex-worker-affirmative-therapist-1.pdf> e <https://www.drkkolmes.com/docs/kap.pdf>.

<sup>17</sup> Tal trecho pode ser encontrado em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/01/10/vida-de-camgirl-meu-primeiro-orgasmo-foi-na-frente-da-camera.htm>.

<sup>18</sup> Tal trecho pode ser encontrado em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Comportamento/noticia/2020/05/num-mundo-em-pandemia-cam-girls-veem-seus-numeros-crescerem-cada-dia-de-quarentena.html>.

*peessoas com câncer, viciados em droga, cê encontra realmente todo tipo de pessoa, né*". Seguindo esse paralelo entre o trabalho sexual e o trabalho da/o psicóloga/o, Gween considera que, por se tratar de uma ocupação que se baseia nessa interação com os outros, e com frequência de forma privada, quem trabalha com sexo deveria ter um suporte assim como tem quem trabalha com psicologia:

*eu acho que o apoio pra sex worker, pro sex worker, que trabalha com esse chat privado, né, de conversar com as pessoas, tem que ter um apoio assim como todo psicólogo tem que fazer, qual que é o nome daquilo, supervisão?! Tem que ter supervisão, é a mesma coisa, o sex work tem que ter supervisão, tem que ter alguém pra você desabafar do trabalho e entender que aquelas questões daquelas pessoas são delas e não são suas.*

Nesse sentido, Gween aponta o que ela chama de "*separação da persona*" como algo importante para este trabalho. Recorda que "*no começo [da carreira] existiam algumas confusões, você pega situações que você não tá preparada, nem sabe que existem*", dando o exemplo de um cliente que passou por uma série de complicados eventos:

*eu conheci, um dos meus melhores clientes nos últimos, eu trabalho com isso há oito anos, nos últimos anos, ele perdeu duas pernas, passou por cirurgia, perdeu o filho, então, você lida com essas questões e, tendo 19 anos de idade como eu tinha na época, quando eu fiquei sabendo disso, fica, fica difícil, sabe?.*

Atualmente, porém, ela afirma lidar muito melhor com isso, uma vez que "*como eu já tive um acompanhamento psicológico pra separar a persona do que eu sou no dia a dia, é muito tranquila* [a relação entre trabalho e saúde]. *Assim que eu entro no modo Gween, eu sou a Gween, eu, minha voz até muda, meu marido fala, e, eu consigo separar bem assim*". Nessa persona, a entrevistada vê-se "*blindada de sentimento*", enquanto fora do trabalho ela se descreve como uma pessoa "*mais fragilizada, eu me autorizo fragilizar, que antes eu não tinha isso.*" Ela coloca, assim, a "supervisão" como uma prática realmente significativa "*pr'um trabalho saudável, pra não absorver essas questões dos clientes e só tratar como cliente mesmo.*"

Mas não é sempre que um profissional da psicologia contribui para produzir saúde. Quando perguntada a respeito de possíveis situações estigmatizantes, Gween afirma que já teve "*muito estigma*", relatando um caso ocorrido na primeira vez em que foi a uma psicóloga: "*na primeira sessão, ela nem ouviu o que eu tinha para falar, ela falou que cada vez que eu entrava na câmara eu me estuprava, virtualmente, e, também eu ouvi que eu tinha que acender uma vela cada vez que eu fosse entrar pra pedir perdão pra Deus*". A entrevistada, que ainda estava com depressão na época, sobretudo por questões relacionadas à faculdade, desaprova fortemente esses comportamentos nada profissionais e conta que denunciou essa psicóloga para o CRP (Conselho

Regional de Psicologia). Gween critica esse tipo de “*profissional da saúde mental que não está preparado pra receber trabalhador sexual bem resolvido*”, que teria uma visão unilateral e generalizadora de extrema miséria, vulnerabilidade e falta de opção pautada pela mídia, excluindo “*totalmente a sexualidade da mulher que tem vontade de trabalhar com isso e gosta e é feliz*”, e assim reforçando ideias abolicionistas e negando possibilidades de agência. Nesse sentido, o/a psicólogo/a – sem um olhar crítico, sensibilidade e ainda misturando religião – pode acabar produzindo muito mais adoecimento do que saúde.

Gween sente que é uma “*afrenta*” e até mesmo “*proibido*” ser feliz em sua profissão, visto que, apesar do Brasil ser instituído como um Estado laico, ele é predominantemente cristão, o que para a entrevistada tem forte influência na estigmatização do trabalho sexual:

*é uma afronta você pensar que uma mulher num país cristão como o nosso pode ter a liberdade de trabalhar com o corpo e se sentir feliz e [ainda] ganhar dinheiro com isso, é um absurdo, é, tipo, é você, mostrar o dedo do meio pra sociedade e falar foda-se, eu vou ser feliz sim, e isso é... proibido. Eu sinto que é proibido ser feliz na minha profissão, porque nossa, onde já se viu, como é que você pode ser feliz ficando nua?*

A entrevistada coloca, também, que a maternidade pode intensificar esse estigma, indicando a hipocrisia da sociedade. Afirma ainda que o acompanhamento psicológico lhe ajuda muito a entender que “*quando as pessoas falam mal do meu trabalho, é uma questão que elas têm com elas mesmas; quando falam da minha maternidade, é uma questão delas com elas mesmas*”. Ela exemplifica relatando experiências com a amamentação: “*às vezes quando eu tô amamentando em público eu sinto uns olhares julgadores que eu sempre senti sendo sex worker. Que o peito é tão sexualizado que não pode mais ser alimento de criança, sabe? Eu acho isso um absurdo*”. Para Gween, assim, “*o mundo é todo errado, não o sex worker*”, mas não apenas isso, completando: “*o mundo não está preparado pra lidar com a liberdade da mulher*” – assim, colocando a questão em um âmbito mais geral.

Ela também critica a promoção de abstinência sexual e compara o trabalho sexual com comida e a libido com a vontade de viver:

*não adianta a sociedade querer podar o sexo e ensinar abstinência (...) então vai existir pornografia, sempre existiu, vai existir prostituição, sempre existiu, vai continuar existindo, não tem como você proibir, é como cê proibir as pessoas de comerem. É como você proibir as pessoas de respirarem, porque a libido não é só sexual. Libido é vontade de viver. E se você não tem libido, parte sua morre. É como você viver de ração, você quer viver de ração? Ninguém quer viver de ração. Nem os bichos querem viver de ração. Eles querem comer o petisco, eles querem comer o sachê*

*de Whiskas. A vida é muito além disso, a libido é importante sim e faz parte.*

Gween destaca a importância e se reconhece como “*muito sortuda*” por ter uma rede de apoio social que inclui família, amigos, clientes e até mesmo seu obstetra, sua doula e o pediatra de seu filho. Afirma sentir-se realizada com sua vida, e acredita que não teria encontrado isso em outra profissão. Reconhece, contudo, que essa realização com o trabalho não é a realidade de todos, como quando diz: “*eu até falo que acho que pouca gente pode falar isso, né não?*”. Gween coloca como motivo de realização e felicidade com seu trabalho o fato de este lhe proporcionar flexibilidade para conciliar suas atividades, como ficar com sua família, produzir arte e ainda assim ter uma renda para viver confortável, narrando como seria seu dia:

*eu tenho tempo livre de simplesmente pegar, agora é uma da tarde, acordei agora há pouco, e, daqui a pouco eu vou bordar, eu vou fazer ponto cruz, porque o meu OnlyFans já tá todo respondido, porque já tá tudo organizado, então agora eu vou bordar, depois eu vou brincar um pouco com o meu filho, aí eu vou pôr ele pra sonocar. Aí eu vou jogar alguma coisa com meu marido online, aí eu vou responder todas as pessoas de novo. Aí, quando for mais à noite, aí eu vou trabalhar um pouco mais pesado, durante umas quatro horas eu vou conversar com as pessoas online pra ver se eu consigo vender alguns vídeos, fazer umas fotos novas, e aí quando dá umas dez da noite eu já tô indo dormir, eu tô indo tomar um banho, pôr meu filho pra dormir, vou descansar.*

Considerando a vida como curta e afirmando-se minimalista<sup>19</sup>, a entrevistada acredita que, idealmente, deveria-se trabalhar com “*o que te faz feliz, o que alimenta sua alma, [não] você trabalhar um trabalho que você não gosta só pelo dinheiro, pra você comprar coisas que você não quer pra impressionar pessoas que você não gosta, que é o que hoje em dia né, tá na moda, você ser influencer, você comprar as coisas novas e divulgar coisas novas*”. Além de trabalhadora sexual e mãe, hoje identifica-se como artista, tendo suas obras sido expostas em alguns museus e galerias locais. Ela relata que isso lhe proporciona alegria, “*de saber que eu sou além daquilo que eu mesma esperava*”. O trabalho para Gween, contudo, não é um espaço onde ela busca “*ser famosa ou reconhecida na rua*”, mas sim um meio de se conseguir “*ter um mínimo de conforto na vida*”, no que ela inclui comida, lazer, arte e a educação do filho. A entrevistada define o dinheiro como “*o que ele nasceu pra ser, né, que é moeda de troca*”. Seu objetivo, portanto, não é acumulá-lo, mas trocá-lo pelas coisas que tornam confortável sua vida e de sua família. Desse modo, o trabalho para ela é “*a forma que eu consigo otimizar o meu tempo livre*”, sendo este tempo voltado

---

<sup>19</sup> Tendo a internet como lócus de reunião e proliferação, a ideia de minimalismo como estilo de vida gira em torno “de uma simplicidade voluntária, que se inicia a partir da redução do consumo e chega a todas as esferas da vida: o trabalho, a alimentação, as relações, a saúde. A ideia é viver com menos, equilibrar-se somente com o necessário, deixando de lado o que seria supérfluo” (ROJAS; MOCARZEL, 2015).

inclusive para produzir coisas para si, como cozinhar com sua família e confeccionar seus quadros e bordados. Sobre sua arte, Gween a relaciona com o amor e conta que embora algumas pessoas a estimulem a vendê-la, ela opta por não o fazer, *“porque isso aqui são coisas que foram o meu tempo, o tempo que eu me dediquei pra isso, e é a coisa que eu fiz pra mim, não é pra vender”*.

O sentido do trabalho, para Gween, resume-se na frase *“trabalhar pra viver e não viver pra trabalhar”*. Ela critica o trabalho excessivo e ideias como *“acorde cedo, não veja seus amigos no final de semana, trabalhe pra crescer a empresa”*, que priorizam o trabalho em detrimento da saúde, do lazer, do descanso, das relações sociais. Valorizando o tempo, Gween aponta que os trabalhos atuais o retiram do trabalhador, sobrando pouco ou nenhum espaço para seu prazer. Enxerga essa realidade como

*completamente deprimente, você acordar, pegar um, duas horas de ônibus, trabalhar pra algum chefe que não te valoriza, almoçar correndo, engolindo a comida porque cê tem que voltar pro trabalho. Tudo isso pra você ganhar, cinco reais por hora, é patético. Aí cê chega em casa à noite cansado e se prepara já com o delivery porque não dá tempo de cozinhar, pra conseguir acordar cedo pra fazer a mesma coisa no dia seguinte. Isso pra mim não é vida.*

Gween entende que toda essa lógica é inserida num contexto macrossocial que se dá por conta *“do jeito que a sociedade foi construída”*, e reconhece que, apesar de ela ter conseguido *“felizmente quebrar esse ciclo”* em sua vida, grande parte das pessoas *“precisam fazer isso, nem todo mundo pode gostar do trabalho”*.

## 4 REFLEXÕES

Faz-se antes necessário esclarecer que, em função da viabilidade de realização da presente pesquisa no tempo estipulado, cujo caráter é descritivo-exploratório e envolve participantes com condições de vida e de exercício profissional bastante distintas, optamos por elaborar algumas reflexões que ao menos possam dar visibilidade às vivências e conjecturas das entrevistadas, sem, contudo, alcançar o nível de profundidade que gostaríamos, uma vez que isso demandaria um tempo maior do que o disponível para a realização do trabalho.

Tendo em vista os objetivos específicos, que envolvem sentidos, estigma e saúde, buscamos refletir sobre eles, minimamente e na medida do possível, articulando-os a partir do que foi trazido pelas entrevistadas, pensando na construção da identidade como forma de enfrentamento do estigma através de ressignificações coletivas, assim como nos elementos de trabalho emocional e de cuidado presentes no movimento de prostitutas e no caráter relacional e interativo do trabalho sexual, como veremos a seguir.

De acordo com Tolfo et al. (2007), as principais abordagens teóricas utilizadas em estudos sobre sentidos e significados na psicologia nacional convergem em identificá-los como “produzidos pelos sujeitos a partir de suas experiências concretas com a realidade” (p. 30). Aqui, utilizaremos como base as noções de Vygotsky (da psicologia sócio-histórica ou histórico-cultural) sobre sentidos e significados, uma vez que sua teoria crítica permite compreender as contradições presentes no trabalho, a dialética entre sujeito e sociedade e a articulação entre os âmbitos micro e macrossocial (COUTINHO; OLIVEIRA, 2017).

Diferenciando as categorias sentido e significado, Vygotsky (1998, p. 181) aponta que “o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual (...) uma palavra adquire seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera seu sentido.”. Enquanto isso, “o significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa (...) o significado dicionarizado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício de sentido, não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas na fala”.

Apesar de se tratar de categorias singulares, sentido e significado fazem parte de uma mesma totalidade, sendo Vygotsky um dos pioneiros nessa visão articulada, ao defender a unidade do fenômeno psicológico. Assim, segundo Bendassolli e Gondim (p. 141, 2014), “sentido e significado do trabalho representam a unidade que integra o trabalho como algo imposto socialmente” (por ser necessário para a sobrevivência e reconhecimento social) “e a ação intencional de se constituir como pessoa” (pelo seu caráter fundante, existencial). Ainda, segundo

os mesmos autores, para construir o sentido pessoal é necessário, antes de tudo, se apropriar do significado generalizado. Dessa forma, não podem ser compreendidos dissociados um do outro, visto que são inter-relacionados (AGUIAR; OZELLA, 2013).

Além disso, apesar dos significados terem maior estabilidade que os sentidos, eles também se transformam (AGUIAR; OZELLA, 2013). Nessa acepção, Bendassolli e Gondim (2014) apontam:

Se o significado é dado como uma imposição de fora para dentro, como algo que é objetivo, a construção do sentido parte da experiência sensorial subjetiva em relação ao objeto a que se refere a palavra, em uma tentativa de atingir uma racionalidade que seja comunicável aos demais e permita contribuir na reafirmação provisória ou no reposicionamento do conceito de significado. (BENDASSOLLI; GONDIM, 2014, p. 138)

Levando isso em consideração, são muitos os sentidos produzidos e evocados pelas entrevistadas desta pesquisa sobre o seu trabalho e o seu entorno, sentidos esses que, em exceção aos mais comuns a qualquer categoria profissional (trabalho como sobrevivência, necessidade, sustento, ou ainda, conforto), muitas vezes se opõem aos significados sociais, sendo subvertidos nas falas das participantes e criando tensões com discursos dominantes. Alguns exemplos desses sentidos estão, por exemplo, em entendimentos do trabalho sexual como algo associado a ideias de liberdade (do casamento, da família, da faculdade, de trabalhos insatisfatórios) e de otimização do tempo livre, que poderiam ser ricamente discutidas em diálogo com autores como Paul Lafargue, Ricardo Antunes e o próprio Vygotsky. No entanto, nos limites destas páginas e considerando os objetivos da pesquisa, optamos por outro foco.

Podemos conceber os estigmas como meios de reproduzir e perpetuar determinados significados sociais. Já apresentamos definições de estigma na introdução deste trabalho, e lembremos que eles podem aparecer de diversas formas, implícita ou explicitamente, e vir de diferentes pessoas, grupos, setores, instituições e da sociedade como um todo. O estigma sofrido por trabalhadoras sexuais é cotidiano, mas percebemos que seus enfrentamentos, como retomaremos mais adiante, também são. Além disso, considerando a heterogeneidade existente no trabalho sexual, o estigma recairá de diferentes formas para diferentes pessoas, considerando seu contexto social e outros tantos fatores que se entrelaçam. Nas falas das entrevistadas, podemos identificar evidências do estigma sofrido por trabalhadoras sexuais envolvendo:

(1) Poderes e órgãos públicos: no discurso de Fátima, o contexto de “revitalização” do Centro Histórico de Salvador (ou, mais adequadamente, tentativa de “higienização” ou “gentrificação”, significadas como uma guerra para a entrevistada e para as outras mulheres prostitutas da região), de onde eram forçadamente retiradas, encarceradas e obrigadas a limpar

delegacias, demonstrações bastante claras das arbitrariedades policiais; a própria “lei da vadiagem” como aparato para reprimir prostitutas e outros sujeitos considerados “desviantes”; o descaso policial (“justificado” pela falsa ideia de que exercer e lucrar com trabalho sexual é algo fácil) sofrido por Fátima e sua amiga, também prostituta, ao prestarem queixa de roubo; a ausência de garantias/leis que protejam as trabalhadoras sexuais; a negligência dos governos que tornou absolutamente crítica a situação de muitas trabalhadoras na pandemia.

(2) Sociedade geral: na entrevista de Fátima, a afirmação de que sofreu muito preconceito como trabalhadora sexual, este vindo, por exemplo, de vizinhos que frequentavam a zona de prostituição; a persistência do estigma mesmo após deixar de exercer o trabalho sexual, dizendo que sofre até mais hoje em dia, através da internet, do que quando era atuante; a generalização de trabalhadoras sexuais por estereótipos (como quando diziam que Fátima “não parecia uma” ou quando a polícia achava que elas ficariam nuas na praça); quando se acredita que ISTs estão mais ligadas ao trabalho sexual do que à falta de informação, de educação sexual e de experiência; a ideia errônea de que trabalhadoras sexuais estão sempre “disponíveis” e portanto não poderiam ser consideradas vítimas de assédios e abusos, o que as desencoraja de denunciar tais situações; as “piadinhas” em relação à idade, um dos motivos para a entrevistada ter saído do trabalho sexual. Nas falas de Gween, a denúncia à hipocrisia da sociedade brasileira e o papel da religião cristã na estigmatização do trabalho sexual e da mulher; na promoção de abstinência sexual e afins, incluindo a pornografia e a prostituição; em entrevistas complementares, quando colegas da faculdade usaram seu trabalho sexual como “justificativa” para tirarem seu TCC da banca; na primeira vez em que foi a uma psicóloga, se deparando com moralismo e falta de profissionalismo.

(3) Clientes: apesar de Fátima nunca ter sofrido violência física no trabalho sexual, ela reconhece a existência do risco ao falar de seu entorno (como quando conta que trabalhadoras sexuais atuantes vêm relatando uma piora na violência durante a pandemia e quando aponta que “às vezes o cara matava”); pessoalmente, a entrevistada já sofreu “calote” e também agressões verbais (embora estas últimos não necessariamente de clientes). Para Gween, houve no início um receio de sofrer um preconceito maior de estrangeiros por destoar da “mulher brasileira” do imaginário social (embora esse ponto, talvez, caiba melhor no item 2. ou 5.); nos riscos de situações de chantagem (como revelar a identidade ou vaziar fotos).

(4) Família: a preocupação que Fátima teve em relação às filhas, principalmente quando começou a se expor mais publicamente como militante do movimento de prostitutas; a hesitação da entrevistada em contar sobre seu trabalho para uma das filhas; a esquiva da mãe religiosa de Fátima em relação a esta querer contar para aquela sobre seu trabalho. Em Gween, embora pessoalmente afirme ter um grande apoio da família, ela fala sobre o entorno em entrevista

complementar, na qual aponta que muitos pais abandonam suas filhas por conta do trabalho sexual; a maternidade como algo que pode intensificar o estigma.

(5) Trabalhadoras sexuais: a colega de fábrica que escondeu de Fátima que em paralelo exercia trabalho sexual, dizendo ter outras profissões antes de “assumir”; a amiga com quem dividia aluguel que, ao prestar queixa de roubo junto com a entrevistada, não queria dizer à polícia que era trabalhadora sexual por “falta de coragem”; as amigas prostitutas que mudavam de endereço buscando “se esconder”.

(6) Bancos e empresas: em entrevista complementar concedida por Gween, ela conta do banimento de trabalhadoras sexuais por bancos e empresas baseando-se em cláusulas morais (fecham contas, ficam com dinheiro, plataformas que cedem à pressão de bancos e não aceitam mais trabalhadoras brasileiras, etc).

Esses relatos entram em forte consonância com estudos citados na revisão bibliográfica, como o de Juliano (2005), por consistirem no exercício de violência simbólica e material contra essas mulheres, e de Weitzer (2018), por evidenciarem a onipresença do estigma no trabalho sexual. Algo que aponta, também, para as diferenças em forma e intensidade pelas quais o estigma aparece para diferentes grupos com também diferentes condições e necessidades; isto se mostra na visão contrastante que Fátima e Gween tem das leis: para Fátima, falta, e por isso a necessidade de se fortalecer em coletivos; para Gween, é o bastante (e até mesmo exaltado), embora reconheça que se trata de uma visão pessoal e que nela poderia não estar levando em conta a possibilidade de pessoas no ramo que teriam más condições de trabalho. Válido também observar que, diferentemente da maioria das entrevistadas de Caminhas (2020/21), principal autora trazida para abordarmos o *camming*, Gween não demonstrou buscar distanciar-se da prostituição, chegando até a mencioná-la para defender o trabalho sexual.

Como vimos, não é passivamente que as entrevistadas tendem a lidar com o que foi supracitado. Elas encontram formas de enfrentamento, na medida do possível e com as ferramentas que possuem, das variadas situações pelas quais o estigma se apresenta em seus cotidianos. Esses enfrentamentos podem ser entendidos como resistências, micropolíticas, contrapoderes ou, ainda, astúcia, na busca por evitar o sofrimento no trabalho ou associado a ele (SATO, 2009).

Alguns exemplos disso são Fátima retrucar e constranger assediadores, sempre responder agressões verbais dirigidas a ela, ter levado a mãe em seu local de trabalho como forma de contar sobre este, além da sua atuação na APROSBA e no movimento social de prostitutas (na pandemia, por exemplo, nos eventos online, nas rodas de comida, no grupo de psicoterapia, entre muitos outros), que faz parte da sua identidade e engloba ações e negociações diversas visando mitigar o

estigma, tendo alcançado conquistas. A construção de sua identidade tem muito a ver com seu “autodeclarar-se”, com seu “mostrar a cara”. Não é à toa que Fátima sempre se enxergou como militante e que se considere trabalhadora sexual mesmo não prestando mais serviços sexuais, o que evidencia a centralidade desse trabalho (na verdade, desses dois trabalhos, que em sua vida são intimamente interligados) em sua vida.

A importância do coletivo e a afirmação da identidade são pontos que se destacam não só no discurso de Fátima, mas também no de Gween: sobre o primeiro ponto, há o grupo de apoio online que menciona ter com outros modelos para se fortalecerem e se ajudarem (entre outras ações dela para ajudar pessoas do meio, como o livro digital que escreveu), como no caso de ameaças e chantagens, além da existência de uma forte rede de apoio social que inclui família, amigos, colegas, clientes, profissionais de saúde. Sobre o segundo ponto, assim como Fátima, Gwen também se identifica como trabalhadora sexual (mesmo que em inglês), além de artista, identidade que também descobriu dentro do trabalho sexual. É relevante lembrar que nem toda trabalhadora sexual se identifica como trabalhadora sexual, e que o estigma internalizado dentro da categoria é bastante comum. Nesse sentido, a nomeação é muito importante para a representação da identidade, porém, é preciso ir além e analisar como se dá o processo de constituição das subjetividades (CIAMPA, 1987).

Assim, para pensarmos na questão da ressignificação e no papel que tem o coletivo nesse processo, faz-se interessante considerar mais um conceito em que o trabalho sexual se enquadra e até se destaca: o de “trabalho sujo” (originalmente *dirty work*), cunhado por Hughes (1951/58) para referir-se à atividades com pouco prestígio e visibilidade social, apesar de sua importância para a reprodução social (BENDASSOLLI; FALCÃO, 2013). O conceito diz respeito à divisão moral do trabalho nas sociedades, que de modo hierárquico valoriza determinadas ocupações e desvaloriza outras. Catadores de lixo, coveiros, cuidadores de idosos e açougueiros são alguns exemplos, assim como aqueles que exercem atividades que envolvem a sexualidade (TYLER, 2011). Falta de reconhecimento como um trabalho, associação da atividade com delitos juridicamente tipificados e baixa desejabilidade social ou representação social depreciativa são algumas das características comuns nos *dirty works* (BENDASSOLLI; FALCÃO, 2013). Desse modo, tais trabalhos são em geral estigmatizados, e quem pertence a essa categoria é considerado um trabalhador “sujo”, alguém socialmente impuro (BATISTA; CODO, 2017).

A dimensão física, moral ou social do estigma pode sobressair para diferentes tipos de “trabalho sujo”, mas também é possível que uma mesma pessoa ou grupo experiencie todas essas formas, como no caso do trabalho sexual, em especial a prostituição. Exigindo que os trabalhadores “sujos” adotem uma posição de subserviência, “a mesma sociedade que cria a demanda e

necessidade por trabalhos sujos priva aqueles que os realizam de um status social observado em outras ocupações ou esferas da vida social” (BENDASSOLLI; FALCÃO, p. 1158, 2013).

Outra característica (ou ainda, problema) comum nos “trabalhos sujos” é a indução ao isolamento, à solidão pouco produtiva, à possibilidade de levar o sujeito ao esquecimento, à perda de contato com contextos de mediação e suporte sociocultural. Assim,

Privado do contato com os coletivos de trabalho, a atividade suja contamina quem a realiza, esfriando a relação do sujeito com o real. Assim, mais grave do que a sujeira do trabalho sujo é o risco de solidão a que tal modalidade de trabalho pode conduzir, relegando o sujeito-trabalhador à tarefa de lidar com o real em contexto de escassez de referências de um coletivo de trabalho e/ou gênero profissional. (BENDASSOLLI; FALCÃO, 2013, p. 1160)

Nesse sentido, há leituras do “trabalho sujo” que o consideram impreterivelmente como fator de adoecimento, sofrimento e exclusão social. Realmente, ele apresenta seus desafios, mas isso não significa que, dentro de suas possibilidades, estes não possam ser enfrentados. Assim, adotamos aqui, em concordância com os autores acima e coerente com o posicionamento geral da presente pesquisa, uma perspectiva mais “sutil” (e nem por isso mais simples), que considera a relação do sujeito com sua atividade, confrontados com o real. Relevante observar que isso não implica, de forma alguma, em sugerir

a negação das condições físicas, sociais e morais imbricadas no trabalho sujo em regime capitalista, com sua tendência a externalizar trabalhos penosos, invisíveis, sujos, a membros mais vulneráveis da sociedade, como é, em geral, o caso nos contextos de trabalho sujo. Em vez disso, trata-se de recuperar uma dimensão instituinte, afirmatória, de qualquer atividade de trabalho, sempre que a mesma seja mediada por um coletivo de trabalho vivo. (BENDASSOLLI; FALCÃO, 2013, p. 1160)

Desse modo, o enfrentamento dos desafios dos “trabalhos sujos”, mais particularmente em sua relação com a saúde e desenvolvimento psicológico, depende da valorização conceitual, metodológica e prática dos coletivos de trabalho. Tais coletivos são operadores “a partir dos quais as dimensões ‘nocivas’ do trabalho sujo podem, guardadas as devidas proporções, ser transformadas” (BENDASSOLLI; FALCÃO, 2013, p. 1158). Assim, apesar dos riscos de solidão, isolamento e esquecimento, Ashforth e Kreiner (1999) observam que, paradoxalmente, o estigma associado ao “trabalho sujo” é capaz de impulsionar o desenvolvimento de culturas de trabalho fortes, baseadas na cumplicidade, solidariedade, assim como em brincadeiras e relatos humorísticos do cotidiano de trabalho. Tais autores analisam as estratégias empregadas por trabalhadores “sujos” para lidar com a mácula social, minimizando-a ou neutralizando-a, moderando o impacto das percepções sociais de “sujeria” e seus derivados simbólicos. Os autores

identificam justamente a ressignificação como a mais importante estratégia para a construção positiva da identidade, sendo decisiva no enfrentamento da estigmatização.

A ressignificação implica na transformação do significado social da profissão, e é associada diretamente a essa cultura de trabalho forte (e dela necessita), uma vez que é pouco viável que um trabalhador, individualmente, ressignifique sua profissão em face de um tão grande estigma. Quanto mais se utilizam técnicas de subversão dos significados sociais pejorativos, negociando e ressignificando suas atividades, maior é a identificação dos trabalhadores com seu trabalho (BATISTA; CODO, 2017). Nesse sentido, Fátima e Gween se amparam em seus respectivos coletivos (e simultaneamente o amparam), utilizando cotidianamente (e reproduzindo no decorrer das entrevistas) da estratégia de ressignificação de seu trabalho “sujo”, e ao mesmo tempo constroem suas identidades, tão fortes quanto as culturas de trabalho as quais pertencem.

Levando em conta isso tudo, “não haveria uma ligação direta entre a realização de trabalhos sujos e a degradação das representações de si; pelo contrário, os que sofrem estigma social pelo fato de realizarem trabalhos sujos constroem identidades sociais sob o amparo de comunidades ocupacionais ou de coletivos de trabalho” (BENDASSOLLI; FALCÃO, 2013, p. 1158-59). Dessa forma,

o coletivo de trabalho, fator de mediação imprescindível a ressignificar uma situação que, de outro modo, levaria o sujeito ao isolamento, à frieza e ao esquecimento, atua como recurso de transformação de si e de ressignificação das condições físicas, sociais e morais atreladas ao trabalho sujo. Quando inscrito num coletivo de trabalho, o sujeito ressignifica o sujo, (...) o coletivo torna a atividade algo conectado, vinculado, retirando-a da invisibilidade social em que pode estar imersa. (...) Assim, mesmo em condições de trabalho sujo, é possível haver saúde. (...) Isto pode sugerir que, a despeito dos estigmas físico, social e moral associados a este tipo de trabalho, sobre os quais comentamos em seções anteriores, é possível haver afirmação do poder de agir entre pessoas imersas num cenário por vezes desolador. (...) Isso implica haver uma relação intrínseca, fundante ou ontológica no vínculo do sujeito com seu trabalho, seja este qual for. Isso significa que há uma função psicológica (Clot, 1995) no trabalho, pois este sempre irá confrontar o sujeito consigo próprio, os outros e um determinado gênero profissional. (BENDASSOLLI; FALCÃO, 2013, p. 1163-64)

Evocando Yves Clot (1995), Bendassolli e Falcão (2013) trazem acima o conceito do poder de agir como a capacidade do trabalhador superar as contradições, bloqueios e impedimentos a ele impostos. Esse construto teórico tem forte relação com a inserção do trabalhador em determinado coletivo de trabalho, seja ele um simples grupo de co-participantes de certa atividade ou, em estágio mais elaborado, um coletivo historicizado e organizado como gênero profissional, como exemplificam os catadores de lixo das cooperativas de Belo Horizonte, cuja denominação mudou de “catador” para “empreendedor social do lixo”, caso comparável ao dos grupos que Fátima e Gween (a primeiro, em seu grupo de apoio online; a segunda, parte do movimento social de

prostitutas nacional) participam e seus usos políticos de “trabalhadora sexual” para se implicarem como trabalhadoras e parte de um coletivo, sem no entanto desconsiderarem as denominações de prostituta, *camgirl* e outros sinônimos.

Nesse sentido, apesar dos catadores exemplificados compartilharem atividades comumente consideradas sujas, trata-se mais que um mero ajuntamento de pessoas: tem-se a “instauração de uma instância transpessoal que oferece ao indivíduo interlocução, referência e, portanto, margem para sua própria iniciativa de inovação pessoal”, suportando um gênero profissional que enquadra e acolhe o trabalhador, resgatando-o de uma possível situação de indignância e de isolamento e encarceramento psicossocial, e permitindo assim a emergência e afirmação de um estilo pessoal, repercutindo positivamente para o desenvolvimento da representação de si e da própria saúde mental (BENDASSOLLI; FALCÃO, 2013, p. 1162).

Depois, ao evocarem Dominique Lhuilier (2002; 2005; 2006 apud BENDASSOLLI; FALCÃO, 2013), os mesmos autores refletem sobre o alcance e os limites da contribuição teórica do conceito de poder de agir ao considerarem situações trágicas de trabalho, marcadas, por exemplo, por uma inserção escassa ou nula em um coletivo ocupacional. Nesses casos, argumentam, não seria propriamente possível um poder de agir, mas um “poder de suportar” ou “suportar ao agir”, na acepção de meramente aguentar a solidão, frieza e falta de perspectiva no âmbito do trabalho. A situação absolutamente crítica das mulheres prostitutas no entorno de Fátima durante a pandemia talvez possa se ligar a esse “poder de suportar” ou “suportar ao agir”. Mas, mais especificamente, se formos considerar nisso somente os casos de pouca ou nenhuma inserção em um coletivo, porventura seja possível relacionar a este conceito somente as mulheres que não seriam associadas a APROSBA, enquanto as associadas, por mais que estivessem em situação crítica, ao menos teriam um coletivo para se ampararem minimamente.

Desta maneira, Bendassolli e Falcão (2013) defendem a ideia de que o “trabalho sujo” consiste em um fenômeno que, ao mesmo tempo que pode contribuir para o sofrimento, exclusão e marginalização, pode, também, como qualquer outro tipo de trabalho e sob certas circunstâncias (como a disponibilidade de um coletivo minimamente organizado, capaz de oferecer ao sujeito referência suficiente para construir sua autorrepresentação e meios efetivos para agir, e não apenas suportar uma “solidão psicossocial patologizante”), estar aliado à saúde e ao desenvolvimento psicológico que, implicado na atividade de trabalho, aciona o sujeito, suas capacidades e suas funções cognitivas superiores, permitindo a expansão de sua inventividade, sagacidade e possibilidade de produção de sentidos e significados.

Considerando os processos saúde-doença, pode-se inferir que, para as mulheres entrevistadas, a entrada no trabalho sexual também foi uma forma de se esquivar de possíveis

fatores de adoecimento ou adoecedores, apontando direta ou indiretamente para descontentamentos com instituições como casamento, família, academia (espaços socialmente valorizados onde elas se depararam com elementos da misoginia), na busca por uma maior liberdade, um melhor rendimento ou uma “*válvula de escape*”.

Ambas relatam adoecimentos psíquicos em suas vidas e mesmo diagnósticos (depressão, bipolaridade, ansiedade). Entretanto, indicam que não foi o trabalho sexual em si, de forma direta, que os causou: Fátima conta que sua provável primeira depressão se desencadeou por conta da impotência que sentiu ao não conseguir ajudar suas companheiras em alta vulnerabilidade tanto quanto gostaria no contexto da pandemia; Gween, por sua vez, atribui seus adoecimentos a fatores associados ao puerpério e à faculdade (mais particularmente, em razão de pesquisa acadêmica e machismo nesse ambiente).

Na esteira de Bendassolli e Falcão (2013), é possível dizer que o trabalho sexual pode contribuir tanto para produzir saúde (como quando as entrevistadas relacionam seu trabalho a relações sociais positivas, alta autoestima, criatividade, arte, desafio, aceitação, olhar para si, etc.; Gween afirma, inclusive, que o trabalho sexual a salvou da depressão) quanto para produzir doença (como em situações sociais críticas e ao não conseguir se distanciar dos problemas dos clientes).

Considerando as noções do já trazido “novo conceito de saúde” proposto por Dejours (1986), mais especificamente de saúde mental, podemos entender que o ativismo de Fátima, que faz parte de sua identidade junto ao trabalho sexual, não é simplesmente algo que provoca angústias, conflitos, fadiga e contradições (por problemas de lutas, problemas políticos, relações de força, etc.), mas consiste em uma escolha por atacar, justamente, todos os anteriores. Dessa forma, para o autor, parar de militar seria o oposto da definição de saúde mental, pois nesta e em muitas outras atividades (como a do artista, ele exemplifica, e aqui pode também caber o caso de Gween, que produz arte em seu tempo livre, mas também usa de sua criatividade em seu trabalho sexual) é comum que as pessoas tenham mais saúde ao confrontar as angústias e tentar resolvê-las, do que ao se esconderem disso tudo.

O ato de militar, assim, é capaz de produzir, inclusive simultânea e dialeticamente, saúde e doença (na luta contra o que originalmente a produz – por exemplo, o estigma, a desigualdade, a miséria, a negligência). Por outro lado, parar de militar, para quem o faz (e principalmente quando tal ato está tão intrincado com a subjetividade, identidade da pessoa), pode acabar, em certos casos, contribuindo mais para a doença do que para a saúde. Nesse sentido, a ideia diretora, para Dejours (1986), é a de que o ser humano procura transformar-se, e não acabar com a angústia (mas sim, pela minha apreensão, com o que a produz, de forma estrutural), pois esta tem seu papel a desempenhar considerando a concepção de vida do autor como uma sucessão de compromissos

dinâmicos entre a história passada e o presente (isto é, as realidades materiais, sociais e psíquicas), para buscar transformá-lo e tentar construir o futuro.

Saúde, e saúde mental, então, necessariamente têm a ver com movimento, mudança, ação. É quando ter esperanças e objetivos é permitido, entendido por Dejours (1986) como “desejo” – o que faz as pessoas viverem, antes de tudo. A doença, portanto, seria o oposto disso. Nesse sentido, o adoecimento mental de Fátima, diferente de tristezas passageiras, emergiu após décadas de militância, em um momento histórico particularmente crítico, percebido como mais grave do que as outras pandemias que enfrentou (o que é congruente com a fala de Dejours sobre as doenças ocorrerem em momentos precisos, mas focando no plano afetivo). Para o autor, quando não há mais desejo, quando este não é mais possível, temos o que se chama de “depressão” (DEJOURS, 1986).

Ele também a associa ao incômodo intenso, à perda da fome, do entusiasmo, da “tensão”. Fátima, sentindo-se impotente por não conseguir ajudar tanto quanto gostaria as tantas companheiras em situação de grande vulnerabilidade no contexto da pandemia, desenvolve nesta, como vimos, o que identifica como sua provável primeira depressão, descrita por ela de forma consonante às noções *dejourianas*: além da impotência, inclui os sentimentos de profunda tristeza, de estar vegetando, de falta de perspectiva futura, de absoluta perda e desesperança, de não ver saída e não merecer viver, tendo como únicas vontades a de chorar e de morrer – ideias que remetem, também, à inatividade, à paralisação, contrárias à saúde e à vida (o que não significa, no entanto, que ela deveria continuar militando nesse estado, pois simplesmente não havia forças; ao mesmo tempo, como o próprio Dejours diz, saúde também tem a ver com a liberdade de adaptação, de poder parar de trabalhar para cuidar de uma doença e depois retornar).

Fátima também deixa evidente a estreita interligação entre o adoecimento físico e mental ao expor que, com a depressão, sentia moleza e dores pelo corpo todo, o que conflui com Dejours (1986) quando este aponta que a situação da depressão é perigosa não apenas para a mente, mas também para o corpo, podendo este adoecer com maior facilidade. Percebe-se aí, também, a ideia de unidade. No caso de Fátima, pensando na concepção de vida *dejouriana*, a história passada se trataria de sua história passada pessoal e coletiva (ambas marcadas pelo trabalho sexual), o presente nesta narrativa seria a pandemia (ficando bastante claro não somente a realidade psíquica/afetiva, mas o papel das realidades material e social, visto que tanto o adoecimento de Fátima quanto de suas companheiras foi desencadeado pela crise sanitária, econômica e humanitária do coronavírus, que agravou ainda mais suas vulnerabilidades). A busca para transformar esse presente está, por exemplo, no próprio ativismo, visando tentar construir um melhor futuro. Na depressão, esse papel ativo e transformador se paralisaria.

Pedindo apoio (o que já é um movimento), Fátima o recebeu de amigas e de uma psicóloga que atendia individualmente, entendendo que, como uma amiga (também ex-trabalhadora sexual) lhe disse, ela só poderia cuidar dos outros cuidando antes de si mesma (podemos entender aqui o trabalho de liderança em movimento social, também, como uma espécie de trabalho de cuidado que exige labor emocional). Mas foi o grupo de psicoterapia voltado para trabalhadores sexuais de todo o país que, em suas palavras, a tirou do fundo do poço: lá, ela via que não estava sozinha, tomando também consciência de que há limites impostos, a nível macrossocial, que faziam parecer que nem todo o esforço do mundo seria o suficiente, mas que são exatamente quem coloca tais limites que deveria, em tese, se responsabilizar por apoiar esses trabalhadores e outros grupos invisibilizados, referindo-se aqui aos governos. Foi com esse entendimento de que saúde, como diz Dejours (1986), não se trata de acabar com a angústia, mas tornar possível a luta contra ela, que Fátima, com a ajuda desse grupo, conseguiu se fortalecer para voltar a trabalhar: isto é, voltar a ter desejos, esperanças, saúde. No coletivo se adocece e se fortalece, perde-se e cria-se saúde. Nos processos de cuidado, também.

Nesse sentido, refletiremos e fundamentaremos agora um pouco do paralelo que a própria Gween fez entre o trabalho sexual e o trabalho da/o psicóloga/o em sua entrevista. Podemos compreender o trabalho sexual, assim como o do psicólogo, como um trabalho de cuidado, e que, por conseguinte, demanda trabalho ou labor emocional. Aqui, iremos discutir com base nos relatos de Gween, mas deixamos claro que isso não é especificidade do trabalho sexual virtual, uma vez que a prostituição pode igualmente ser entendida como tal – como vemos em Parreñas (2012), que amplia a noção convencional do trabalho de cuidado ao entender o trabalho sexual (no caso de sua pesquisa, o de acompanhantes filipinas imigrantes em Tóquio) como mais um dentre outros serviços de cuidado, como por exemplo, os oferecidos para idosos. Em certa medida, o papel de Fátima como liderança de movimento social também pode ser entendido de tal forma.

O trabalho ou labor emocional é manifestado, por exemplo, em diversas profissões do setor de serviços e da prestação de cuidados (KUMAR, 2014). O trabalho sexual pode ser incluído como serviço e como cuidado, mas aqui focaremos em suas dimensões emocional e de cuidado, articuladas, por estarem mais diretamente ligadas a ideia de trabalho reprodutivo, trazida na introdução. Nessas dimensões, capacidades e competências afetivas e subjetivas das trabalhadoras são demandadas e consumidas (ARAÚJO, 2014). É importante ter em mente que, apesar de nesta reflexão tecermos aproximações entre o trabalho sexual e o do psicólogo, como a própria Gween diz em entrevista complementar, embora ela tenha ajudado outras pessoas com problemas similares aos dela em seu trabalho, *“não sou terapeuta e nenhuma camgirl é, mas conheço muitas que se interessaram pela psicologia no caminho”*.

Nessa acepção, pode-se presumir que, mesmo o trabalho sexual não tendo explicitamente fins terapêuticos, ele pode ter efeitos terapêuticos, seja para o cliente, seja para a trabalhadora (como quando Gween conta que sua autoestima melhorou muito com o *camming*), e mesmo para ambos. Para alguns autores, inclusive, ele tem o duplo aspecto de cuidado terapêutico e de satisfação de necessidades físicas e emocionais dos clientes (CERQUEIRA; MISOCZKY 2021). Contudo, ao mesmo tempo que ele é capaz de contribuir para produzir saúde, ele também é capaz de desencadear adoecimento, principalmente na ausência de suporte. Com o trabalho do psicólogo, não é diferente, uma vez que não é sempre que um profissional da psicologia colabora para produzir saúde, como Gween relatou na entrevista sobre a primeira vez em que foi a uma psicóloga e foi intensamente julgada por trabalhar com sexo.

Ramos (2020) identifica diversos estudos que abordam como o trabalho sexual direto e indireto implica um alto nível de labor e gestão emocional. A autora afirma que o trabalho emocional é indispensável para o *camming*, pois apesar da mediação virtual, ela não deixa de ser “face a face”, o que requer a supressão ou indução de sentimentos, por meio, por exemplo, do controle de emoções e expressões e uso de técnicas de atuação, com o objetivo de manter uma aparência externa que produza nos outros o estado mental considerado apropriado para o contexto, seja sexual ou não.

Como aponta Gween, sendo focado na interação, faz parte do cotidiano do trabalho sexual deparar-se com questões dos outros, exemplificando casos de pessoas que buscam esses serviços estando em situações complicadas, como de luto, de doenças graves, de acidentes, de vícios, etc. Nesse sentido, a entrevistada recorda dificuldades no início de sua carreira, por sua inexperiência e despreparo, acabando por ocorrer algumas “*confusões*” entre ela e o outro, da ordem do inusitado, do imprevisto, o que, se não lidado adequadamente, poderia gerar algum adoecimento.

A maneira que Gween encontrou para lidar com isso, para ela indispensável, é o que a entrevistada chama de “separação da persona”, isto é, a capacidade de separar a persona que ela apresenta no trabalho da pessoa que ela é no dia a dia, assumindo e adaptando diferentes papéis em diferentes contextos. Nessa persona, Gween vê-se “*blindada de sentimento*”, enquanto fora do trabalho ela se descreve como uma pessoa “*mais fragilizada, eu me autorizo fragilizar, que antes eu não tinha isso*”, evidenciando assim a continuidade entre a “persona” e a “pessoa” que, mesmo “separadas”, são inseparáveis, assim como, por exemplo, a unidade integrada de sentidos e significados e a do fenômeno psicológico de Vygotsky.

Segundo Ramos (2020), em certos casos, essa separação consegue ser significativa, como parece ser o de Gween, em que “*minha voz até muda, (...) eu consigo separar bem assim*”. Em outros casos, mesmo quando a separação não é possível neste nível, certas distâncias costumam

ser construídas, formando um afastamento entre o “eu real” e o “eu performático”. Essa dramatização dá às modelos uma sensação de controle sobre como, onde e para quem se apresentam de uma certa forma, indo ao encontro do que Goffman (1985) chama de fachada, modo de representação pré-definido com base em aparências e maneiras específicas. Assim, entendemos essa separação como um mecanismo de proteção para evitar sofrimento no trabalho, como nas ideias de Sato (2009), e não uma “perda do *self*”, como defendem autoras como Carole Pateman (1988 apud PISCITELLI, 2012).

Piscitelli (2012) cita esta última autora como uma das representantes de correntes contrárias à concepção de trabalho sexual como um trabalho (interpretando-o como uma violência independente das circunstâncias, evocando posições abolicionistas), que formulam como um de seus argumentos o de que a venda da sexualidade impreterivelmente envolveria a venda de uma parte fundamental do *self* (si-mesmo), uma vez que a conexão integral entre ambos demandaria que a trabalhadora (que nessa noção não seria entendida como uma, e sim necessariamente uma escrava) se distanciasse emocionalmente de seu “uso sexual” para se proteger. Nessa visão, isso teria efeitos nefastos, pois no processo, os sentimentos conectados à sexualidade e à vida emocional seriam destruídos.

Por outro lado, correntes em defesa da ideia de trabalho sexual como um trabalho, representadas por autoras como Wendy Chapkis (1997 apud PISCITELLI, 2012), evidenciam que o processo de distanciamento das emoções não é exclusividade do trabalho sexual: analisando diferentes modalidades de trabalho emocional em atividades como a de aeromoças, psicoterapeutas, atrizes, enfermeiras, e comparando suas experiências com as de trabalhadoras sexuais, constatam que todos esses tipos de trabalho exigem somar e conter emoção. Essas autoras não interpretam, portanto, a criação de limites no âmbito emocional presente no trabalho sexual como perda do *self*, mas como “ferramenta útil para traçar fronteiras entre atuação na atividade de trabalho e a vida fora dela”; além disso, relevante colocar que “nas ocasiões em que há danos, estes são atribuídos não ao trabalho sexual em si, mas às condições de trabalho, particularmente nos casos em que as trabalhadoras não controlam quando, como e com quem utilizam seus recursos emocionais” (PISCITELLI, 2012, p. 7).

Segundo Ramos (2020), também evocando Chapkis (1997), o trabalho emocional implica que a situação, as normas estabelecidas para ela e as expressões emocionais da pessoa estejam integradas, a fim de obter a sincronia necessária e assim conseguir convencer o cliente que está pagando por determinado serviço. É preciso de esforço para alcançar essa sincronia, que pode ser obtida através da atuação, indicando que, no geral, o desenvolvimento de confiança e empatia, entre outros sentimentos que são gerados no meio da transação, só ocorreriam na presença de uma

troca econômica. Isso, no entanto, não diminui a autenticidade da emoção produzida e não nega que as modelos possam chegar a estabelecer ligações reais com clientes ou desfrutar das interações estabelecidas, mas evidencia que existem certas situações em que há a possibilidade do provedor do serviço (isto é, não exclusivamente *camgirls*) sentir-se desconfortável, podendo chegar a reconsiderar sua atividade em alguns casos, o que se liga a ideia dos imprevistos, dos confrontos com o real e dos limites subjetivos no âmbito dos trabalhos no geral.

Para “separar sua persona”, Gween teve o apoio de um acompanhamento psicológico, e por isso acredita que esse tipo de serviço (mais especificamente, uma rede de suporte em saúde mental “*mais online e acessível*” voltada para trabalhadores sexuais) poderia ser extremamente benéfico para a categoria, com o potencial de servir em suas palavras como uma “*supervisão*”, análoga ao do psicoterapeuta, como um espaço seguro para “*desabafar do trabalho*” e “*entender que aquelas questões daquelas pessoas são delas e não são suas*”, sendo portanto algo importante para “*um trabalho saudável, pra não absorver essas questões dos clientes e só tratar como cliente mesmo.*”

Na perspectiva de Aguirre et al. (2000), o psicólogo tem de ser capaz de se colocar no lugar do outro, mas sem se confundir com este, passando a ser tarefa do/a supervisor/a contribuir para tal discriminação. Esse confundir-se com o outro, mencionado inclusive por Gween na posição de trabalhadora sexual, pode se referir a diversas situações, por isso, enquanto iniciante, o estagiário de Psicologia (e aqui também aproximamos ao caso da entrevistada) pode ter dificuldade em lidar com alguns cenários, o que pode gerar sentimento de insegurança e até mesmo medo de que o paciente/cliente abandone o atendimento.

A produção da atitude clínica com a qual o supervisor contribui parece resultar de um processo que se desenvolve ao passo que se constrói a identidade profissional, e envolve muitas variáveis, entre elas, “a capacidade de conter as ansiedades e de preservar os limites da própria identidade no contato com o outro”, devendo também passar necessariamente pela compreensão e apropriação do papel de psicólogo, o que significa “conhecer e utilizar as possibilidades e limites que o caracterizam e ao mesmo tempo o diferenciam de outros papéis, tais como os de amigo, conselheiro, juiz, professor, filho e assim por diante” (AGUIRRE et al., 2000, s/p). Dessa forma, é possível fazer aproximações (sem desconsiderar suas distinções fundamentais) entre a supervisão do psicólogo e a supervisão sugerida por Gween enquanto trabalhadora sexual, entre atitude clínica e separação de persona, e entre os labores emocionais, papéis e identidades em ambas as profissões.

É curioso pensar sobre como clientes podem acabar demandando de trabalhadoras sexuais uma “atitude clínica”. Em entrevista complementar, chama atenção a seguinte fala de Gween:

“sabe aquele estigma de que quem procura por ajuda psicológica é maluco? A minha teoria é que ele afasta as pessoas do consultório e as traz para mim. Não é exagero quando digo que alguém triste e solitário pode acabar encontrando amparo na pornografia”, apontando para um diferente estigma, não da “puta”, menos ainda da psicologia, mas do “louco”, que, apesar de estar sendo desconstruído, ainda é vigente, aqui se tratando de como homens são socializados e de como a masculinidade é construída.

Para refletir sobre isso, é fecundo levar em conta que o trabalho de cuidado (nele incluído o labor emocional) faz parte do trabalho reprodutivo, aquele já trazido na introdução, sendo historicamente relegado às mulheres a partir de um discurso biologizante e naturalizante, construindo a ideia da mulher como uma “cuidadora nata”, cujo dever incontestável seria cuidar da casa, dos filhos, do marido (ARAUJO, 2014). Dessa forma, por ser interpretado como natural para a mulher, o trabalho de cuidado, que ainda tem sua maioria feminina na esfera não-remunerada e remunerada, e que é desvalorizado e visto equivocadamente como fácil.

Mas, pelo contrário: o cuidado não é um trabalho que requer poucas habilidades, ele é complexo e prevê o uso de aptidões que seriam oriundas da socialização feminina. Para Ramos (2020), as competências emocionais “reforçariam” estereótipos de feminilidade em que mulheres são vistas como aquelas que são naturalmente sensíveis, empáticas, compreensivas e atentas aos homens, além de, no caso do esperado no trabalho sexual, sexualmente atraentes. Mas, é a gestão das emoções e o estabelecimento de vínculos que permitem a aproximação entre *camgirl* e cliente. Em contexto pago, tais competências são reeditadas, atualizadas e negociadas, supondo que a trabalhadora precise ter as habilidades necessárias para lidar com as demandas emocionais ao mesmo tempo que opera numa lógica mercantil.

Assim, o dinheiro não corrompe os verdadeiros sentidos e motivos da prática: a transformação do cuidado em mercadoria não implica que ele passe a ser orientado por uma lógica estritamente econômica, apesar desta ter, sim, seu espaço. Segundo Ramos (2020), para obter sucesso a modelo ainda “deve” aprender sobre psicologia, emoções, persuasão, comunicação, gestão de marca pessoal, entre tantas habilidades, inclusive específicas para essa ocupação, que podem ser monetizadas. Há então uma constante tensão entre essas duas ordens (entre demandas emocionais e remuneração; entre necessidade de atenção individualizada e exigências de produtividade, etc). É na tensão entre a ordem do interesse econômico e a ordem das reciprocidades, e nas negociações que se estabelecem entre elas, que a complexidade desse trabalho pode ser apreendida (ARAUJO, 2014).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reverberações psicossociais associadas ao trabalho sexual e/ou, ainda mais adequado, ao seu possível entorno, a nível estrutural, (como a desigualdade social, a pobreza, a negligência do Estado, as expectativas relacionadas ao sistema sexo/gênero vigente, a misoginia, a violência, etc.), que permeia tantos outros espaços, em diferentes níveis e formas, são múltiplas. Os processos de significação, as formas como o estigma é vivenciado e as experiências e necessidades em relação à saúde mental destas mulheres são multifacetados e apresentam entre si um estreito entrelace, mostrando-se indissociáveis. Assim, do mesmo modo que “práticas [cotidianas] produzem sentidos, sentidos guiam práticas”, isto é, a ação em si simultaneamente produz sentidos e é guiada por eles, “e ambas se articulam com as identidades que se produzem por meio da própria inter-relação entre as pessoas e o mundo” (COUTINHO; OLIVEIRA, 2017, p. 110), pode-se dizer que os enfrentamentos ao estigma (este atrelado ao significado social dominante do trabalho sexual), entendidos como resistências, micropolíticas ou contrapoderes de uma inteligência astuciosa (SATO, 2009), produzem sentidos ao mesmo tempo que são conduzidos por eles, se encadeando às identidades subjetivamente construídas pelas entrevistadas como trabalhadoras sexuais, em sua relação com o mundo. Como vimos, também, esses processos apresentam possibilidades de gerar tanto saúde quanto adoecimento, que dizem respeito às tensões entre significados e sentidos e, nessa acepção, respectivamente, entre opressão e autonomia, como dizem Diniz e Mayorga (2018).

Enquanto alguns autores citados, como estes últimos e Piscitelli (2005), observam a existência de uma grande polarização que cria “imagens ideais” em estudos e discussões sobre o tema, na qual em um pólo, a trabalhadora do sexo ocupa o lugar de escrava e objeto sexual, percebida inerentemente como vítima de violência, um ser passivo e carente de poder; e, no outro pólo, ocupa o lugar do agente mais subversivo dentro de uma ordem patriarcal, percebida necessariamente como um símbolo da autonomia sexual feminina e ameaça ao controle da sexualidade das mulheres, a presente pesquisa está entre aquelas que vão na contramão de uma visão dicotômica entre sujeito e sociedade ao buscar compreender, na medida do possível, algumas das inúmeras formas em que essa relação, na realidade inseparável, aparece espontaneamente nos tão ricos relatos das entrevistadas. Desse modo, esta pesquisa segue as linhas das que, de maneira mais cautelosa, pensa no sexo como um “terreno de disputa” e não como um campo fixo de gênero e poder, reconhecendo a existência de uma ordem social sexista sem, no entanto, considerá-la inteiramente determinante. Nessa posição,

“O sexo é visto como uma tática cultural que pode tanto desestabilizar o poder masculino como reforçá-lo. As práticas de prostituição, tais como outra forma de mercantilização e consumo, devem ser lidas de maneiras mais complexas que apenas uma confirmação da dominação masculina: em certas circunstâncias, elas podem ser espaços de resistência e de subversão cultural. Por este motivo, estas linhas consideram que a posição da prostituta não pode ser reduzida à de um objeto passivo utilizado na prática sexual masculina, mas como um espaço de agência no qual se faz um uso ativo da ordem sexual existente” (PISCITELLI, 2005, p. 14).

Como escrevem Silva e Pena (2021), o trabalho sexual é uma prática social complexa e tem sido historicamente marcada por muitas contradições. Portanto, pode-se dizer que não há como discutir o tema de forma justa dissociando sujeito e sociedade. Dessa forma, ao lado de produções acadêmicas polarizadas em relação ao trabalho sexual, e em especial as que hegemonicamente o condenam, Piscitelli (2005) observa que nas últimas décadas (embora no Brasil em menor quantidade se comparado com alguns outros países) é possível detectar novos olhares sobre tal fenômeno, que implicam um deslocamento que exige uma revisão dos pressupostos que orientaram reflexões anteriores sobre o tema. Essas novas linhas reconhecem que as realidades inseridas nos mercados do sexo são infundavelmente mais variadas do que uma mera polarização, trabalhando em estreita colaboração com as ideias de trabalhadoras sexuais e com sua demanda por serem consideradas sujeitos de direitos enquanto integrantes de uma categoria ocupacional, considerando-as dotadas da capacidade de agência, características estas que apresentam total consonância com as pesquisas em Psicologia Social do Trabalho (PST).

Por mais que esta ainda esteja longe de ser uma perspectiva dominante, pode-se de fato perceber como essas produções, felizmente, vêm realmente aumentando, sendo mais numerosas do que eu provavelmente imaginava. Nesse sentido, evidentemente, não foi possível (e nem deveria ser pretendido) abordar tudo, nem tudo o que eu gostaria, nem tudo o que eu li e, claro, o que não consegui ler, pois sequer seria possível. Foi difícil delimitar o tema, porque muito do que encontrei parecia útil e importante para dar luz e fazer entender o fenômeno tão complexo que é o trabalho sexual. Me encontrei e me perdi num oceano labiríntico de textos e ideias, tão ricos, mas que não caberiam nos limites da pesquisa, esta finita, ao passo que o tema, infinito. Posso dizer que me deparei com produções interessantíssimas até o último minuto do meu prazo. Um exemplo de autora que descobri tardiamente foi a psicóloga, pesquisadora e prostituta Adriely Clarindo (2020), que se inspira no *putafeminismo*, não sem dificuldades, traduzindo saberes da zona de prostituição para a academia e construindo pesquisas “sobre putas e com putas”, entendendo assim que estas podem, sim, ser agentes de conhecimento e escrevendo “anti-histórias” que permitem abrir uma fenda nas narrativas hegemônicas, evocando autores como Walter Benjamin.

Em suas incursões à três diferentes zonas, Clarindo também percebe que, na acepção do que trouxemos acima, tanto as concepções salvacionistas quanto as que romantizam o trabalho sexual não cabem nas realidades por ela pesquisadas e também vividas. Contudo, ela também observa o quanto discursos com áureas culpabilizantes, assim como aqueles que aparecem em muitos estudos, ressoam em falas de prostitutas por ela entrevistadas, como quando não se consideram trabalhadoras, quando se enxergam como “objetos”, quando utilizam “puta” de forma pejorativa, quando consideram o dinheiro de qualquer outro trabalho precarizado como mais honroso, etc. Uma delas conta que “aprendeu isto desde criança, seus amigos, familiares, alguns outros religiosos conhecidos e até outras colegas de trabalho têm a mesma opinião” (CLARINDO; ZAMBONI; MARTINS, 2021, p. 9). Nesse sentido, como escreve Treloar et al. (2021), mensagens sociais estigmatizantes podem ser internalizadas pelas pessoas que são alvo destas, podendo inclusive ocasionar em doenças, como a depressão.

Tudo isso aponta para algo que é importante retomar. Na presente pesquisa, criticamos as generalizações sobre trabalhadoras sexuais criadas pelas polarizações já citadas. Certamente não é nosso intuito, portanto, “re-generalizar” a categoria, pois, apesar de nossas entrevistadas se afirmarem como trabalhadoras sexuais, evidentemente não são todas as mulheres presentes nos mercados do sexo que se identificam como tal. Trata-se, como mostramos, de uma construção que demanda, entre outros fatores, processos múltiplos de ressignificações coletivas. Além disso, apesar de ambas se considerarem trabalhadoras sexuais, as entrevistadas têm diferentes tipos de trabalho, idades, localidades, histórias, condições, experiências, necessidades, etc. Ademais, falam sobre si mesmas mas também falam muito de seu entorno (suas colegas, suas companheiras, sua “*irmandade*”), não apenas marcando a importância e a presença dessa coletividade, mas também nos deixando pistas e relatos sobre experiências de outras trabalhadoras sexuais, evitando generalizações e denunciando injustiças, como quando Fátima aponta para o revoltante cenário da pandemia. Nesse percurso buscamos assim, como outras pesquisas em PST, desafiar estereótipos e ecoar denúncias.

O exposto também aponta para o fato de que o trabalho sexual não é inerentemente “bom” ou “mau”, como polarizações reducionistas tendem postular, mas joga luz à importância de se atentar para fatores estruturais e sociais em vez de focar em comportamentos individuais de trabalhadoras sexuais, uma vez que adoecimentos mentais associam-se intimamente a àqueles fatores. Isto é, segundo Sanders et al. (2017), é preciso que pesquisadores e profissionais da saúde, assim como as políticas públicas, abranjam aspectos como condições de trabalho, pobreza, violência e demais tipos de desigualdades, visando mitigar os efeitos da desvantagem social nas decisões e no bem-estar das trabalhadoras do sexo. E falando em questões estruturais, é necessário

reiterar que o trabalho sexual “sofre dos mesmos reflexos da precarização do trabalho no sistema capitalista neoliberal” (FERREIRA; PEREIRA; AMARAL, 2010, p. 6), e o que é vendido pela trabalhadora sexual e por qualquer outro trabalhador é a sua força de trabalho. A diferença socialmente construída entre um e outro estaria justamente na “mancha” que vulnerabiliza a trabalhadora do sexo, ou seja, o estigma por ela sofrido – e, como vimos no caso de nossas entrevistadas, também enfrentado. Ou seja, de forma alguma se trata aqui de defender a informalidade e precariedade de trabalhos que carecem de direitos mínimos e que hoje inclusive estão se tornando o padrão, mas defender as trabalhadoras expondo suas insatisfações e reivindicações tanto no contexto de trabalhos formais e derivados (como Fátima na fábrica têxtil e Gween no estágio universitário, além de se referirem a outras instituições formais, como casamento, família, religião e faculdade, que apesar de valorizados socialmente, na prática também podem ser precários e adoecedores) quanto no contexto de trabalhos informais (como no próprio trabalho sexual).

Levando tudo isso em conta e lembrando Sorj (1995), apesar da concepção aqui adotada da trabalhadora sexual como trabalhadora não ser (ainda) predominante nem no conjunto da categoria, nem na sociedade como um todo – e, aqui acrescentamos, nem na comunidade da psicologia (como exemplo, no relato de Gween sobre a primeira vez que foi a uma psicóloga) –, de fato percebemos que, como colocam Diniz e Mayorga (2018), a ambivalência das dinâmicas sociais permite às trabalhadoras sexuais questionarem os efeitos destrutivos da subalternidade e, conseqüentemente, disseminarem no tecido social, mesmo que lentamente (por relutância da própria sociedade), outros saberes sobre suas condições de vida. Nessa acepção, rememoremos também Aguiar e Ozella (2013) quando aludem que, embora os significados tenham maior estabilidade que os sentidos, eles também podem se transformar. Desse modo,

"se por um lado os significados atribuídos às palavras são produzidos pela coletividade no seu processar histórico e no desenvolvimento de sua consciência social e, como tais, se subordinam às leis histórico-sociais, por outro, os significados se processam e se transformam através de atividades e pensamentos de indivíduos concretos e assim se subjetivam (adquirindo um sentido pessoal) na medida em que retornam para a objetividade sensorial do mundo que os cerca, através das ações que eles desenvolvem concretamente" (LEONTIEV, 1978 apud LANE, 1984, p. 33)

Como vimos, a despeito da imagem social negativa da trabalhadora sexual perdurar – imagem esta que é construída e constantemente reproduzida visando, como também já abordamos, o controle não só das trabalhadoras do sexo, mas das mulheres como um todo –, ela já foi ressignificada expressivamente em diferentes contextos sócio-históricos. E são mulheres como as aqui entrevistadas, com seus coletivos, que, tijolo por tijolo, constroem e revelam novas concepções sobre seus próprios trabalhos e vidas. Cabe também à psicologia – que, válido pontuar,

infelizmente foi uma das áreas do conhecimento em que menos encontrei estudos brasileiros com “novos olhares” – escutar, aprender, se aliar e também contribuir com essas ressignificações, como através da produção de pesquisas, intervenções e inclusive na prática clínica, pública ou privada. Antes, é preciso buscar combater em si mesmo/a a “putafobia” internalizada na maioria de nós, assim como a hierarquização higienista e moralista de valor em relação ao trabalho sexual. Relembremos que, assim como as trabalhadoras do sexo, grande parte ou até mesmo a maior parte da comunidade de psicologia é trabalhadora autônoma, além de que ambos os trabalhos podem ser compreendidos como de cuidado, exigindo um alto grau de labor emocional.

A noção de trabalho “não qualificado” ou “não especializado”, segundo Araujo (2014), reflete a percepção enviesada na sociedade de que o trabalho de cuidado (e outros realizados majoritariamente por mulheres) é um trabalho inferior, esvaziado de valor social e cultural. É preciso recordar, contudo, que a psicologia também é um trabalho de cuidado, embora “qualificado”, “especializado”, além de socialmente “privilegiado”, “valorizado”. Vê-se aí uma hierarquização dentre os trabalhos de cuidado: se vimos como a trabalhadora do sexo, com mais força a prostituta, é colocada na mais baixa posição em hierarquias construídas entre trabalhos em geral, entre os “trabalhos sujos” e entre os próprios trabalhos sexuais, elas também existem dentre os trabalhos de cuidado e os exercidos predominantemente por mulheres. Nos solidarizemos, porque o trabalho sexual se faz crescente e vai demandar cada vez mais o nosso apoio.

Psicólogas/os que desejarem contribuir nesse sentido podem se ancorar na PST como possibilidade de uma fecunda e crítica perspectiva para atuar de forma compatível e comprometida com os interesses das trabalhadoras sexuais. Nessa acepção, Dejours (1986) defende que, a respeito da saúde dos trabalhadores como um todo, a contribuição dos acadêmicos, apesar de necessária, é relativamente limitada, devendo assim ser inspirada e conduzida pelos próprios trabalhadores, incluindo tudo o que concerne o trabalho, das condições à organização deste. A pesquisa em PST, como apontam Ribeiro, Oliveira e Bernardo (2017, p. 135), visa “interferir direta ou indiretamente na realidade, dentro de um esforço coletivo no qual os produtos das atividades dos pesquisadores subsidiam ações de transformação conduzidas por outras pessoas”.

Assim, da mesma forma que a dimensão coletiva é fundamental nos processos de ressignificação do trabalho sexual pelas trabalhadoras da categoria, ela também é fundamental entre psicólogas/os e outros acadêmicos que buscam contribuir com suas lutas, uma vez que só é coletivamente que se abrem portas para a produção de efeitos significativos sobre a sociedade em geral, tendo assim tais contribuições o potencial, enquanto conjunto, de subsidiar políticas públicas voltadas para o mundo do trabalho e colaborar na mobilização da opinião pública quando consegue atravessar os filtros da grande imprensa, como apontam Ribeiro, Oliveira e Bernardo (2017). A

presente pesquisa, considerando seu nível, limites e percalços, menos que um tijolo de uma construção que busca transformar o significado social do trabalho sexual e de quem o realiza, é como um grão de cimento em um universo de tensões e complexidades, sendo apenas minúscula peça de uma algo muito maior.

## 6 REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L. & SCOPINHO, R.A. **Prostituição**: uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN2179-510X

AGUIAR, W. M. J., & OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 94(236), 299-322. 2013.

AGUIAR, W.M.J. & MACHADO, V. C. **Psicologia Sócio-histórica como fundamento para a compreensão das significações da atividade docente**. Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2016, v. 33, n. 2 pp. 261-270. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02752016000200008>>. ISSN 1982-0275.

AGUIRRE, A. M. de B., Herzberg, E., Pinto, E. B., Becker, E., Carmo, H. M. e S., & Santiago, M. D. E. (2000). A Formação da atitude clínica no estagiário de psicologia. **Psicologia USP**, 11(1), 49-62. <https://doi.org/10.1590/psicousp.v11i1.108079>

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 6.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. 103 p.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAUJO, A. B. Continuidades e descontinuidades entre trabalho de cuidado não remunerado e remunerado: por uma análise a partir da desvalorização e das demandas emocionais do trabalho. **Áskesis**, São Carlos: SP, v. 3, n. 2, p. 171-184, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/viewFile/153/pdf>.

ASHFORTH, B. E., & KREINER G. E. (1999). "How can you do it?": Dirty work and the challenge of constructing a positive identity. **Academy of Management Review**, 24(3), 413-434.

BARBOSA, R. B. Camgirl e a uberização do trabalho sexual na internet no Brasil. In: **XXXI**

**Congreso Alas**, dic. 2017, Montevideo. Anais do XXXI Congreso Alas. Montevideo: Las encrucijadas abiertas de América Latina. La sociología en tiempos de cambio, 2017.

BATISTA, A. & CODO, W. Trabalho sujo e estigma. **Revista de Estudios Sociales** [Online], 63 | Enero 2018, posto online no dia 01 janeiro 2018, consultado o 04 maio 2021. URL: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/1270>

BARRETO, L. C. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história**: Prostituição e feminismos em Belo Horizonte. 2015. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

BAZZANO, A. **Interseções** [Rio de Janeiro] v. 15 n. 2, p. 417-445, dez. 2013 – Gênero, Crime e Preconceito.

BENDASSOLLI, P., & GONDIM, S. Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: Discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. **Avances en Psicología Latinoamericana**, vol. 32(1), pp. 131-147, 2014. doi: [dx.doi.org/10.12804/](https://doi.org/10.12804/).

BENDASSOLLI, P.F.; FALCAO, J.T.R. Psicologia social do trabalho sujo: revendo conceitos e pensando em possibilidades teóricas para a agenda da psicologia nos contextos de trabalho. **Univ. Psychol., Bogotá**, v. 12, n. 4, p. 1155-1168, Dec. 2013. Available from <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1657-92672013000400014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-92672013000400014&lng=en&nrm=iso)>.

BONOMI, C. "**Mulher da Vida, É Preciso Falar**": um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. 2019. 1 recurso online (192 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

BONOMI, C. **Prostituta também é mulher**: Tensões, disputas e articulações entre os feminismos e o putafeminismo sobre a regulamentação da prostituição. 43º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2019. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/spg-6/spg14-6/11941-prostituta-tambem-e-mulher-tensoes-disputas-e-articulacoes-entre-os-feminismos-e-o-putafeminismo-sobre-a-regulamentacao-da-prostituicao/file>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823\\_23\\_08\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html)>. Acesso em: 01

mai. 2021.

BRITO, N. S. et al. Cotidiano de trabalho e acesso aos serviços de saúde de mulheres profissionais do sexo. **Rene – Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 20, n. 1, p. 1-9, jan. 2019. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/33841/pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CAMINHAS, L. R. P. A midiaticização dos mercados do sexo e a configuração da experiência erótica mediada. **Galáxia**. São Paulo. 2018, n. 37, p. 162-174.

CAMINHAS, L. R. P. Webcamming erótico comercial: nova face dos mercados do sexo nacionais. **Revista de Antropologia**, 64(1), 2020; 2021 e184482. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.184482>

CAVOUR, R.C. **Mulheres de Família**: Papeis e Identidades da Prostituta no Contexto Familiar. Dissertação de Mestrado. 148 f. Orientador: Bernardo Jablonski. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2011.

CERQUEIRA, P.R. & MISOCZKY, M.C. Tema da prostituição em publicações relacionadas com os estudos organizacionais. READ. **Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre) [online]. 2021, v. 27, n. 01 pp. 66-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-2311.306.109919>>. Epub 24 Mar 2021. ISSN 1413-2311.

CLARINDO, A. Não há “ciência normal” para nós: desafios de uma putafeminista. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 235–247, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2020v30n1.51620. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/51620>.

CLARINDO, A.; ZAMBONI, J.; MARTINS, F. ATRAVESSANDO AS PORTAS DOS PUTEIROS: COMO AS TEORIAS FEMINISTAS CHEGAM NA ZONA?. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2021, v. 33, e234859. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33234859>>. Epub 01 Nov 2021. ISSN 1807-0310.

COUTINHO, M. C; BERNARDO, M. H; SATO, L. **Psicologia Social do Trabalho**. Petropolis: Vozes, 2017. 212p.

COUTINHO, M. C. Psicologia Social do Trabalho em dois tempos. In: COUTINHO, M. C.; FURTADO, O.; RAITZ, T. R. (Orgs.). **Psicologia Social e Trabalho**: perspectivas críticas. Florianópolis: Abrapso, 2015. p. 02-15.

COUTINHO, M. C; OLIVEIRA, F. Algumas ferramentas teóricas para o estudo psicossocial do trabalho: práticas cotidianas, processos de identificação e identidade. In: COUTINHO, M.C; BERNARDO, M. H; SATO, L. (orgs.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017.

COUTINHO, M.C.; KRAWULSKI, E; SOARES, D.H.P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n.spe, p. 29-37, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400006&lng=en&nrm=iso)>.

CIAMPA, A. C. (1987). **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira da Saúde Ocupacional**, n. 54 - vol 14 - Abril, Maio, Jun 1986.

DITMORE, M. H. (2006). **Encyclopedia of prostitution and sex work**. Westport, Conn, Greenwood Press.

DINIZ, A. G. R; MAYORGA, C. Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 30, p. 1-12, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/fjyxpX9bKyFcYdFxb9T359m/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

DOURADO, G. O. L. et al. Prostituição e sua relação com o uso de substâncias psicoativas e a violência: revisão integrativa. **Rev enferm UFPE on line**, v. 7, n. especial, p. 4138-4143, maio 2013.

ELIAS, A. R. R. **Transtornos mentais comuns, qualidade e satisfação na vida de mulheres profissionais do sexo**. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017, Brasil.

ENGEL, M. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989;2004.

ESTEVES, Egeu; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny. (2017). Fontes do pensamento e das práticas em Psicologia Social do Trabalho. In: COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny. (orgs.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017,

p. 49-80.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista (Trad. de Coletivo Sycorax). São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. Notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FIGUEIREDO, A. C. P; SARAIVA, L. J. C. A prostituição em grandes projetos na Amazônia: o impacto do grande capital nos fluxos de mão de obra na UHE Belo Monte. **Nova Revista Amazônica**. Belém, v. 6, n. 4, p. 69-77, dez. 2018.

FERREIRA I. B.; PEREIRA M. C.; AMARAL S. G. P. **Prostituição**: opção ou determinação social. Iniciação científica (Graduação) - Curso de Serviço Social, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FONSECA, M.; SUTTO, G. **Participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos – e a pandemia é parte do problema**. In: InfoMoney [online], fev. 2021. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/carreira/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-em-30-anos-e-a-pandemia-e-parte-do-problema/>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

FONSECA, G. **História da Prostituição em São Paulo**. São Paulo: Resenha Universitária, 1982.

FORTUNATI, L. **The Arcane of Reproduction**: Housework, Prostitution, Labor and Capital; Autonomedia, 1996

FREITAS, M. E. T. P. et al. Fatores biopsicossociais na história de vida de mulheres profissionais do sexo. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2. p. 152-178, mai./ago. 2020. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v14n2/09.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

FURTADO, O. O trabalho e a dimensão subjetiva da realidade. In: FURTADO, O. **Trabalho e Solidariedade**. São Paulo: Editora Cortez, 2011. cap. 3, p. 63-98. ISBN 978-85- 249-1848-3.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOFFMAN, E. (1975). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC.

HARCOURT, C; DONOVAN, B. The many faces of sex work. **Sex Transm Infect.** 2005;81(3):201-206. doi:10.1136/sti.2004.012468

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais 2020.** Brasília DF, 2020. Disponível em: <[https://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2020/indice\\_das\\_tabelas\\_sis2020.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2020/indice_das_tabelas_sis2020.pdf)>. Acesso em: 01 mai. 2021.

JULIANO, D. El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos. **Cadernos Pagu** [online]. 2005, n. 25, pp. 79-106. Disponible en: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200004>>. Epub 21 Nov 2005. ISSN 1809-4449.

JULIANO, D. **La prostitución:** el espejo oscuro. Barcelona, Icaria. 2002. 160p.

KEMPADOO, K; DOEZEMA, J. **Global sex workers.** Rights, Resistance, and Redefinition. Routledge, New Cork, 1998.

KEMPADOO, K. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu** [online]. 2005, n. 25. pp. 55-78. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200003>>. Epub 21 Nov 2005. ISSN 1809-4449.

LANE, S. & CODO, W., org. **Psicologia social:** o homem em movimento. São Paulo, Brasiliense, 1984.

LEAL, C. B. M. et al. Aspectos associados à qualidade de vida das profissionais do sexo. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 560-568, mar. 2019. ISSN 1981-8963. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/236608>>.

LEIGH, C. **Unrepentant Whore:** The Collected Writings of Scarlot Harlot. San Francisco: Last Gasp. 2004. 100p.

LEITÃO, E. F. et al. A prática cotidiana da saúde das profissionais do sexo. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 25, n. 3, p. 295-304, jul./set., 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/2259/2487>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

LINK, B. G. & PHELAN, J. C. (2001). Conceptualizing stigma. **Annual Review of Sociology**, New York, (27), 363-385.

LUTNICK, A; COHAN, D. Criminalization, legalization or decriminalization of sex work: what female sex workers say in San Francisco, US. **Reproductive Health Matters**. v. 17, n. 34, p. 38-46. nov. 2009. Disponível em: <[https://www.stjamesinfirmery.org/wordpress/wp-content/uploads/2009/12/RHM34+-+Lutnick\\_2009.pdf](https://www.stjamesinfirmery.org/wordpress/wp-content/uploads/2009/12/RHM34+-+Lutnick_2009.pdf)>. Acesso em: 14 mai. 2021.

MACHADO, FKS; GIONGO, CR; MENDES, JMR. Terceirização e Precarização do Trabalho: uma questão de sofrimento social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 16, n. 36, p. 227-240, ago. 2016. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2016000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000200007&lng=pt&nrm=iso)>.

MACHADO, A. **Nude por assinatura na internet vira fonte de renda e de experiências eróticas virtuais na pandemia**. In: O Globo [online], fev. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/nude-por-assinatura-na-internet-vira-fonte-de-renda-de-experiencias-eroticas-virtuais-na-pandemia-24882689>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

MELO, H; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. **Revista de Economia Contemporânea** [online]. 2009, v. 13, n. 1, pp. 135-158. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-98482009000100006>>. Epub 10 Jul 2009. ISSN 1980-5527.

MOURA, E.B.B. Resenha Crítica de Engel, Magali. Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).. São Paulo: **Revista do Departamento de História-FFLCH-USP**. São Paulo, n.125-126, ago.-dez.-91 a jan.-jul.-92., 1994 (Resenha Crítica de Livro publicada na Revista de História.).

PENA, J., & SILVA, F. (2021). TRABALHO SEXUAL E COVID-19: : ENTRE O RISCO E A SOBREVIVÊNCIA. **Revista espirales**. recuperado de <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2769>

PHETERSON, Gail. **The whore stigma** – female dishonor and male unworthiness. Den Haag: Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid, 1986.

PINHO, J. S. **Cuida! A construção de cuidado com trabalhadoras do sexo na Barra do Ceará**. 2018. 67f. - TCC (monografia) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Psicologia, Curso de Graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2018.

PISCITELLI, A. **Apresentação: gênero no mercado do sexo**. Cadernos Pagu [online]. 2005, n. 25, pp. 7-23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200001>>. Epub 21 Nov 2005. ISSN 1809-4449.

<https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200001>.

PISCITELLI, A. **Exploração sexual, trabalho sexual**: noções e limites. Seminário Corpos, sexualidade e feminilidades. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[https://www.academia.edu/2390837/EXPLORA%C3%87%C3%83O\\_SEXUAL\\_TRABALHO\\_SEXUAL\\_NO%C3%87%C3%95ES\\_E\\_LIMITES\\_paper\\_apresentado\\_no\\_semin%C3%A1rio\\_Corpos\\_sexualidades\\_e\\_feminilidades\\_UERJ\\_setembro\\_de\\_2012](https://www.academia.edu/2390837/EXPLORA%C3%87%C3%83O_SEXUAL_TRABALHO_SEXUAL_NO%C3%87%C3%95ES_E_LIMITES_paper_apresentado_no_semin%C3%A1rio_Corpos_sexualidades_e_feminilidades_UERJ_setembro_de_2012)>. Acesso em: 17 mai. 2021.

PRADA, M. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018. 112p.

QUEIROGA, J. R. **As mulheres e o trabalho**: a experiência das trabalhadoras da limpeza da PUC-SP. TCC (Bacharelado em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

RAMOS, P. 2021. “**De la virtualidad, las emociones y el trabajo sexual: un acercamiento desde el modelaje webcam**”. Trabajo Social 23(1): 153-172. Bogotá: Departamento de Trabajo Social, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia. doi: <https://doi.org/10.15446/ts.v23n1.86705>

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890- 1930. – 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAGO, M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930.- 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

REDA, A. **Trabalhadoras do sexo como trabalhadoras**: uma crítica à abordagem abolicionista do trabalho sexual no Líbano. In: Mundo Invisível [online], jul. 2020. Disponível em: <<https://mundoinvisivel.org/trabalho-sexual-no-libano/>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

RIBEIRO, M. A. et al. Práticas em Psicologia Social do Trabalho: pesquisa e intervenção. In: COUTINHO, M.C; BERNARDO, M. H; SATO, L. (orgs.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017.

RODRIGUES, M. T. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76, jun. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/sG4V4bWD8yHJVwGQnBJrkTn/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

ROBERTS, N. 1992. **Whores in History**: Prostitution in Western Society. London: HarperCollins.

ROESSLER, W., Koch, U., Lauber, C., Hass, A. K., Altwegg, M., Ajdacic-Gross, V., & Landolt, K. (2010). The mental health of female sex workers. **Acta psychiatrica Scandinavica**, 122(2), 143–152. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.2009.01533.x>

ROJAS, A. & MOCARZEL, M. (2015). **Da cultura visual à cultura material**: o minimalismo como forma de expressão na sociedade de consumo. *Alceu*. 16. 131-140.

ROSA, M.; QUIRINO, R. (2017). «TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO REPRODUTIVO NA VIDA DAS MULHERES: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA TÊXTIL DE MINAS GERAIS». **Polêm!ca**: 70-71. doi:10.12957/polemica.2017.34304.

RUBIN, G. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality [1984]. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David. (eds.) **The Lesbian and Gay Studies Reader**. Nova York, Routledge, 1993.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “Economia Política” do Sexo. Recife: Ed. SOS Corpo, 1993.

SANDERS et al. **Sex work and mental health**: Reviewing the occupational risks of sex workers in comparison to other 'risky' professions. University of Leicester, 2017.

SANTOS, L. M. **O encontro entre a prostituição e o feminismo**: Análise do debate feminista contemporâneo sobre a prostituição no Brasil. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Bacharelado de Ciência Política. Universidade de Brasília UNB. Brasília df, 2017. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18302/1/2017\\_LeticiaMendesSilva.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18302/1/2017_LeticiaMendesSilva.pdf). Acesso em: 01 mai. 2021.

SANTOS, M. A. et al. Intervenção em saúde do trabalhador com profissionais do sexo. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 101-110, jun. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172008000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172008000100008&lng=pt&nrm=iso)>.

SATO, L. **Psicologia, saúde e trabalho**: distintas construções dos objetos "trabalho" e

"organizações". In: *Psicologia e Saúde: um campo em construção* [S.l: s.n.], 2003.

SATO, Leny. Trabalho: sofrer? Construir-se? Resistir?. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte , v. 15, n. 3, p. 189-199, dez. 2009 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682009000300012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682009000300012&lng=pt&nrm=iso)>.

SELIGMANN-SILVA, Edith et al . O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo , v. 35, n. 122, p. 187-191, dec. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-76572010000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200002&lng=en&nrm=iso)>.

SILVA, A. P; SANTOS, C. R. C; CARVALHO, M. G. Entre prazeres e sofrimentos: vivências subjetivas de trabalhadoras sexuais em São Paulo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 21, n. 2, p.181-195, set. 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/152892/156017>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

SILVA, G. N. As muitas faces da prostituição: uma abordagem histórica sobre o controle da sexualidade a partir de Foucault. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 11, n. 1, p. 15-25, jan./jun. 2018.

SILVA, L. M. **O encontro entre a prostituição e o feminismo: análise do debate feminista contemporâneo sobre a prostituição no Brasil**. 2017. 58f. Monografia (Graduação em Ciências Políticas) - Universidade de Brasília, DF. 2017. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18302/1/2017\\_LeticiaMendesSilva.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18302/1/2017_LeticiaMendesSilva.pdf)>. Acesso em: 01 mai. 2021.

SILVA, F. P. A. da & Costa, L. A. F. da. (2019). Movimento de Prostitutas e os saberes tecidos na Batalha. In Maraux, A. T. S. R., Oliveira, I. V. S. de & Silva, M. E. da. **Série Ações Afirmativas Educação e Direitos Humanos: Diferenças e Práticas Formativas**. Vol. 1 (pp. 111-133). EDUNEB.

SIQUEIRA, R.; CARDOSO JR., H. R. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. **Imagonautas**, v. 2, n. 1, p. 92-113, 2011.

SORJ, B. (1995). Prefácio. In A. F. Moraes (Org.), **Mulheres da Vila: prostituição, identidade**

social e movimento associativo. Petrópolis: Vozes.

SOUPIN, E. **Sem regulamentação, trabalhadoras do sexo se arriscam na pandemia**. In: Revista Cláudia [online], set. 2020. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/noticias/sem-regulamentacao-trabalhadoras-do-sexo-se-arriscam-na-pandemia/>>. Acesso em: 01 mai. 2021.

SPINK, P. K. Microcadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 12(2), p. 227-241, 2009.

SPINK, P. K. A organização como fenômeno psicossocial: Notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 8, n° 1, p. 174-192, jan./jun., 1996. Disponível em: <[https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/spink\\_-\\_a\\_organizacao\\_como\\_fenomeno\\_psicossocial.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/spink_-_a_organizacao_como_fenomeno_psicossocial.pdf)>.

TOLFO, S. & PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2007, v. 19, n. spe [Acessado 16 Novembro 2021] , pp. 38-46. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400007>>. Epub 25 Set 2007. ISSN 1807-0310.

TRELOAR, C. et al. Rethinking the relationship between sex work, mental health and stigma: a qualitative study of sex workers in Australia. **Soc Sci Med**. 2021 Jan;268:113468. doi: 10.1016/j.socscimed.2020.113468. Epub 2020 Oct 22. PMID: 33120206.

TYLER, M. Tainted love: **From dirty work to abject labour in Soho's sex shops**. Human Relations. 2011;64(11):1477-1500. doi:10.1177/0018726711418849

VARGAS, F. B. TRABALHO, EMPREGO, PRECARIIDADE: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH** [online]. 2016, v. 29, n. 77 , pp. 313-331. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792016000200008>>. ISSN 1983-8239.

VIDAL, C. E. L., AMARA, B., FERREIRA, D. P., DIAS, I. M. F., VILELA, L. A., & FRANCO, L. R. (2014). Preditores de prováveis transtornos mentais comuns (TMC) em prostitutas utilizando o Self-Reporting Questionnaire. **J bras psiquiatr**, 63(3), 205-12.

VOGEL, L. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory**. New Brunswick/New Jersey: Rutgers University Press, 1983;2013.

VYGOTSKY, L. S. (1998). Pensamento e palavra. In: L. S. Vygotsky. **Pensamento e linguagem** (Tradução de Jefferson Luiz Camargo, pp. 149-194). São Paulo: Martins Fontes [Originalmente publicado em 1934].

WEITZER, R. J. **Resistance to Sex Work Stigma**. *Sexualities*, vol. 21, no. 5–6, set. 2018, pp. 717–729, doi:10.1177/1363460716684509.

WEITZER, R. J. (org). **Sex for sale: Prostitution, pornography, and the sex industry**. New York: Routledge, 2010, 320p.

## APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

**TERMO DE CONSENTIMENTO  
Esclarecimento acerca da pesquisa****Trabalhadoras do sexo e saúde mental: Compreendendo experiências e necessidades**

Olá. Sou Beatriz Lee Bernardi, aluna do curso de Psicologia da PUC-SP, e estou realizando uma pesquisa cujo objetivo é investigar as experiências e necessidades de trabalhadoras sexuais referentes à saúde mental, buscando também compreender que significados e sentidos elas atribuem ao trabalho em suas vidas, como experienciam o estigma social sofrido em relação ao trabalho sexual e quais os impactos deste estigma na saúde mental delas.

Minha pesquisa é qualitativa e envolve a realização de entrevistas presenciais e/ou online (a depender da segurança da situação, em virtude da pandemia de COVID-19) com mulheres maiores de 18 anos que trabalham ou trabalharam com sexo por no mínimo 1 (um) ano. A entrevista será realizada em local reservado, de acordo com a escolha de cada participante, para garantir sua privacidade e o sigilo das informações prestadas a mim. Ela terá duração média de uma hora e meia e será gravada (áudio), desde que com a autorização da entrevistada. Posteriormente, será transcrita na forma de texto e analisada de acordo com os objetivos do estudo. A concordância de cada participante quanto à gravação da entrevista será validada após a leitura e assinatura deste termo de consentimento. Ressalto ainda que o objetivo dessas entrevistas é estritamente acadêmico e que as participantes não terão nenhuma despesa e não receberão nenhuma remuneração. Os resultados deste estudo poderão ser futuramente publicados, sempre com finalidade acadêmica e mantendo a garantia do sigilo e da confidencialidade de quaisquer informações que possam identificar a participante.

Este trabalho está sendo realizado sob a orientação do Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Junior, docente do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento Humano da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Informo, ainda, que sua participação na pesquisa é voluntária, e que eu e o Prof. Plínio garantimos o mais rigoroso sigilo das informações que você me fornecerá na entrevista e que sua identidade não será revelada, a não ser que opte expressamente por identificar-se abaixo. É importante que você saiba que pode retirar o seu consentimento de participação em minha pesquisa a qualquer momento (mesmo depois de ter sido entrevistada) sem necessidade de explicações e sem que isso lhe cause nenhum prejuízo. Outros esclarecimentos também poderão ser solicitados com o Prof. Plínio sempre que você julgar necessário. As informações de contato dele estão indicadas no final deste termo. Quando a pesquisa estiver pronta, eu e o Prof. Plínio nos comprometemos a entrar em contato para conversarmos sobre os resultados, se isto for de seu interesse.

Esclareço que, ainda que mínimos, possíveis riscos implicados na presente pesquisa estão relacionados à rememoração de fatos ou passagens difíceis de sua vida, o que poderá ser exigente do ponto de vista afetivo. Por conta disso, eu me preparei e tomei todos os cuidados necessários visando proporcionar a você uma situação respeitosa e acolhedora na situação de entrevista. Ainda assim, eu e o Prof. Plínio nos colocamos à sua disposição para providenciar uma atenção psicológica, caso se faça necessária. Quanto a possíveis benefícios, os depoimentos poderão contribuir para o registro da vivência singular das participantes, visando assim também contribuir para a compreensão dos processos que envolvem a produção de saúde mental e subjetividade de trabalhadoras sexuais.

Se houver necessidade de esclarecimentos de outras dúvidas decorrentes da entrevista, fique à vontade para entrar em contato com o Prof. Plínio ou com o Comitê de Ética da PUC-SP nos endereços e telefones apresentados no final deste documento.

Considero importante esclarecer que minha pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, cuja função é analisar e rever os aspectos éticos das pesquisas

feitas com a participação de seres humanos, com a finalidade de salvaguardar os direitos das/dos participantes destas pesquisas.

Este documento será firmado em 2 (duas) vias, sendo que uma delas ficará de posse da participante voluntária da pesquisa e a outra sob a guarda do pesquisador responsável, Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Junior.

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:**

Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Junior

Endereço: Rua Monte Alegre, 984, sala T52A, Perdizes, São Paulo-SP, CEP.: 05014-901

tel. (11) 3670-8320 / celular (11) 97336-2617.

**COMITÊ DE ÉTICA DA PUC-SP:**

Endereço: Rua Ministro Godói, 969, sala 63C, Perdizes, São Paulo-SP, CEP: 05015-001

Tel. (11) 3670-8466 / Fax: (11) 3670-8466

Horário de atendimento: de 2a a 6a feira, das 9:00 às 18:00hs.

**CONCORDÂNCIA COM O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Li as informações acima sobre a pesquisa “Trabalhadoras do sexo e saúde mental: Compreendendo experiências e necessidades”, que está sendo conduzida pela equipe composta por Beatriz Lee Bernardi e Plínio de Almeida Maciel Junior, e me considero esclarecida sobre seu conteúdo e seus objetivos. Em decorrência, declaro que aceito participar da mesma por meio da entrevista solicitada.

Gostaria de revelar minha identidade (nome próprio)

Não gostaria de revelar minha identidade (utilizar nome fictício)

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante

Prof. Dr. Plínio de A. Maciel Jr  
Responsável pela pesquisa

## APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas

## Perguntas-chave:

- Me conte um pouco da sua experiência/trajetória como trabalhadora sexual.
- Me descreva um dia típico de trabalho para você. / Como é seu dia-a-dia de trabalho?
- De que forma você acha que seu trabalho se reflete nos diferentes aspectos da sua vida?
- Me conte um pouco sobre a relação entre o seu trabalho e sua condição de saúde.
- Você identifica já ter sofrido alguma situação estigmatizante em relação ao seu trabalho? Se sim, como você lida com esse tipo de situação?
- O que você acredita que deveria se manter e o que deveria melhorar no seu trabalho? (E o que você sugeriria para essa melhora)
- Qual o sentido do trabalho para você e, mais especificamente, do trabalho sexual na sua vida? / O que significa para você ser trabalhadora sexual?

## Perguntas-acessórias:

- Que tipo(s) de trabalho(s) sexual(is) você exerce(u) e qual(is) seu(s) local(is) de trabalho?
- Desde quando você exerce trabalho sexual? (Ou por quanto tempo exerceu, caso não exerça mais)
- Como você entrou nesse mercado?
- Como foram os seus trabalhos anteriores? (Se houver)
- Como é sua relação com seu/sua “chefe” (caso haja), colegas (idem) e clientela? / Como é sua relação com as pessoas com quem você lida no trabalho?
- Como são suas condições de trabalho?
- Como você acha que seu trabalho influencia (seja positiva e/ou negativamente) na sua vida (social, mental, no acesso à saúde, etc.)?
- Como é sua relação com sua própria saúde (inclusive mental) e se/como você acha que seu trabalho a impacta? (seja positiva e/ou negativamente)
- Você já sofreu alguma(s) situação(ões) estigmatizante (na forma de preconceito, discriminação, etc.) por conta do seu trabalho? Isso já ocorreu em/com serviços/profissionais da saúde (inclusive mental)?